



TRE
ALAGOAS

2018

RELATÓRIO

INTEGRADO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

TRE/AL

Composição

PRESIDENTE

Des. Pedro Augusto Mendonça de Araújo

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR

Des. José Carlos Malta Marques

DIRETOR-GERAL

Filipe Lôbo Gomes

DESEMBARGADORES ELEITORAIS

Paulo Zacarias da Silva

José Donato de Araújo Neto

Orlando Rocha Filho

Luiz Vasconcelos Netto

Eduardo Antônio de Campos Lopes

TRE
ALAGOAS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

Av. Aristeu de Andrade, 377 - Farol

82 2122-7700 | 7705

www.tre-al.jus.br



LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES:

AAMO - Assessoria de Assistência Médica e Odontológica;
AAU- Assessoria de Auditoria;
ABR - Auditoria Baseada em Riscos;
AC – Assessoria-Chefe;
ACAGE - Assessoria de Contas e Apoio à Gestão;
ACS - Assessoria de Comunicação Social;
AEP - Assessoria Especial da Presidência;
AGE - Assessoria de Gestão Estratégica da Diretoria-Geral;
AJPRES - Assessoria Jurídica da Presidência;
AJ-DG - Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral;
APG-SGP - Assistência de Planejamento e Gestão da Secretaria de Gestão de Pessoas;
APG-SAD - Assessoria de Planejamento e Gestão da Secretaria de Administração;
APG-STI - Assistência de Planejamento e Gestão da Secretaria de Tecnologia da Informação;
APO – Align, Plan and Organise (Alinhar, Planejar e Organizar);
ASFC - Assessoria de Supervisão e Fiscalização do Cadastro;
ASI - Sistema Integrado de Gestão;
ASJ -Assessoria da Secretaria Judiciária;
BAI - Build, Acuire and Implement (Construir, Adquirir e Implementar);
CARP - Coordenadoria de Acompanhamento e Registros Plenos;
CGE- Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral;
CGJ - Corregedoria Geral de Justiça;
CMMI - Capability Maturity Model Integration;

CNJ - Conselho Nacional de Justiça;
COINF- Coordenadoria de Infraestrutura;
COBIT- *Control Objectives for Information and related Technology*;
COCIN - Coordenadoria de Controle Interno;
CCIA- Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria;
CODES - Coordenadoria de Desenvolvimento;
COFIN- Coordenadoria Orçamentária e Financeira;
CSCOR - Coordenadoria de Soluções Corporativas;
COJUR- Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação;
COMAP - Coordenadoria de Material e Patrimônio;
COPES - Coordenadoria de Pessoal;
COSEG - Coordenadoria de Serviços Gerais;
COSO- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway);
CRE- Corregedoria Regional Eleitoral;
CRPACF- Coordenadoria de Registros Partidários Autuação e Controle de Feitos;
CSELE - Coordenadoria de Sistemas Eleitorais;
CARP - Coordenadoria de Acompanhamento e Registros Plenários;
DEJEAL- Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Alagoas;
DG- Diretoria-Geral;
DSS - Deliver, Service and Support (Entregar, Servir e Suportar);
EDM - Evaluate, Direct and Monitor (Avaliar, Dirigir e Monitorar);
e-MAG - Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico;
EJE - Escola Judiciária Eleitoral;

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES:

GCRE - Gabinete da Corregedoria Regional Eleitoral;
GPRES - Gabinete da Presidência;
GDG - Gabinete da Diretoria-Geral;
GSJ - Gabinete da Secretaria Judiciária;
GSAD - Gabinete da Secretaria de Administração;
GSGP - Gabinete da Secretaria de Gestão de Pessoas;
GSTI - Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação;
GTA - Grupo de Trabalho de Auditoria Integrada;
IIRC - *International Integrated Reporting Council*;
IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo;
ITIL - *Information Technology Infrastructure Library*;
IIA - Instituto dos Auditores Internos;
IN - Instrução Normativa;
IPPF - International Professional Practices Framework (Estrutura de Práticas Profissionais Internacionais);
ISO - International Organization for Standardization (Organização Internacional de Normatização);
ITIL - Information Technology Infrastructure Library (Biblioteca de Infraestrutura de Tecnologia da Informação);
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias;
MEA - Monitor, Evaluate and Assessoria (Monitorar, Avaliar e Medir);
NBCT - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica;
OB - Ordem Bancária;
OFSS - Orçamento Fiscal da Seguridade Social;
PAC - Plano Anual de Capacitação;

PPA - Plano Plurianual;
PJe - Processo Judicial Eletrônico;
PBRM - Plan, Build, Run and Monitor (Planejar, Construir, Executar e Monitorar);
PMO - Project Management Office (Escritório de Gerenciamento de Projeto);
PMBOK - Project Management Body of Knowledge (Conhecimentos sobre a Administração de Projetos);
RAE - Reunião de Análise da Estratégia;
SAD - Secretaria de Administração;
SADP - Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos;
SAFG - Seção de Avaliação e Fiscalização da Gestão;
SCI - Secretaria de Controle Interno e Auditoria;
SEI - Sistema Eletrônico de Informações;
SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas;
SF - Suprimento de Fundos;
SGRH - Sistema de Gestão de Recursos Humanos;
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal;
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais;
SICEL - Sistema de Correições e Inspeções Eleitorais;
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios;
SIEL - Sistema de Informações Eleitorais;
SIGEC - Sistema de Gerenciamento de Custos;
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal;
SISAC - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões;

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES:

SJ- Secretaria Judiciária;
SPM - Seções de Processos dos Membros;
SOF- Secretaria de Orçamento Federal;
SOF/TSE- Secretaria de Orçamento e Finanças do Tribunal Superior Eleitoral;
SpIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União;
SPU- Secretaria do Patrimônio da União;
STI- Secretaria de Tecnologia da Informação;
STN- Secretaria do Tesouro Nacional;
TCU- Tribunal de Contas da União;
TI- Tecnologia da Informação;
TIC- Tecnologia da Informação e Comunicação;
TRE- Tribunal Regional Eleitoral;
TSE- Tribunal Superior Eleitoral;
UG - Unidade Gestora;
UGO - Unidade de Gestão Orçamentária;
UO - Unidade Orçamentária;
UPC - Unidade Prestadora de Contas;
ZE- Zona Eleitoral;

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS



LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Lista de Tabelas

TABELA 1	Informações sobre os macroprocessos finalísticos da Justiça Eleitoral de Alagoas
TABELA 2	Metas Nacionais de 2018
TABELA 3	Planejamento Estratégico da UPC
TABELA 4	Indicador 1 - Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria
TABELA 5	Indicador 2 - Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria
TABELA 6	Indicador 3 - Índice de satisfação do público externo
TABELA 7	Indicador 5 - Taxa de congestionamento de processos judiciais
TABELA 8	Indicador 6 - Índice de reconhecimento biométrico do eleitor
TABELA 9	Indicador 7 - Percentual de urnas eletrônicas substituídas
TABELA 10	Indicador 8 - Índice de aderência ao plano anual de capacitação – PAC
TABELA 11	Indicador 10 - Clima Organizacional.
TABELA 12	Indicador 11 - Grau de satisfação com o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho
TABELA 13	Indicador 12 -Índice de adequação das instalações físicas.
TABELA 14	Indicador 13 -Acompanhamento trimestral da execução orçamentária
TABELA 15	Indicador 14 -Índice de perda orçamentária
TABELA 16	Indicador 15 -Aderência da execução ao planejamento orçamentário
TABELA 17	Indicador 16 -Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços
TABELA 18	Indicador 17 -Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TI
TABELA 19	Plano orçamentário 01
TABELA 20	Plano orçamentário 02
TABELA 21	Assistência Pré-escolar aos dependentes de servidores civis e de empregados.
TABELA 22	Auxílio Transporte de civis
TABELA 23	Auxílio alimentação de civis
TABELA 24	Assistência médica e odontológica de civis
TABELA 25	Ação orçamentária
TABELA 26	Atos normativos aplicados pelo SIPNP
TABELA 27	Indicadores estratégicos

TABELA 28	Distribuição de servidores por Unidade de Exercício
TABELA 29	Custo direto com despesas de pessoal ativo em 2018
TABELA 30	Custo direto com despesas de pensionistas em 2018
TABELA 31	Custo direto com despesas de pessoal inativo em 2018
TABELA 32	Detalhamento das despesas de pessoal nas Eleições de 2018
TABELA 33	Vencimentos dos cargos
TABELA 34	Quadro de ocupação dos cargos e funções de natureza gerencial
TABELA 35	Detalhes do orçamento
TABELA 36	Distribuição dos valores investidos por área
TABELA 37	Projeção de déficit no quadro de servidores efetivos
TABELA 38	Distribuição dos bens patrimoniais
TABELA 39	Ativo circulante
TABELA 40	Receitas orçamentárias
TABELA 41	Despesas orçamentárias
TABELA 42	Balanço orçamentário- todos os orçamentos
TABELA 43	Demonstrações de variações patrimoniais- todos os orçamentos
TABELA 44	Demonstrações dos fluxos de caixa- todos os orçamentos
TABELA 45	Imóveis mais relevantes da UPC
TABELA 46	Caracterização da determinação/recomendação do TCU
TABELA 47	Ordenadores de despesas 2018
TABELA 48	Auditoria – Dimensionamento da força de trabalho
TABELA 49	Achados – Ação Coordenada de
TABELA 50	Atos normativos editados pela CRE

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Lista de Quadros

QUADRO 1	Missão: Garantir a legitimidade do processo eleitoral
QUADRO 2	Gestão da Estratégia
QUADRO 3	Comitê de Governança de TIC
QUADRO 4	Fluxo processual
QUADRO 5	Itens de custo
QUADRO 6	Centro de custo
QUADRO 7	Papéis de auditoria interna

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Lista de Gráficos

GRÁFICO 1	Objetivos alcançados
GRÁFICO 2	Proposta orçamentária TRE-AL- 2018 em R\$ 1000
GRÁFICO 3	Percentual de execução da ação 20GP –Julgamento de Causas Administrativa
GRÁFICO 4	Movimentação de Restos a Pagar
GRÁFICO 5	Execução Financeira dos Restos a Pagar
GRÁFICO 6	Inscrição em Restos a Pagar por programação orçamentária
GRÁFICO 7	Composição da força de trabalho- Distribuição por situação funcional
GRÁFICO 8	Distribuição de servidores por etnia
GRÁFICO 9	Distribuição de servidores efetivos por faixa etária
GRÁFICO 10	Quadro jurisdicional
GRÁFICO 11	Ocupação por situação funcional e distribuição da força de trabalho
GRÁFICO 12	Distribuição de despesas com magistrados e membro do MP
GRÁFICO 13	Evolução dos gastos com pessoal- 2017/2018 (sem eleições)
GRÁFICO 14	Ações do programa qualidade de vida
GRÁFICO 15	Histórico dos resultados
GRÁFICO 16	Processos de contratação em 2018- SLC.
GRÁFICO 17	Processos de contratação em 2018- SLC e COFIN.
GRÁFICO 18	Processos de funcionamento administrativo
GRÁFICO 19	Processos continuados
GRÁFICO 20	Bens permanentes do Tribunal
GRÁFICO 21	Imóveis sob responsabilidade do TRE-AL (2018)
GRÁFICO 22	Custo anual- locações
GRÁFICO 23	Locação de equipamentos
GRÁFICO 24	Processos continuados
GRÁFICO 25	Manutenção predial
GRÁFICO 26	Despesa anual com água, esgoto e energia- TRE-AL (2018)
GRÁFICO 27	Levantamento de governança de TIC realizado pelo CNJ- resultado do TRE-AL

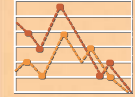
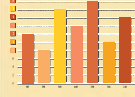
GRÁFICO 28	Distribuição de recursos de TI aplicados em 2018
GRÁFICO 29	Atendimento ao público x Funcionamento das Secretarias (em R\$ mil)
GRÁFICO 30	Custos por subgrupos (em R\$ mil)
GRÁFICO 31	Consumo de energia elétrica no TRE-AL
GRÁFICO 32	Consumo de água e esgoto no TRE-AL
GRÁFICO 33	Consumo de papel no TRE-AL
GRÁFICO 34	Demonstração Das Variações Patrimoniais
GRÁFICO 35	Demonstração Dos Fluxos De Caixa
GRÁFICO 36	Fundo partidário - Distribuição Anual
GRÁFICO 37	Fundo partidário – Distribuição Partidos
GRÁFICO 38	Receitas eleitorais- 2018
GRÁFICO 39	Receitas eleitorais- 2018. Recursos públicos
GRÁFICO 40	Auditorias planejadas X executadas- 2018

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Lista de Figuras

FIGURA 1	Mapa do Estado de Alagoas
FIGURA 2	Avaliação dos controles internos da entidade
FIGURA 3	Avaliação da gestão de riscos
FIGURA 4	Perspectiva para os próximos exercícios: desafios e incertezas
FIGURA 5	Dos Limites Financeiros
FIGURA 6	Energia elétrica
FIGURA 7	Água e esgoto
FIGURA 8	Papel
FIGURA 9	Copos descartáveis
FIGURA 10	Caixa e Equivalentes de Caixa

SUMÁRIO

01	MENSAGEM DO PRESIDENTE	
02	VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	
03	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	
04	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	
05	RESULTADOS DA GESTÃO	
06	ALOCÇÃO DE RECURSOS EM ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	
07	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
08	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	
09	ANEXOS E APÊNDICES	

01

MENSAGEM DO PRESIDENTE

TRE
ALAGOAS

Av. Aristeu de Andrade, 377 - Farol

82 2122-7700 | 7705

www.tre-al.jus.br



1. MENSAGEM DO PRESIDENTE



Des. Pedro Augusto Mendonça de Araújo
Presidente

Não obstante os desafios enfrentados na tarefa de concretizar a missão de “Garantir a legitimidade do processo eleitoral”, especialmente aqueles decorrentes da crise econômica ainda não superada pelo nosso país, relevantes conquistas foram atingidas no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, graças ao esforço de todos os membros, servidores e colaboradores que nela atuam.

Cabe ressaltar que esta Corte foi Presidida, durante o ano de 2018, pelo Desembargador José Carlos Malta Marques, o qual foi sucedido na Presidência por este subscritor no dia 10/01/2019.

As eleições 2018 foram, mais uma vez, uma demonstração de credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente no que concerne à efetividade, segurança e lisura de cada uma das etapas do processo democrático tendente a possibilitar aos cidadãos a escolha livre e consciente de representantes.

Os principais pontos que favorecem a atuação do TRE-AL são a percepção positiva da imagem institucional da Justiça Eleitoral pela sociedade, o alinhamento estratégico patrocinado pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Tribunal Superior Eleitoral e a existência de cadastro biométrico para o total do eleitorado. Tais fatores ajudam no enfrentamento das ameaças à atuação do órgão.

Em 2018 foi implantado, no âmbito do 2º grau de jurisdição, o Processo Judicial Eletrônico – Pje, *software* elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça a partir da experiência e com a colaboração de diversos tribunais brasileiros e que permite a tramitação de processos judiciais de forma totalmente eletrônica.

Todos os processos relacionados às eleições de 2018 tramitaram eletronicamente, proporcionando maior celeridade nas decisões e significativa economia com papel e insumos de informática. Trata-se de medida que, além de muito ter contribuído para a otimização do acesso à jurisdição, também se mostrou coerente com a necessidade de racionalização na utilização de recursos ambientais.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Registre-se ainda o aprimoramento da “Transparência” no portal eletrônico do Tribunal, com melhoria na comunicação não apenas para a sociedade, mas também, para seu público interno, a partir da ampliação da divulgação das informações institucionais, relativas às licitações e contratos; receitas e despesas; execução orçamentária e financeira; remunerações, diárias e passagens; prestação de contas, auditorias e inspeções; indicadores de desempenho, metas e resultados; programas, ações, projetos e obras, assim como ao Serviço de Informações ao Cidadão, seja presencial ou eletrônico.

Houve preocupação constante com o desenvolvimento de ações relacionadas às práticas socioambientais sustentáveis. Nesse sentido, o Núcleo Socioambiental praticou campanhas com foco na conscientização sustentável, seja por intermédio de mensagens aos servidores ou mesmo realização de atividades com este viés, a exemplo da campanha de recolhimento de livros, revistas, gibis, DVD's e da feira orgânica de produtos certificados.

No que diz respeito à garantia dos direitos da cidadania, a Escola Judiciária Eleitoral de Alagoas desenvolveu ações preparatórias para as Eleições 2018, de cunho pedagógico e/ou relacionadas à conscientização do eleitor acerca da cidadania e da importância do voto, no âmbito dos Projetos Eleitor Jovem e Eleitor do Futuro, envolvendo as equipes pedagógicas das instituições de ensino que sediaram os eventos e autoridades deste Tribunal, contendo temas versando sobre a democracia, eleições limpas e voto consciente, dentre outros assuntos pertinentes.

Por outro lado, os desafios futuros não se mostram de pequena envergadura, sendo, em grande medida, ligados às consideráveis restrições

orçamentárias frequentemente impostas.

Dentro dessa perspectiva, o Tribunal buscará uma maior economia na gestão patrimonial, por meio da redução dos valores dispendidos com locação de imóveis. Para isso, já finaliza o exercício de 2018 com a redução de 6 (seis) Postos de Atendimento localizados nos municípios de Anadia, Limoeiro de Anadia, Matriz de Camaragibe, Piaçabuçu, Santa Luzia do Norte e Junqueiro, em decorrência do projeto de Rezoneamento da Justiça Eleitoral de Alagoas, propiciando uma economia de cerca de 4,35%.

É com otimismo em relação ao futuro e por meio da consolidação de processos de gestão cada vez mais eficientes que o TRE-AL espera consolidar os avanços recentes, bem como superar ou, ao menos, minorar os fatores que impactaram o atingimento de níveis ainda mais elevados de eficiência e economicidade na realização de sua missão institucional.

Em resumo, espera-se continuar contribuindo com o efetivo papel desempenhado pela Justiça Eleitoral, na qualidade de garantidora da mais ampla e democrática participação do povo na escolha de seus representantes.


Pedro Augusto Mendonça de Araújo

Desembargador-Presidente do TRE de Alagoas

02

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL AMBIENTE EXTERNO

Av. Aristeu de Andrade, 377 - Farol

82 2122-7700 | 7705

www.tre-al.jus.br



2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1. Identificação da UPC e declaração da sua missão e visão

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas é órgão integrante do Poder Judiciário, conforme dicção do artigo 92 da Constituição Federal, cujas competências estão definidas nos artigos 29 e 30 do Código Eleitoral (Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965) e em seu Regimento Interno (Resolução n.º 15.933, de 26 de novembro de 2018). *Sua missão, como a dos demais órgãos que compõem a Justiça Eleitoral, é assegurar os meios que garantam à sociedade, no âmbito de sua jurisdição, a plena manifestação de sua vontade, pelo exercício do direito de votar e ser votado, sendo declarada da seguinte forma: garantir a legitimidade do processo eleitoral.*

A visão de futuro constitui a expressão que traduz a situação futura desejada para a instituição, ou seja, é a projeção de um cenário idealizado, possível e desejável da organização. É dizer, define o modo como a organização pretende ser percebida. Nesse sentido, a visão de futuro no TRE/AL é: *Consolidar a credibilidade da justiça eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.*



Figura 1

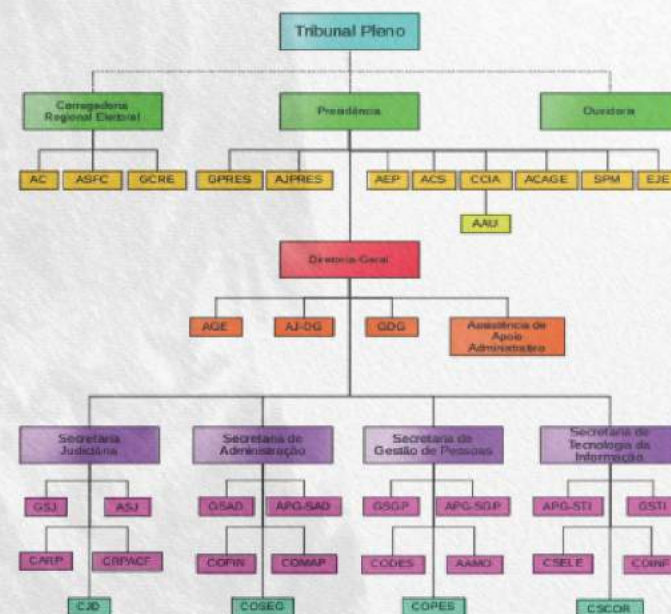
2.2. Estrutura Organizacional

A Justiça Eleitoral foi instituída em 24/2/1932, por meio do Decreto n.º 21.076 (Código Eleitoral), que criou os Tribunais Regionais Eleitorais de cada

Unidade da Federação, sendo extinta em 1937.

No ano de 1945, através do Decreto-Lei 7.586, de 28 de maio, foram recriados o Tribunal Superior Eleitoral e um Tribunal Regional Eleitoral em cada Estado e no Distrito Federal. Atualmente a Justiça Eleitoral encontra guarida na Constituição Federal de 1988, a qual dispõe no Título IV, Capítulo III, art. 92, que os Tribunais e Juízes Eleitorais são órgãos do Poder Judiciário (Administração Direta) e têm por finalidade assegurar a organização e o exercício de direitos políticos, essencialmente os de votar e ser votado.

A estrutura organizacional do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas está prevista, atualmente, na Resolução TRE/AL n.º 15.904 (09/07/2018) que estabelece o regulamento da Secretaria do Tribunal, podendo ser visualizada no seguinte organograma:



2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa



Des. Pedro Augusto Mendonça de Araújo
Presidente



Des. José Carlos Malta Marques
Vice-Presidente e Corregedor



Des. Eleitoral Orlando Rocha Filho
Ouvidor



Filipe Lôbo Gomes
Diretor-Geral



José Ricardo Araújo e Silva
Secretário de Administração Pública



Clíciane de Holanda Ferreira Calheiros
Secretária Judiciária



Katherine Maria Ferro Gomes Teixeira
Secretária de Gestão de Pessoas



Carlos Henrique Tavares Méro
Secretário de Tecnologia da Informação



Ney Willer Santos Silva da Palma
Assessor de Gestão Estratégica



Giane Duarte Coêlho Moura
Coord. de Controle Interno e Auditoria

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.3. Ambiente Externo

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas possui importante e estratégica atuação na garantia dos meios capazes de possibilitar à sociedade, no âmbito de sua jurisdição, a plena manifestação de sua vontade, pelo exercício do direito de votar e de ser votado.

A atuação desta UPC abrange 42 Zonas Eleitorais distribuídas pela Capital e interior do Estado, possuindo um total de 2.185.908 (dois milhões, cento e oitenta e cinco mil, novecentos e oito) Eleitores, todos cadastrados biometricamente.

Os principais pontos que favorecem a atuação da UPC são a percepção positiva da imagem institucional da Justiça Eleitoral pela sociedade, o alinhamento estratégico patrocinado pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Tribunal Superior Eleitoral e a existência de cadastro biométrico para o total do eleitorado. Tais fatores ajudam no enfrentamento das ameaças à atuação do órgão a exemplo da percepção de falta de engajamento político da sociedade, o que se pode observar na baixa identificação do voto proporcional quando se inquire os eleitores em momento posterior às eleições.

Outras ameaças já diagnosticadas anteriormente e que vem adquirindo proporções cada vez maiores são o contingenciamento de recursos orçamentários e o cenário econômico desfavorável.

Ressalte-se que esta UPC conta com parcerias de extrema importância para a realização de seu mister, dentre as quais pode-se citar as forças de segurança pública, Prefeituras, Governo do Estado, Ordem dos Advogados do

Brasil, estudantes do ensino fundamental, médio e de graduação e membros da sociedade organizada.

2.4. Cadeia de valor

A Portaria nº 907, de 22 de dezembro de 2014 (publicada no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Alagoas de 08/01/2015), dispõe sobre a gestão de processos e define a cadeia de valor do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

O Tribunal adota como ferramenta para tramitação dos processos administrativos o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, que permite efetuar a padronização de processos de trabalho. Porém, observou-se que o referido sistema não dispõe de tecnologia capaz de extrair um mapeamento dos processos de modo a permitir o necessário processo de melhoria nos fluxos.

Desse modo, após alterações na estrutura orgânica e consequente incremento de reforço de pessoal em algumas unidades do Tribunal, a Alta Administração envidará os esforços necessários para garantir a realização de mapeamento dos principais processos de trabalho.

Impende ressaltar que os Macroprocessos Finalísticos consubstanciam o conjunto de processos que geram produto ou serviço diretamente ao cliente externo.

O quadro a seguir ilustra as principais informações sobre os macroprocessos finalísticos da Justiça Eleitoral de Alagoas. Vejamos:

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Quadro contendo as principais informações sobre os macroprocessos finalísticos da Justiça Eleitoral de Alagoas

Macroprocessos	Descrição	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidades responsáveis
Cadastro Eleitoral	Qualificação e inscrição do cidadão para satisfazer as exigências legais para exercer o direito de voto, administração dos dados relativos a inscrições, movimentações e atualizações da situação do eleitor.	Cadastro de eleitores íntegro, confiável e seguro.	Eleitores, candidatos, partidos, políticos, advogados e a sociedade.	CRE e STL.
Cadastro Partidário	Garantir a inscrição de Partidos Políticos e respectiva habilitação de um Partido para inscrição de candidatos e Coligações, assegurando exclusividade da sua denominação.	Cadastro de partidos políticos íntegro, confiável e seguro.	Eleitores, candidatos, partidos políticos, advogados e a sociedade.	SJ e STL.
Processo Eleitoral	Planejamento e preparação, realização das Eleições, apuração dos votos e diplomação dos eleitos.	Eleições organizadas, íntegras e seguras.	Eleitores, candidatos, partidos políticos, advogados e a sociedade.	DG, CRE, SAD, STI e SJ.
Prestação Jurisdicional	Tem por objetivo julgar os processos que versam sobre matéria eleitoral de competência originária ou recursal.	Ações em matéria eleitoral julgadas de forma isonômica, transparente e efetiva.	Eleitores, candidatos, partidos políticos, advogados e a sociedade.	SJ.
Relacionamento com a sociedade	Aprimorar a comunicação com a sociedade, com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com transparência, informações sobre os serviços, o papel, as ações e as iniciativas da Justiça Eleitoral, o andamento processual, os atos judiciais e administrativos, os dados orçamentários e o desempenho operacional.	Informações e orientações eleitorais íntegras, claras e acessíveis.	Eleitores, candidatos, partidos políticos, advogados e a sociedade.	STI, SJ e CRE.

Tabela 1

03

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

Av. Aristeu de Andrade, 377 - Farol

82 2122-7700 | 7705

www.tre-al.jus.br



3.1. Principais objetivos estratégicos, com especificação de planos para implementar as prioridades estratégicas da gestão.

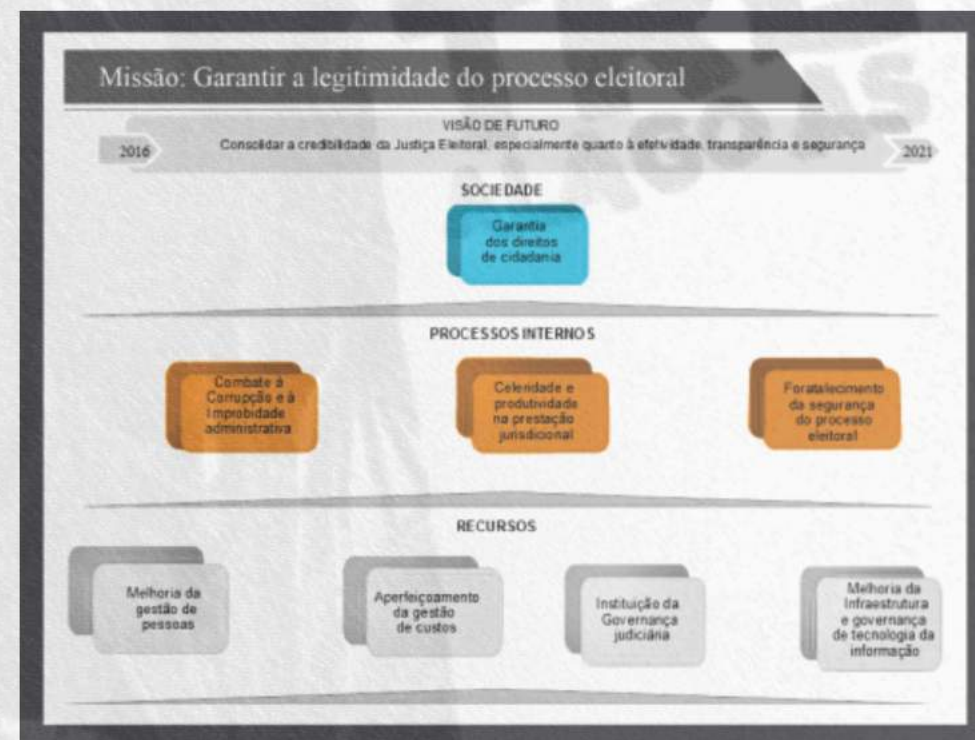
O planejamento organizacional do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas é orientado pelo Planejamento Estratégico, ciclo 2016-2021, instituído pela Resolução nº 15.636 de 12 de novembro de 2015.

O processo de elaboração do plano estratégico ocorreu dentro do contexto de revisão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, conforme estabelecido pela Resolução 198, de 1º de junho de 2014, do Conselho Nacional de Justiça.

No que diz respeito ao direcionamento institucional da UPC, observa-se que o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas tem como missão garantir a legitimidade do processo eleitoral, sendo sua visão de futuro a consolidação da credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, à transparência e à segurança.

Os atributos de valor, para a sociedade, considerados para a consecução da sua competência institucional, consubstanciam-se na celeridade, modernidade, acessibilidade, transparência, responsabilidade social e ambiental, imparcialidade, ética e probidade.

Para o alcance da visão de futuro foram estabelecidos oito macrodesafios (objetivos estratégicos) no Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, os quais estão alinhados sob as perspectivas dos recursos, processos internos e sociedade, conforme se vê no Mapa Estratégico constante da figura ao lado:



Quadro 1

Com o objetivo de favorecer o alcance dos objetivos estratégicos descritos, sobretudo no pequeno e médio prazo, a Alta Administração da UPC procurou implementar adequações nas estruturas de pessoal, de tecnologia da informação e imobiliária.

De fato, em 2018 foi implantado, no âmbito do 2º grau de jurisdição, o Processo Judicial Eletrônico – PJE -, software elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça a partir da experiência e com a colaboração de diversos tribunais brasileiros e que permite a tramitação de processos judiciais de forma totalmente eletrônica. De fato, todos os processos relacionados às eleições de

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

2018 tramitaram eletronicamente, proporcionando maior celeridade nas decisões e significativa economia com papel e insumos de informática.

A iniciativa estratégica de maior envergadura, destacada para priorização no ano de 2018, consistiu na realização das eleições gerais as quais transcorreram de forma pacífica devido à atuação preventiva do Tribunal, com apoio das forças de segurança e da sociedade civil organizada.

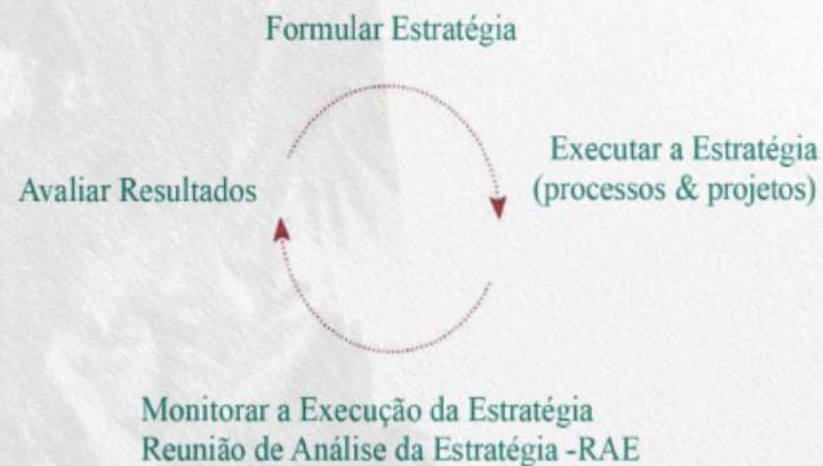
De fato, inobstante os eventos externos decorrentes, sobretudo, do cenário orçamentário restritivo vigente no País, a UPC elaborou planejamento minucioso destinada ao estabelecimento da logística a ser utilizada no processo eleitoral, de modo a otimizar os recursos disponíveis para a realização dos procedimentos contratuais imprescindíveis à realização das eleições. Para tanto, contou com a participação de servidores de diversas áreas técnicas do Tribunal, os quais atuam como membros da Comissão Permanente de Planejamento de Eleições que compõe a estrutura interna de apoio à governança da UPC.

O monitoramento dos resultados dos indicadores e da execução das iniciativas do Planejamento Estratégico é feito pelo Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa (Portaria TRE-AL nº 616 de 09 de dezembro de 2015) que conta com o Assessoramento da unidade de gestão estratégica da UPC, via Sistema de Acompanhamento da Estratégia. O Sistema de Gerenciamento da Estratégia, estabelecido nos mesmos moldes em que vigora no TSE, consiste em instrumento de gestão que objetiva sistematizar os procedimentos para promover o melhor acompanhamento do Planejamento Estratégico do Órgão.

Durante as Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) os membros do Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa, de posse dos resultados extraídos por meio da medição dos indicadores de desempenho, tem condições de deliberar de forma mais assertiva. Com base nas decisões são emitidos relatórios gerenciais (Relatório de Análise da Estratégia), facilitando o conhecimento sobre a execução do Plano Estratégico e propiciando a rápida tomada de decisão pela Alta Administração.

Gestão da Estratégia

Gestão Estratégica



Quadro 2

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3.2. Descrição das estruturas de governança

Conforme disposto no Referencial Básico de Governança, disponível no sítio eletrônico do Tribunal de Contas da União (www.tcu.org.br) “o sistema de governança de uma organização reflete a maneira como diversos atores organizam-se, interagem e procedem para obter boa governança”.

Nesse sistema, algumas instâncias merecem destaque: as instâncias externas de governança; as instâncias externas de apoio à governança; as instâncias internas de governança; e as instâncias internas de apoio à governança.

▪ Principais instâncias externas de governança do TRE-AL

Atuam como instâncias externas de governança do Tribunal o Congresso Nacional, Tribunal de Contas da União – TCU e o Conselho de Nacional de Justiça – CNJ.

▪ Principais instâncias externas de apoio à governança do TRE-AL

No que diz respeito às instâncias externas de apoio à governança do TRE-AL tem-se a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário (Portaria nº 138 de 23/08/2013) e a Rede de Governança da Justiça Eleitoral (Comitê Gestor e os Subcomitês Gestores) instituída pela Portaria do TSE nº 352, de 11 de abril de 2018.

▪ Principais instâncias internas de governança do TRE-AL

Integram a estrutura interna de governança do TRE-AL a cúpula da organização, composta pelo Plenário; Alta Administração (Presidência, Corregedoria e Diretoria-Geral) e o Conselho de Gestão Estratégica e

Governança Corporativa.

Convém ressaltar que a estrutura do Tribunal inclui como Órgão máximo deliberativo seu Plenário, que pode rever, inclusive, decisões de ordem administrativa da Presidência.

As decisões administrativas ficam a cargo da Presidência, conforme disciplina o art. 18 do Regimento Interno (Resolução nº 15.933, de 26 de novembro de 2018).

No âmbito do TRE/AL, a Portaria nº 616, de 09 de dezembro de 2015 (com a redação da Portaria nº 556, de 06 de novembro de 2017) dispõe sobre a Estrutura de Governança Corporativa, institui o Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa, os Comitês e as Comissões setoriais, estabelecendo sua composição e sua competência.

Ao Conselho compete monitorar resultados e manifestar-se propositivamente acerca da gestão estratégica, da governança corporativa, das políticas organizacionais, projetos corporativos, processos organizacionais, gestão de resultados, gestão de riscos, fixação das metas e objetivos estratégicos, além de outros temas correlatos à natureza de sua competência.

Atualmente integram o Conselho o Presidente do Tribunal; o Corregedor Regional Eleitoral; o Ouvidor Eleitoral; o Diretor-Geral; os titulares das Secretarias do Tribunal; o Assessor de Gestão Estratégica da Diretoria-Geral e o Coordenador de Controle Interno e Auditoria.

▪ Principais instâncias de apoio à governança no TRE-AL

Corregedoria Regional Eleitoral, Ouvidoria, Assessoria de Gestão Estratégica da Diretoria-Geral, Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria, comitês, comissões e outras unidades administrativas.

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

Outrossim, a Resolução nº 15.732/2016 dispõe sobre a Governança Corporativa de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas e estabelece o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGVTIC.

O Comitê de Governança de TIC é composto pelo Presidente do Tribunal, Corregedor Regional Eleitoral, Juiz Eleitoral Diretor do Foro da Capital, Diretor-Geral do Tribunal, Secretário de Administração, Secretário Judiciário e Secretário de Tecnologia da Informação, cabendo-lhe, dentre outras atribuições: definir princípios e diretrizes que orientem a forma de utilização da TIC no TRE-AL.

Convém assinalar, por fim, que, no âmbito da Justiça Eleitoral, a ação administrativa é orientada em sistemas, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.868/1994:

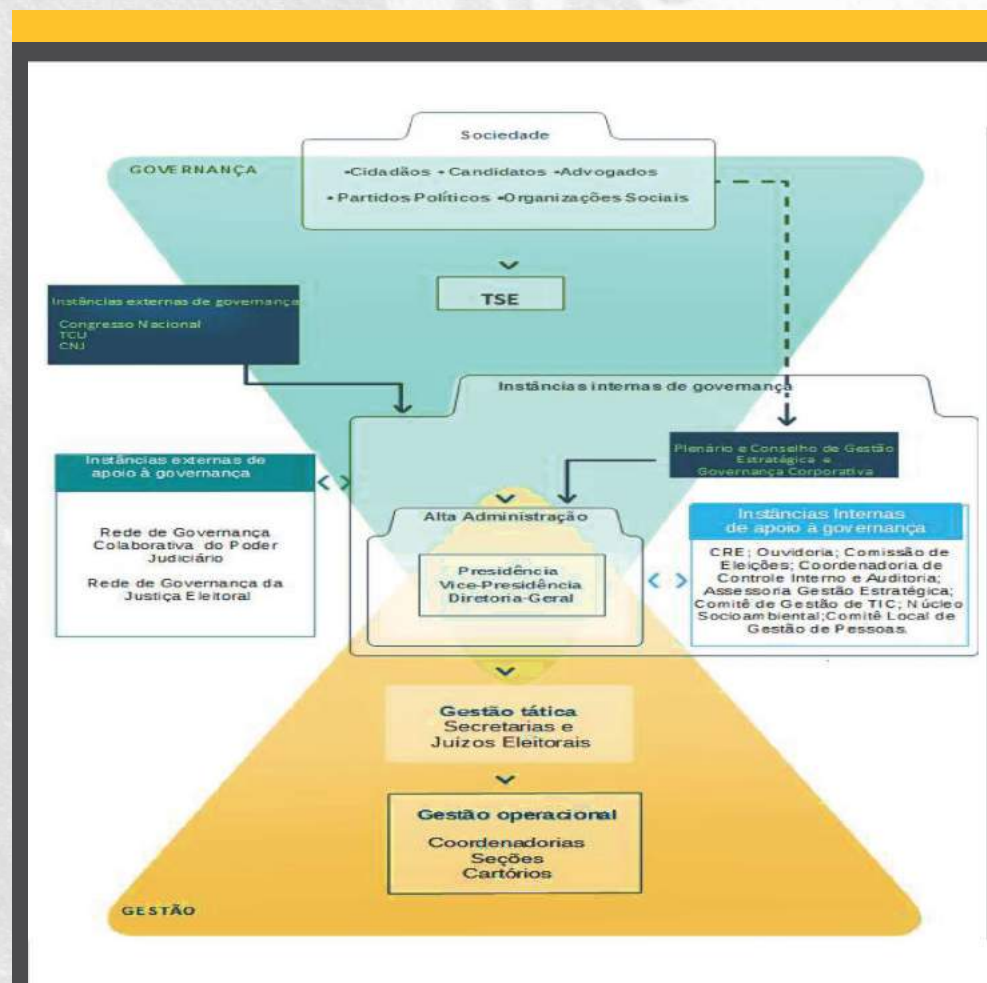
“Art. 11. As atividades a serem desenvolvidas nas áreas de planejamento de eleições, informática, recursos humanos, orçamento, administração financeira, controle interno de material e patrimônio serão organizadas sob a forma de sistemas, cujos órgãos centrais serão as respectivas unidades do Tribunal Superior Eleitoral.”

§ 1º As disposições constantes do caput deste artigo aplicam-se a outras atividades auxiliares comuns que necessitem de coordenação central na Justiça Eleitoral.

§ 2º Os serviços incumbidos das atividades de que trata este artigo são considerados integrados ao respectivo sistema e ficam, consequentemente, sujeitos à orientação normativa, supervisão técnica e à fiscalização específica do órgão central do sistema, sem prejuízo da subordinação hierárquica aos

dirigentes dos órgãos em cuja estrutura administrativa estiver integrado.”

A figura a seguir representa, de forma simplificada, o Sistema de Governança do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas:



Quadro 3

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3.3. Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

- Portal da Justiça Eleitoral (www.tre-al.jus.br);
- Fale conosco: o endereço e as informações para contato podem ser obtidos na internet no Endereço: <http://www.tre-al.jus.br/institucional/fale-conosco>;
- Ouvidoria: (<http://www.tre-al.jus.br/o-tre/ouvidoria>);
- Telefones: (82) 2122-7779/ (82)3221-8434;
- Formulário eletrônico: <http://sei.tre-al.jus.br/clientes/ouvidoria>;
- Atendimento presencial: Segunda a quinta-feira: 13h às 19h . Sexta-feira: 07h30 às 13h30;
- Solicitação pessoal: Protocolo do Tribunal. Telefone: (82) 2122- 7706 ou 7759;
- Sistema Pardal - Aplicativo que tem por finalidade receber denúncias de ilícitos eleitorais;
- Programa Mesário Voluntário.

04

GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS

Av. Aristeu de Andrade, 377 - Farol

82 2122-7700 | 7705

www.tre-al.jus.br



4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1. Gestão de riscos e controles internos: vinculação entre riscos e objetivos estratégicos, riscos significativos quantificados e medidas de mitigação de exercício.

• Avaliação dos controles internos da entidade



Figura 2

A Administração Pública no desempenho de suas funções deve submeter-se a controles diversos, incluindo os controles que deve exercer sobre seus próprios atos, denominados controles internos. A existência e o efetivo

funcionamento dos sistemas de controles internos é uma obrigação estatuída pela Constituição Federal de 1988 (art. 70). A finalidade desses controles é garantir que a administração atue em consonância com os princípios constitucionais, como da legalidade e da eficiência, de forma a assegurar o melhor aproveitamento dos recursos públicos e a boa qualidade dos serviços prestados à população.

A responsabilidade pela existência, adequação e efetividade dos controles internos administrativos compete aos gestores diretamente envolvidos nos processos de trabalho que lhe são afetos. Cabe, no entanto, aos órgãos fiscalizadores avaliar a qualidade e a efetividade desses controles, recomendando ações de aperfeiçoamento, no nosso caso, a Unidade de

Controle Interno e Auditoria.

A avaliação dos controles internos de uma entidade possui como propósito verificar se os controles administrativos estão adequadamente concebidos e se funcionam de maneira eficaz, o que pode ser efetivado a partir da estrutura de controle interno utilizada como referência, o Coso I – Estrutura integrada de controles internos, do Committee of Sponsoring Organizations of The Treadway Commission (Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Tradway).

Assim, um diagnóstico da situação real permite avaliar se os controles atualmente existentes são desenvolvidos. Do contrário, percebe-se que a necessidade de um gestor receber apoio para o aprimoramento, considerando o que efetivamente vem sendo colocado em prática no âmbito do Tribunal. Exemplificando os procedimentos que devem ser implementados de forma satisfatória ou atendendo aos padrões recomendados, podemos citar o mapeamento de processos de trabalho, a gestão de risco, a circulação de informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos e a autoavaliação dos controles internos praticados por cada Unidade.

Numa avaliação dos controles internos do TRE-AL, é possível perceber uma gradual evolução, embora muitas iniciativas ainda necessitem ser adotadas, especialmente diante do cenário de cobrança dos órgãos de controle externo, a exemplo da implementação de políticas de gestão de riscos na Administração Pública.

Consideram-se controles internos o conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos

4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

e metas estabelecidos para a unidade sejam alcançados, conforme definido no inciso X do Parágrafo único do art. 1º da IN TCU 63/2010.

Assim, quanto ao ambiente de controle, as principais fragilidades constatadas dizem respeito ao quantitativo de pessoal inadequado para a realização das atividades de controle e a inexistência de plano/planejamento de capacitação adequado às reais necessidades, especialmente considerando a gestão por competências.

Ainda se observa uma estrutura centralizada de controle, atualmente exercida pela Assessoria de Contas e Apoio à Gestão (ACAGE), especialmente no que se refere à verificação da regularidade de procedimentos administrativos em matéria de contratação e de pessoal, quando, na verdade, os controles deveriam ser melhor percebidos e disseminados por toda a organização.

Destaca-se importante o mapeamento dos principais processos de trabalho, considerando que a sua concretização significa transparência nas operações da organização e contribuição para que os servidores tenham pleno conhecimento de suas funções, responsabilidades e os impactos que causariam, além de contribuir para a avaliação/gestão de riscos e monitoramento/aprimoramento dos procedimentos de controle.

Outros pontos insatisfatórios detectados:

1. os mecanismos gerais de controle instituídos pelo TRE-AL não são percebidos por todos os servidores;
2. verifica-se carência de adequada formalização dos procedimentos e rotinas (manualização) pertinentes à execução da atividade dos setores;
3. constata-se a ausência de revisão dos documentos (formulários, *check-*

list, planilhas etc.) padronizados para muitas das atividades desenvolvidas nos setores;

4. necessidade de capacitação periódica de todos os servidores, seguida do repasse de ensinamentos como multiplicadores;
5. promover melhor divulgação do Código de Ética, assim como da Comissão de Ética do TRE-AL vigente.

Quanto à avaliação de riscos, em face da não implantação da política de gestão de riscos no Órgão, abordada no próximo subitem, é possível identificar fragilidades consistentes na:

1. inexistência da prática de utilização de indicadores de desempenho para medição do alcance dos objetivos das Unidades;
2. ausência de mecanismos para prever, identificar e reagir a eventos que possam afetar o alcance dos objetivos;
3. falta de clareza na identificação dos processos-chaves e críticos para a consecução dos objetivos e metas das unidades;
4. ausência da prática de diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa), bem como identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los;
5. falta de identificação e tratamento dos riscos e oportunidades, de modo que suas implicações sejam integralmente identificadas e o plano de ação seja formulado e cumprido.

Nesse aspecto, houve evolução no tocante ao acompanhamento da medição dos indicadores estratégicos, por meio das reuniões e discussões

4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

periódicas do Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa.

Também se observa tímida evolução no tema, quando da realização das Auditorias Integradas, realizadas pelos Tribunais Eleitorais sob coordenação do Tribunal Superior Eleitoral, utilizando-se a metodologia da Auditoria Baseada em Riscos (ABR), a exemplo da realização da Auditoria Integrada em Dimensionamento da Força de Trabalho.

De maneira geral, os gestores adotam ações reativas, somente após a ocorrência dos eventos (muitos desses rotineiros e previsíveis) é que são tomadas medidas para a solução dos problemas advindos desses eventos. Também ainda é muito incipiente no Órgão a preocupação com os processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da Instituição, que embora formalizados, não são divulgados, acompanhados e cobrados como deveriam.

O componente “**Atividades de Controle**” congrega todas as atividades materiais e formais implementadas pela gestão para assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas com eficácia e que a organização consiga alcançar os objetivos estabelecidos.

Dentro desse quesito, constata-se uma evolução acerca da adoção de instrumentos/rotinas de conformidade e de conferência que permitem certificar que os seus controles internos administrativos estão adequados, adotando-se a revisão periódica por meio de documentos padronizados (formulários, *check-list*, planilhas etc.), a exemplo da Portaria nº 226/2018 TRE/AL/PRE/COCIN/AAU, que instituiu a obrigatoriedade do uso de listas de verificação nas diversas etapas dos procedimentos de contratações de bens e serviços no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, envolvendo 15

(quinze) direcionamentos diferentes.

Registre-se, ainda, os destaques para a ausência da adoção de controles de prevenção e detecção para garantir que as operações realizadas pelas unidades sejam adequadamente processadas e divulgadas, considerando a necessidade de garantir a transparência dos atos, bem como a carência da implementação de mecanismos de controle a fim de minimizar a probabilidade de ocorrência dos riscos identificados.

Verifica-se, também, os destaques para a evolução do quesito “**Informação e Comunicação**”, a partir da utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) voltado ao trâmite dos procedimentos administrativos, bem como do Processo Judicial Eletrônico (PJe), para os processos judiciais.

Constata-se, ainda, o aprimoramento da “Transparência” no portal eletrônico do Tribunal, que melhora a comunicação não apenas para a sociedade, mas também, para seu público interno, a partir da ampliação da divulgação das informações institucionais, relativas às licitações e contratos; receitas e despesas; execução orçamentária e financeira; remunerações, diárias e passagens; prestação de contas, auditorias e inspeções; indicadores de desempenho, metas e resultados; programas, ações, projetos e obras, assim como ao Serviço de Informações ao Cidadão, seja presencial ou eletrônico.

É sabido, contudo, que ainda existem falhas na comunicação, tanto em termos de qualidade, como tempestividade e fidedignidade, embora, existam diversas ferramentas eletrônicas que permitem o repasse instantâneo das informações a todos os níveis da estrutura, a saber: correio eletrônico, comunicados na *intranet*, entre outros. Percebe-se, ainda, um espaço para o

4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

aperfeiçoamento da socialização das informações no âmbito de todo o Tribunal, de forma a contribuir para a execução das responsabilidades de forma eficaz.

Nesse ponto, merece destaque a necessidade de criação de mecanismos de comunicação que permitam a cada unidade obter retorno sobre o seu respectivo desempenho.

Por fim, quanto ao **monitoramento**, persiste a necessidade do sistema de controle interno de cada Unidade ser constantemente monitorado para avaliar sua eficácia e qualidade ao longo do tempo, de modo a contribuir para a melhoria do desempenho das atividades.

• Avaliação da gestão de riscos

Risco é o território da incerteza e consiste na probabilidade de um evento impactar em determinada ação, decisão ou processo. Os riscos são avaliados de acordo com a probabilidade e o impacto. Com base nessas duas dimensões de análise, determina-se o modo pelo qual eles deverão ser administrados.

Nesse tópico, pretende-se que seja demonstrada a percepção dos riscos que possam comprometer os objetivos institucionais e da qualidade do funcionamento dos controles internos administrativos, principalmente quanto à



Figura 3

suficiência desses controles para mitigar os riscos e garantir, com segurança razoável, a confiabilidade das informações financeiras produzidas; a obediência às leis e regulamentos que a regem, ou ao seu negócio; a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano; a eficácia e a eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados.

Ocorre que, essa avaliação ainda não foi formalmente instituída no âmbito do TRE/AL, uma vez que se encontra pendente a implementação de uma política de gestão de riscos no Órgão.

Em relação à implementação da política de gestão de risco, embora por meio do processo eletrônico nº 0002217-53.2016.6.02.8000 tenha sido apresentada minuta de resolução pelo Comitê de Gestão de Riscos (Portaria da Presidência TRE/AL nº 104/2016, alterada pela Portaria nº 312/2016) que teve como finalidade elaborar proposta de Política de Gestão de Riscos do Regional, o Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa entendeu que faltavam elementos que efetivamente impulsionassem a implementação de tal política no Tribunal, detectando a carência do aprofundamento dos estudos e da realização de capacitação dos principais envolvidos. Nesse sentido, vem sendo adotadas iniciativas que constam de um plano de ação, elaborado em novembro de 2018, constante do processo eletrônico nº 0002123-08.2016.6.02.8000.

Implementada a política, ainda no exercício de 2019, espera-se a realização dos levantamentos e estudos necessários à vinculação entre riscos e objetivos estratégicos, identificação e quantificação dos riscos significativos e adoção das medidas específicas de mitigação dos riscos, de maneira integrada ao processo de gestão.

05 RESULTADOS DA GESTÃO

Av. Aristeu de Andrade, 377 - Farol

82 2122-7700 | 7705

www.tre-al.jus.br



5. RESULTADOS DA GESTÃO

• **Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão**

O Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas compõe-se de 8 (oito) macrodesafios, correspondentes aos objetivos estratégicos, distribuídos nas perspectivas: Sociedade, Processos Internos e Recursos, conforme detalhamento constante da descrição a seguir:

• **Perspectiva: Sociedade.**

Garantia dos direitos de cidadania: refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os direitos da cidadania (CF, art. 1º, inc. II), em sua múltipla manifestação social: cidadão administrado (usuário dos serviços públicos), cidadão-eleitor, cidadão-trabalhador- produtor, cidadão-consumidor e cidadão-contribuinte, buscando-se atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa.

• **Perspectiva: Processos Internos.**

Combate à corrupção e à improbidade administrativa: Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a Administração Pública e eleitorais, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional: Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da

razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

Fortalecimento da segurança do processo eleitoral: Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

• **Perspectiva: Recursos.**

Melhoria da Gestão de Pessoas: refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano nos órgãos do Poder Judiciário. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao estabelecimento de sistemas de recompensas, à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

Aperfeiçoamento da Gestão de Custos: Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.

Instituição da governança judiciária: formulação, implantação e

5. RESULTADOS DA GESTÃO

monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades regionais e próprias de cada segmento de justiça, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos da justiça e pela sociedade. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.

Melhoria da infraestrutura e governança de tecnologia da informação: Uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Visa garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

Com base no planejamento estratégico e em seus princípios balizadores, a UPC buscou desenvolver melhorias nas condições de trabalho dos servidores e no atendimento aos usuários dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral, de modo a alcançar a missão do Tribunal.

- **Objetivo Estratégico - Garantia dos direitos de cidadania.**

Na UPC existe a preocupação constante com o desenvolvimento de ações relacionadas às práticas socioambientais sustentáveis. Nesse sentido, o Núcleo Socioambiental praticou campanhas com foco na conscientização sustentável, seja por intermédio de mensagens aos servidores ou mesmo realização de atividades com este viés, a exemplo da campanha de recolhimento

de livros, revistas, gibis, DVD's e da feira orgânica de produtos certificados.

Ainda, no que diz respeito à garantia dos direitos da cidadania, a Escola Judiciária Eleitoral de Alagoas desenvolveu ações preparatórias para as Eleições 2018, de cunho pedagógico e/ou relacionadas à conscientização do eleitor acerca da cidadania e da importância do voto, no âmbito dos Projetos Eleitor Jovem e Eleitor do Futuro, envolvendo as equipes pedagógicas das instituições de ensino que sediaram os eventos e autoridades deste Tribunal, contendo temas versando sobre a democracia, eleições limpas e voto consciente, dentre outros assuntos pertinentes.

- **Objetivo Estratégico - Combate à corrupção e à improbidade administrativa.**

A UPC desenvolve anualmente inspeções e correições com o propósito de observar a realidade cartorária, buscando aferir, de forma direta, a situação dos livros, processos e procedimentos e, conseqüentemente, verificar a necessidade de adotar medidas saneadoras para a resolução das principais dificuldades, garantindo uma prestação jurisdicional hígida e transparente.

Por outro lado, a unidade de Controle Interno e Auditoria da UPC, seguindo cronograma definido no Plano Anual de Auditoria, promove a realização de auditorias, para verificar a consistência e qualidade dos controles internos, avaliar os processos de gerenciamento de riscos e governança corporativa, bem como apoiar as atividades de controle externo.

Ainda com o objetivo de fomentar o combate à corrupção e à improbidade administrativa, deve-se registrar que o Tribunal teve excelente desempenho de 100% de cumprimento da Meta Específica 4 (ações para educação eleitoral), aplicável à Justiça Eleitoral, consistente em promover

5. RESULTADOS DA GESTÃO

ações voltadas ao esclarecimento sobre os direitos e deveres do eleitor, a importância do ato de votar, a autonomia do eleitor na escolha do candidato e o exercício do voto consciente. A referida Meta foi direcionada à Escola Judiciária Eleitoral a qual promoveu, no exercício de 2018, palestras de cunho educativo e político-eleitoral para cerca de 1000 (mil) alunos relacionadas ao Projeto Eleitor Jovem e do Futuro, destinadas aos jovens estudantes da faixa etária de 10 a 17 anos.

Por outro lado, quanto à Meta Específica nº 1 (Identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar em não diplomação ou perda de mandato eletivo, fixando-se prazo máximo de julgamento por instância), embora este Regional não tenha obtido o êxito esperado, no âmbito do 2º grau houve regular desempenho (56%), sendo que, para o ano de 2019 o julgamento dos processos relativos a crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais, foi alçada como ação estratégica prioritária da UPC, constituindo, inclusive, Meta Nacional estabelecida pelo CNJ para cumprimento em 2019.

- **Objetivo Estratégico - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.**

Importante ação com foco na celeridade e produtividade na prestação jurisdicional consiste na implantação do processo judicial em meio eletrônico. De fato, a tramitação de todos os processos de registro de candidatura relacionados às eleições de 2018 deu-se através do Pje contribuindo para a produtividade na prestação jurisdicional. Tal projeto favorece, também, o fortalecimento da segurança do processo eleitoral e da celeridade, outro importante eixo de direcionamento do Planejamento Estratégico do Tribunal.

Ainda com relação ao objetivo estratégico, celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, convém registrar os resultados exitosos do Tribunal concernentes às metas nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para o exercício 2018.

De acordo com o Sistema de Controle de Acesso (CNJ) e informações consolidadas pela Rede de Governança Colaborativa da Justiça Eleitoral, no que diz respeito às Metas Nacionais gerais a esta UPC, no ano de 2018, tem-se os seguintes resultados:

METAS NACIONAIS DE 2018		
META	DESCRIÇÃO	CUMPRIMENTO
Meta Nacional 1	Julgar mais processos que os distribuídos (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).	108,50%
Meta Nacional 2	Julgar processos mais antigos Identificar e julgar, até 31/12/2018, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016.	105,28% - 105,32% no 1º grau; - 103,54% no 2º grau.

Tabela 2

- **Objetivo Estratégico - Fortalecimento da segurança do processo eleitoral.**

Com o objetivo de se buscar o fortalecimento da segurança do processo eleitoral, houve em 2018 um maior incremento na divulgação de matérias sobre segurança da votação e de esclarecimento sobre o funcionamento do processo eletrônico de votação.

5. RESULTADOS DA GESTÃO

Por outro lado, para fins de alinhamento e apoio à logística das ações estabelecidas pela UPC com vistas à realização das Eleições Gerais de 2018, com ações de esclarecimento dos agentes de segurança, buscou-se em 2018 a intensificação de visitas técnicas e reuniões com diversos Órgãos de Segurança Pública, a exemplo das Superintendência da Polícia Federal, da Polícia Militar, Companhia do 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, Cúpula da Secretaria de Segurança Pública do Estado, dentre outros.

- **Objetivo Estratégico - Melhoria da Gestão de Pessoas.**

A valorização do capital humano do tribunal, a promoção de saúde e qualidade de vida são temas priorizados pela UPC. De fato, sob a perspectiva da melhoria da gestão de pessoas, as ações relacionadas ao programa qualidade de vida propiciou a realização de campanhas e palestras promovendo maior integração entre os servidores.

A Escola Judicial Eleitoral promoveu ações de capacitação e atualização de servidores e Juízes Eleitorais no ano de 2018.

Por outro lado, a Ouvidoria Regional Eleitoral realizou diversas ações visando à preparação das Eleições 2018 e, em geral, ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional desta Justiça especializada, com palestras destinadas aos universitários e ao público jovem.

- **Objetivo Estratégico - Aperfeiçoamento da Gestão de Custos.**

Em busca do aprimoramento do planejamento da ocupação imobiliária, promoveu-se melhorias nas instalações e espaços dos cartórios eleitorais, através de locação, restauração, realização de adaptações, respeitando, inclusive, as necessárias normas de acessibilidade.

Por outro lado, deve-se observar o constante aprimoramento da gestão de custos do Tribunal. De fato, a sistemática de apuração de custos na justiça eleitoral é regulamentada por meio da resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral- TSE-, e foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão. A apuração de custos é viabilizada por meio de um sistema próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC-”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, pelos Tribunais Eleitorais.

- **Objetivo Estratégico - Instituição da governança judiciária.**

O Tribunal, buscando aperfeiçoar os mecanismos de gestão de risco, estabeleceu, no ano de 2018, um plano de ação para implantação formal de uma política de gestão de riscos bem delineada. Todas as ações são acompanhadas por meio do processo eletrônico nº 0002217-53.2016.6.02.8000, sendo que, segundo o cronograma estabelecido, a referida política estará completamente implementada no exercício de 2019. As ações são coordenadas pelo Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa.

Buscando fortalecer a cultura da transparência, houve o aprimoramento da “Transparência” no portal eletrônico do Tribunal, melhorando a comunicação não apenas para a sociedade, mas também, para seu público interno, a partir da ampliação da divulgação das informações

5. RESULTADOS DA GESTÃO

institucionais, relativas às licitações e contratos; receitas e despesas; execução orçamentária e financeira; remunerações, diárias e passagens; prestação de contas, auditorias e inspeções; indicadores de desempenho, metas e resultados; programas, ações, projetos e obras, assim como ao Serviço de Informações ao Cidadão, seja presencial ou eletrônico.

• Objetivo Estratégico - Melhoria da Infraestrutura e Governança de Tecnologia da Informação.

No que toca à melhoria da infraestrutura e governança de Tecnologia da Informação, ressalte-se a contínua ampliação do rol de ferramentas e sistemas em uso com vistas ao aperfeiçoamento da ação administrativa, com priorização do item segurança da informação, para atender aos serviços ofertados *on-line* tanto para os usuários internos (servidores, magistrados) quanto aos externos (eleitores e demais instituições), a exemplo da implantação do Processo Judicial Eletrônico, solução tecnológica que agrega requisitos importantes de segurança e de interoperabilidade.

Por outro lado, o Tribunal procedeu à adequação da estrutura de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação aos normativos de regência.

Com efeito, a Governança Corporativa de Tecnologia da Informação e Comunicação constitui o conjunto estruturado de mecanismos destinados a permitir à alta administração o planejamento, a direção e o controle da utilização atual e futura da TIC, a fim de contribuir para o cumprimento da missão e o alcance dos objetivos estratégicos da Instituição.

No Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, os mecanismos de Governança Corporativa de TIC foram estabelecidos por meio da Resolução

TRE/AL nº 15.732, publicada no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Alagoas em 14 de setembro de 2016. Dentre os mecanismos que norteiam a Governança Corporativa de TIC no TRE/AL, podem ser citados o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), instituído pela Resolução TRE-AL nº 15.809/2017; o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), instituído pela Resolução TRE-AL nº 15.818/2017; o Catálogo de Serviços de TIC, aprovado pela Portaria TRE-AL nº 438/2017; Política de Gestão dos Ativos de TIC; o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CgvTIC), e o Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC).

• Iniciativas estratégicas atreladas aos Macrodesafios

O Planejamento Estratégico da UPC estabeleceu iniciativas estratégicas vinculadas a cada Macrodesafio, conforme se vê no quadro a seguir: Estratégico - Melhoria da infraestrutura e governança de tecnologia da informação.

Alinhamento estratégico	Nome da iniciativa estratégica
Garantias dos direitos de cidadania.	Executar ações relacionadas às práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa.
	Revisar e aprimorar as cartas de serviços ao eleitor de 1º e 2º grau, agrupando-as em documento único.
	Aprimorar as ações de educação política (Eleitor do Futuro e Eleitor Jovem).
	Aprimorar as ações de incentivo aos Mesários Voluntários.
	Aprimorar as ações voltadas para garantia dos direitos de cidadania e àquelas relacionadas à acessibilidade.
	Acompanhar a tramitação e priorizar o julgamento no 1º e

5. RESULTADOS DA GESTÃO

Combate à corrupção e à improbidade administrativa.	2º grau das ações que possam importar a não diplomação ou a perda do mandato eletivo.
	Aprimorar as atividades de auditoria interna.
	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos.
	Aprimorar ações de controle relacionadas à confiabilidade do cadastro eleitoral.
	Aperfeiçoar os mecanismos de inspeção e correção.
Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.	Informatizar o processo judicial na Justiça Eleitoral de Alagoas.
	Aumentar a celeridade, transparência e produtividade da prestação jurisdicional.
	Aprimorar os processos de gestão de eleições.
	Aprimorar a gestão dos cartórios eleitorais.
Fortalecimento da segurança do processo eleitoral.	Ampliar a divulgação de matérias sobre a segurança da votação.
	Promover ações de esclarecimento sobre o funcionamento do processo eletrônico de votação.
	Promover ações de esclarecimento e capacitação dos agentes de segurança pública com foco nos trabalhos relacionados ao pleito eleitoral.
Melhoria da gestão de pessoas.	Implantar modelo de gestão por competências.
	Desenvolver e valorizar o capital humano do Tribunal.
	Monitorar o clima e promover a prática dos valores organizacionais.
	Intensificar as ações de promoção de saúde e qualidade de vida dos servidores.
Aperfeiçoamento da gestão orçamentária.	Promover a qualidade de vida no trabalho.
	Aperfeiçoar o Planejamento da Ocupação Imobiliária da Justiça Eleitoral.
	Aprimorar o Planejamento Orçamentário e a Qualidade dos Gastos.
Instituição da governança judiciária.	Aperfeiçoar a governança em gestão de pessoas.
	Aprimorar o modelo de governança e gestão da Justiça Eleitoral de Alagoas.
	Aprimorar a estrutura funcional da Secretaria do Tribunal.
	Fortalecer a cultura da transparência.

	Implantar sistema de gestão de riscos.
	Tramitar eletronicamente os processos administrativos.
	Aperfeiçoar a gestão de contratos e os planos de aquisição e manutenção.
Melhoria da infraestrutura e governança de tecnologia da informação	Aprimorar os processos de governança de TI.
	Assegurar a integração, a padronização e a usabilidade das soluções de TI.
	Atualizar a infraestrutura de TI nos cartórios eleitorais.

Tabela 3

Indicadores de desempenho quantificados e alinhados aos objetivos.

O Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (ciclo 2016-2021) estabeleceu um total de 17 indicadores para acompanhar o resultado da gestão.

A seguir tem-se o detalhamento dos indicadores constantes do Planejamento Estratégico vigente e respectivos resultados auferidos no exercício de 2018:

INDICADOR 1: Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria.				
LB/2014	100%			
Meta	Responder a 95% dos contatos recebidos pela Ouvidoria.			
Resultado/2018	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
	66%	83%	55,93%	85,11%

Tabela 4

INDICADOR 2: Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria			
LB/2014	12,5 dias úteis		
Meta	Responder a 100% dos contatos recebidos pela Ouvidoria em tempo médio inferior a 5 (cinco) dias úteis.		
Resultado/2018	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre
	22 dias úteis.	36 dias úteis.	42 dias úteis.

Tabela 5

5. RESULTADOS DA GESTÃO

INDICADOR 3: Índice de satisfação do público externo						
LB/2014	64%					
Metas	2016	2017	2018	2019	2020	2021
	80%	80%	83%	85%	87%	90%
Resultado/2018	91% de avaliações bom e ótimo.					

Tabela 6

INDICADOR 4: Índice de julgamento de ações que possam importar em não diplomação ou a perda do mandato eletivo.

Obs.: Segundo o Plano Estratégico este indicador é aferido em dezembro de anos não eleitorais.

INDICADOR 5: Taxa de congestionamento de processos judiciais.		
LB/2014	1º grau: 56% 2º grau: 12,3%	
Meta/2018	Reduzir a taxa de congestionamento para 30% no 1º grau e para 10% no 2º grau.	
Resultado/2018	1º semestre: 1º grau: 53,95% 2º grau: 14,3%	2º semestre: 1º grau: 63,22% 2º grau: 41,8%

Tabela 6

INDICADOR 6: Índice de reconhecimento biométrico do eleitor	
LB/2014	1º Turno: 87,1% de reconhecimento biométrico. 2º turno: 92,8% de reconhecimento biométrico.
Meta/2018	1º Turno: 90% de reconhecimento biométrico. 2º Turno: 93% de reconhecimento biométrico.
Resultado/2018	1º Turno: 87,33% dos eleitores foram habilitados pela biometria. 2º turno: 86,43% dos eleitores foram habilitados pela biometria.

Tabela 8

INDICADOR 7: Percentual de urnas eletrônicas substituídas.	
LB/2014	1,59%

Meta	Garantir que a substituição de urnas fique abaixo de 0,5%.
Resultado/2018	1º Turno: 2,67 %; 2º Turno: 2,48%.

Tabela 9

INDICADOR 8: Índice de aderência ao plano anual de capacitação - PAC	
LB/2014	50,94%
Meta	Alcançar anualmente 80% de aderência ao PAC
Resultado/2018	75,75%

Tabela 10

INDICADOR 9: Índice de adequação às competências organizacionais.

Obs.: a mensuração não será obrigatória até que sejam ultimados os trabalhos do Grupo de Trabalho de mapeamento das competências organizacionais no âmbito do TRE/AL.

INDICADOR 10: Clima Organizacional.	
LB/2015	77%
Meta	Alcançar 80% de satisfação do servidor
Resultado/2018	77%

Tabela 11

INDICADOR 11: Grau de satisfação com o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho	
LB	-
Meta	Pelo menos 75% de satisfação com o programa.
Resultado/2018	73%

Tabela 12

INDICADOR 12: Índice de adequação das instalações físicas.	
LB/2014	65%
Meta/2014	Alcançar 80% de adequação das instalações físicas da Justiça Eleitoral de Alagoas ao final de cada período.
Resultado/2018	74,92%

Tabela 13

INDICADOR 13: Acompanhamento trimestral da execução	
---	--

5. RESULTADOS DA GESTÃO

orçamentária				
LB	-			
Meta/2018	Garantir, trimestralmente, o acompanhamento integral da execução orçamentária do Tribunal, na seguinte sequência:			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	35%	60%	85%	95%
Resultados				
Manutenção Geral – Custeio :				
1º Trimestre: 66,68 % ; 2º Trimestre: 75,00 % ; 3º Trimestre: 81,72%; 4º Trimestre: 92,20%.				
Manutenção Geral – Investimentos:				
1º Trimestre: 0,00% ; 2º Trimestre: 06,66%; 3º Trimestre: 52,09%; 4º Trimestre: 89,81%.				
Ações Estratégicas:				
Despesa agregada – Ampliação da <u>infra-estrutura</u> de TI				
1º Trimestre: 0,00% ; 2º Trimestre: 0,00%; 3º Trimestre: 0,00%; 4º Trimestre: 0,00%.				
Despesa agregada – Ampliação dos pontos de transmissão remota do resultado das eleições				
1º Trimestre: 0,00% ; 2º Trimestre: 0,00% ; 3º Trimestre: 0,00 %; 4º Trimestre: 0,00%.				
Despesa agregada – Gestão por competência				
1º Trimestre: 0,00%; 2º Trimestre: 0,00% ; 3º Trimestre: 0,00% ; 4º Trimestre: 0,00%.				
Despesa agregada – Plano Anual de Capacitação – PAC				
1º Trimestre: 55,45%; 2º Trimestre: 76,31% ; 3º Trimestre: 83,01%; 4º Trimestre: 100%.				
Despesa agregada – Reforma de Cartório Eleitoral (Cacimbinhas)				
1º Trimestre: 0,00% ; 2º Trimestre: 0,06 %; 3º Trimestre: 0,11% ; 4º				

Trimestre: 81,16%.

Despesa agregada – Reforma de Cartório Eleitoral (União dos Palmares)

1º Trimestre: 0,00%; 2º Trimestre: 0,00% ; 3º Trimestre: 0,00 %; 4º Trimestre: 0,00%.

Tabela 14

INDICADOR 14: Índice de perda orçamentária.	
LB	-
Meta	Reduzir as perdas orçamentárias anualmente até atingir o índice de 10%.
Resultado/2018	7,73%

Tabela 15

INDICADOR 15: Aderência da execução ao planejamento orçamentário.	
LB	-
Meta	Melhorar o desempenho em 5% a cada ano, até atingir 80%, patamar considerado satisfatório, e manter o índice.
Resultado/2018	76,35%

Tabela 16

INDICADOR 16: Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços					
LB/2014	15%				
Meta	Obter os seguintes percentuais de processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, conforme o ano:				
	2017	2018	2019	2020	2021
	35%	40%	45%	55%	60%
Resultado/2018	43,48%				

Tabela 17

INDICADOR 17: Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TI	
LB/2014	99,26%.
Meta	Assegurar índice acima de 99% de disponibilidade de sistemas de TI.
Resultado/2018	1º Trimestre/2018: 100%

5. RESULTADOS DA GESTÃO

18	2º Trimestre/2018: 100%
	3º Trimestre/2018: 97,76%
	4º Trimestre/2018: 99,19%

Tabela 18

• **Avaliação equilibrada dos objetivos alcançados e do desempenho em relação às metas.**

Conforme registrado, anteriormente, o indicador 4 (Índice de julgamento de ações que possam importar a não diplomação ou a perda do mandato eletivo) não é aferível no ano de 2018. Por outro lado, o indicador 9 (Índice de adequação às competências organizacionais) ainda está com aferição suspensa em virtude da não conclusão dos trabalhos referentes ao mapeamento das competências organizacionais, porquanto devido às restrições orçamentárias, decidiu-se pela implementação do projeto para implantação da gestão por competências em algumas etapas.

Levando-se em consideração a adoção, para fins didáticos, dos conceitos para avaliação dos resultados dos indicadores preceituados pela Unidade de Controle Interno do TRE-AL (parâmetro “Bom”- Para aqueles que alcançarem um cumprimento acima de 80% da meta; “Regular” de 70% a 80%; e “Insatisfatório” - abaixo dessa faixa), tem-se que apenas 26,6% dos indicadores não apresentaram resultado próximo ao esperado.

Com efeito, no exercício de 2018 do total de indicadores mensuráveis no período somente os indicadores 2 (tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria), 5 (taxa de congestionamento de processos judiciais), 7 (percentual de urnas



Gráfico 1

eletrônicas substituídas) e 13 (acompanhamento trimestral da execução orçamentária) apresentaram um resultado discrepante da meta estabelecida.

Nesse sentido, percebe-se o bom nível de correspondência entre os resultados apurados nos indicadores e as metas traçadas pelo Tribunal para vigência em 2018, sem prejuízo de se manter rigoroso monitoramento daqueles cujos resultados foram insatisfatórios, como forma de se otimizar os mecanismos de gestão no sentido de aprimorar a ação administrativa dentro dos parâmetros planejados pelo Órgão.

• **Monitoramento de metas não alcançadas e justificativas para os resultados**

No que diz respeito ao indicador 2 (tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria) deve-se frisar que, devido a maior visibilidade da ouvidoria, as demandas cresceram exponencialmente, demandando aumento do quadro de pessoal da unidade. Ocorre que, tal demanda concorre também com várias unidades do Tribunal, sendo que por força das restrições orçamentárias que inviabilizaram os provimentos de cargos vagos, o Tribunal tem encontrado dificuldades para a recomposição da força de trabalho. Não se pode olvidar que as demandas dirigidas à Ouvidoria demandam esforços para pronta-respostas de outras unidades, tendo em vista a pertinência temática de cada solicitação.

O indicador 5 (taxa de congestionamento de processos judiciais) deve-se levar em consideração a demanda processual no Tribunal e nas Zonas Eleitorais que ocorre, em anos eleitorais, tipicamente no segundo semestre, com os processos sendo solucionados no ano seguinte.

5. RESULTADOS DA GESTÃO

O indicador 7 (percentual de urnas eletrônicas substituídas), sofreu impacto direto de eventos que não dependem necessariamente das ações do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. De fato, a despeito da realização de ações de manutenção de urnas (preventiva e corretiva) realizadas pelo TRE-AL, nas eleições de 2018, ocorreram alguns defeitos nas urnas que não foram previstos pelo TSE e pelos TRE's, até mesmo durante a realização dos simulados propostos pelo TSE. Por outro lado, fatores externos como denúncias falsas de erro nos teclados das urnas, as chamadas “fake news”, ocasionaram a substituição das urnas que estavam funcionando a contento, provocando um resultado negativo no referido indicador.

Quanto ao indicador 13 (acompanhamento trimestral da execução orçamentária) os vários contingenciamentos orçamentários promovidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, tendo em vista o cenário restritivo nacional, impactaram no desenvolvimento das ações previamente planejadas, refletindo negativamente no resultado do índice 13.

- **Perspectiva para os próximos exercícios: desafios e incertezas.**

A aprovação da Emenda Constitucional nº 95 proporcionou forte impacto na gestão orçamentária da Administração Pública, exigindo dos gestores a otimização dos recursos financeiros de modo a atender as despesas imprescindíveis ao funcionamento do órgão, sem prejudicar a prestação de serviços aos usuários.

A perspectiva para os próximos exercícios é de que permaneça esse cenário orçamentário restritivo, impactando fortemente a necessidade de recomposição da força de trabalho do Tribunal, haja vista, inclusive, os impedimentos para nomeação de novos servidores.

Lado outro, as restrições orçamentárias também tem impacto negativo profundo nos investimentos em infraestrutura imobiliária, dificultando ou mesmo inviabilizando a aquisição de imóveis adrede planejados, a exemplo daquele destinado à nova Sede da Secretaria do Tribunal.

Não se pode olvidar que a melhoria na infraestrutura imobiliária propicia um ambiente de trabalho salubre, seguro, em boas condições de funcionamento e, com total atendimento às regras de acessibilidade para o eleitor e para o público interno, contribuindo para a garantia dos direitos de cidadania e para a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, macrodesafios previstos no Planejamento Estratégico do Tribunal.

O desafio que se impõe é de se promover a gestão patrimonial racional, garantindo a manutenção dos imóveis, bem como sua permanente fiscalização, sem gastos adicionais.

Nesse sentido, dentro dessa perspectiva de se buscar maior economia na gestão patrimonial, o Tribunal perseguirá a meta de reduzir ou evitar o crescimento dos valores dispendidos com locação de imóveis. Para isso, já finaliza o exercício de 2018 com a redução de 6 (seis) Postos de Atendimento localizados nos municípios de Anadia, Limoeiro de Anadia, Matriz de Camaragibe, Piaçabuçu, Santa Luzia do Norte e Junqueiro, em decorrência do projeto de Rezoneamento da Justiça Eleitoral de Alagoas, propiciando uma economia de cerca de 4,35%.

Por outro lado, o Tribunal continuará primando pela redução nos gastos com energia e água/esgoto, mantendo a perspectiva de uso racional desses serviços, atendendo aos parâmetros socioambientais formalmente instituídos no Plano de Logística Socioambiental, de modo a manter os

5. RESULTADOS DA GESTÃO

resultados positivos já alcançados no presente exercício.

Vê-se, pois, que o Tribunal tem buscado persistentemente o gasto racional dos recursos financeiros sem descurar-se da garantia de alta qualidade na prestação dos serviços, primando pelo alcance da visão de futuro do Tribunal, qual seja consolidação da credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.



Figura 4

06

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

Av. Aristeu de Andrade, 377 - Farol

82 2122-7700 | 7705

www.tre-al.jus.br



6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1. Estratégia para alcançar os principais objetivos da UPC e planos de alocação de recursos para implementar essa estratégia no exercício, assim como os principais desafios e ações futuras.

O alcance da missão da Justiça Eleitoral – garantia da legitimidade do processo eleitoral – impõe a sua atuação jurisdicional, administrativa (relativa à organização e realização das eleições) e regulamentar (elaboração das normas referentes ao processo eleitoral) em estrita obediência aos ditames constitucionais e legais, por meio da utilização transparente e eficiente dos recursos humanos, materiais e orçamentários disponibilizados.

Nesse sentido, a alta administração do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas atua ininterruptamente para alcançar os objetivos constantes do planejamento estratégico do Tribunal, sem descuidar-se de assegurar a valorização dos servidores, a adequação das instalações físicas aos modernos padrões de qualidade, funcionalidade e acessibilidade, bem como a eficiência e a celeridade na prestação dos serviços destinados aos usuários externos.

De fato, como resultado desse processo de planejamento e da correta gestão financeira do Tribunal, podem ser citadas as adequações prediais em execução nos prédios destinados aos Cartórios Eleitorais da 19ª e 46ª Zonas Eleitorais e no imóvel outrora destinado à Sede do Tribunal.

Oportuno destacar, também, os investimentos realizados na aquisição e implantação de sistemas eletrônicos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, a exemplo do Processo Judicial Eletrônico – Pje.

Por outro lado, merecem destaque os investimentos em ações de qualificação dos servidores, através dos planos anuais de capacitação, com o objetivo de assegurar a celeridade na prestação jurisdicional

Não se pode olvidar que todos os gastos realizados para a concretização dos objetivos estratégicos planejados, foram efetivados dentro dos padrões de economicidade, sempre atentos ao cenário de restrições orçamentárias vivenciado no Tribunal, em especial, e no País como um todo.

De fato, a escassez orçamentária tornou-se um dos maiores desafios enfrentados no exercício de 2018, situação que deve permanecer nos próximos ciclos de gestão, devido ao novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016.

Contudo, as restrições financeiras impostas não obstaculizaram a realização das estratégias traçadas para alcançar os objetivos planejados.

Com efeito, em busca de garantir a concretização de sua missão, assegurando a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e de ser votado, o Tribunal assegurou a realização das eleições de 2018 de forma harmônica, ordeira, célere e segura, consequência esperada do contínuo aperfeiçoamento do Planejamento das Eleições, com foco na eficiência e eficácia de sua execução nos campos administrativo, logístico e operacional.

Por fim, convém registrar que todas as realizações efetivadas foram pautadas rigorosamente pela observância das normas legais e dos princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública, com ênfase na transparência e no respeito aos órgãos de controle internos e externos.

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.2. Gestão orçamentária e financeira.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

• Do PPA 2016-2019

A Lei do PPA 2016-2019 foi elaborada como um instrumento mais estratégico, no qual seja possível ver com clareza as principais diretrizes de governo e a relação destas com os Objetivos a serem alcançados nos Programas Temáticos.

Com base nessas diretrizes, o PPA 2016-2019 contempla os Programas Temáticos e os de Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Entende-se por PROGRAMA TEMÁTICO, aquele que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à Sociedade. Por sua vez, o PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO, expressa e orienta ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

No caso específico do TRE-AL não há previsão de PROGRAMA TEMÁTICO no PPA, sendo previsto apenas 03 Ações específicas de Gestão e Manutenção, quais sejam:

- a) **20GP**-Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, desmembrando-se em Plano Orçamentário 01 e 02;
- b) **212B** – Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes;

- c) **2004** – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes;

Essas ações fortalecem o Programa de GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL, através de ATIVIDADES que são desenvolvidas de forma contínua e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.

As ações são estipuladas com metas físicas e quantitativas. Os quadros abaixo demonstram as metas previstas e realizadas por Ação Orçamentária.

PLANO ORÇAMENTÁRIO 01

Item	Meta Física	Executado	% Atingimento
Eleitor Atendido	2.120.333	2.185.998	103,10%

Item	Valor Programado	Valor Executado	% Atingimento
Dotação Líquida	15.084.189	12.093.974	80,18%

Tabela 19

PLANO ORÇAMENTÁRIO 02

Item	Meta Física	Executado	% Atingimento
Capacitações Efetuadas	421	103	24,47%

Item	Valor Programado	Valor Executado	% Atingimento
Dotação Líquida	369.000	228.370	61,89%

Tabela 20

20GP-Julgamento de Causas e Gestão Administrativa Justiça Eleitoral

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

212B-Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes**0001 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES CÍVIS E DE EMPREGADOS**

Item	Meta Física	Executado	% Atingimento
Servidor Beneficiado	78	68	87,18%

Item	Valor Programado	Executado	% Atingimento
Dotação Líquida	544.264	525.472	96,55%

Tabela 21

0003 - AUXÍLIO-TRANSPORTE DE CÍVIS

Item	Meta Física	Executado	% Atingimento
Servidor Beneficiado	48	49	102,08%

Item	Valor Programado	Executado	% Atingimento
Dotação Líquida	158.555	144.966	91,43%

Tabela 22

0005 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO DE CÍVIS

Item	Meta Física	Executado	% Atingimento
Servidor Beneficiado	315	308	97,78%

Item	Valor Programado	Executado	% Atingimento
Dotação Líquida	3.329.657	3.298.935	99,08%

Tabela 23

2004-Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes.**0001 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DE CÍVIS**

Item	Meta Física	Executado	% Atingimento
Servidor Beneficiado	865	865	100,00%

Item	Valor Programado	Executado	% Atingimento
Dotação Líquida	2.231.700	2.230.513	99,95%

Tabela 24

Verifica-se um excelente atingimento das metas previstas para a Ação de Benefícios Obrigatórios, bem como da Assistência Médica e Odontológica.

Quanto à ação de 20GP-Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral, tivemos um baixo percentual de atingimento das Metas do Plano Orçamentário “02” no que concerne à execução da meta física de capacitação em percentual de apenas 24,47%.

Independente de outros fatores que tenham ocasionado o baixo desempenho dessa meta, é fato que o ano eleitoral dificulta a execução de capacitações, face o direcionamento, de toda mão de obra, para condução do processo eleitoral.

- Das Ações Orçamentárias**

O Orçamento Anual de 2018 do TRE-AL, fora consignado em R\$ 109.842.474,00, assim distribuídos:

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA TRE-AL - 2018 EM R\$1000

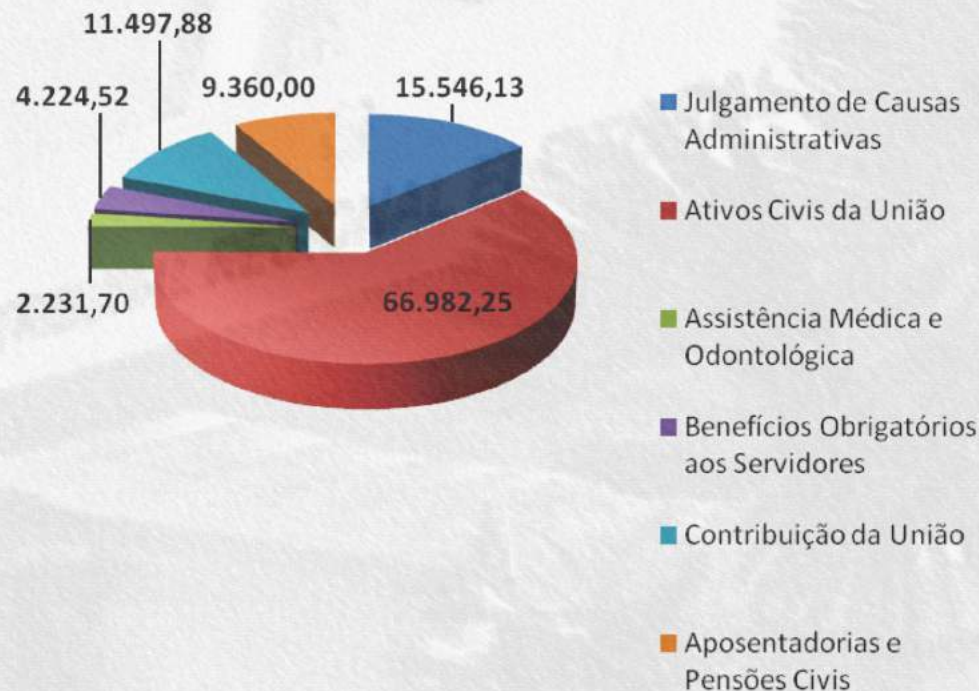


Gráfico 2

Contemplando os valores de R\$ 12.217.905,92, das Provisões recebidas de Pleitos Eleitorais, o orçamento do TRE-AL inicial atingiu o montante de R\$ 122.060.379,92.

• Dos Acréscimos e Decréscimos Orçamentários

Ao longo do exercício houve a necessidade de acréscimos orçamentários no montante de R\$ 7.698.496,00 e decréscimos no valor de R\$ 2.931.574,00, contribuindo para um acréscimo orçamentário líquido da ordem de R\$ 4.766.922,00, distribuídos nas ações abaixo:

Em R\$ 1.000			
Ação Orçamentária	LOA Inicial	Adic/Decres	LOA Final
Julgamento de Causas Administrativas	15.546,13	-461,94	15.084,19
Ativos Cíveis da União	66.982,25	3.895,29	70.877,54
Assistência Médica e Odontológica	2.231,70	0,00	2.231,70
Benefícios Obrigatórios aos Servidores	4.224,52	-110,68	4.113,84
Contribuição da União	11.497,88	882,88	12.380,75
Aposentadorias e Pensões Cíveis	9.360,00	561,38	9.921,38
Pleitos Eleitorais	12.217,91	0,00	12.217,91
Total	122.060,38	4.766,92	126.827,30

Tabela 25

• Da Execução Orçamentária

No tocante à execução orçamentária, houve um excelente desempenho em praticamente todas as ações orçamentárias, tanto aquelas constantes na proposta do TRE-AL, quanto aquelas descentralizadas pelo TSE como as ações de pessoal, benefícios, aposentadorias, contribuição da união e de pleitos.

O percentual de execução da ação 20GP – Julgamento de Causas Administrativas foi o que apresentou menor desempenho (80,18%). É fato que o contingenciamento do orçamento para lastrear financeiramente o valor de Restos a Pagar contribuiu decisivamente para a execução em nível inferior a média das outras ações.

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

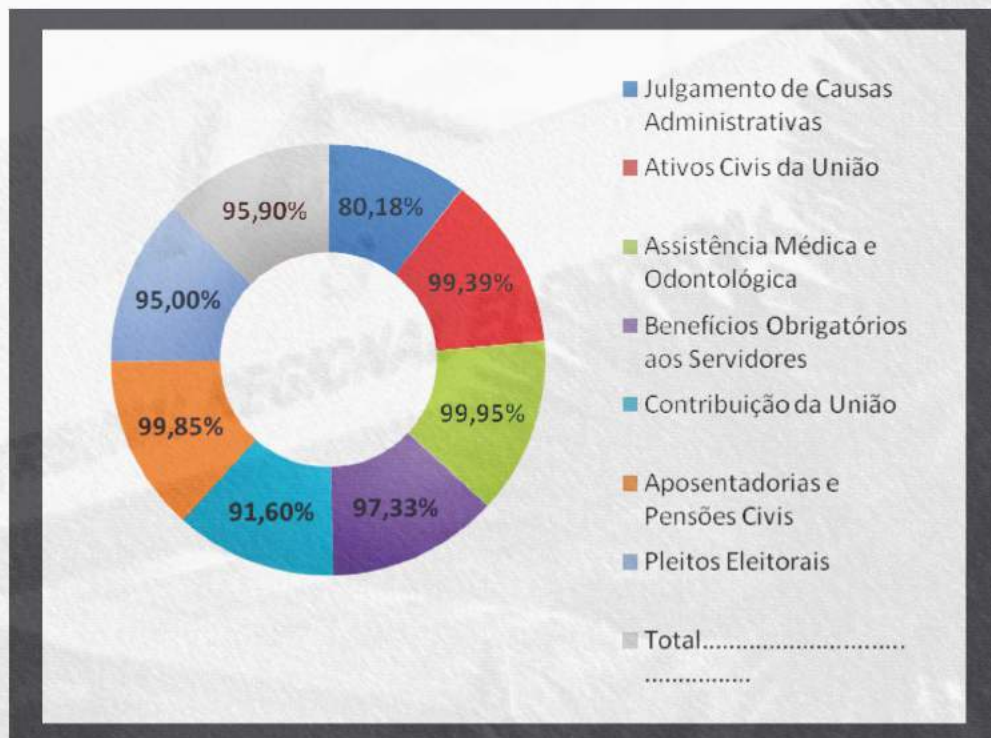


Gráfico 3

- Dos Limites Financeiros**

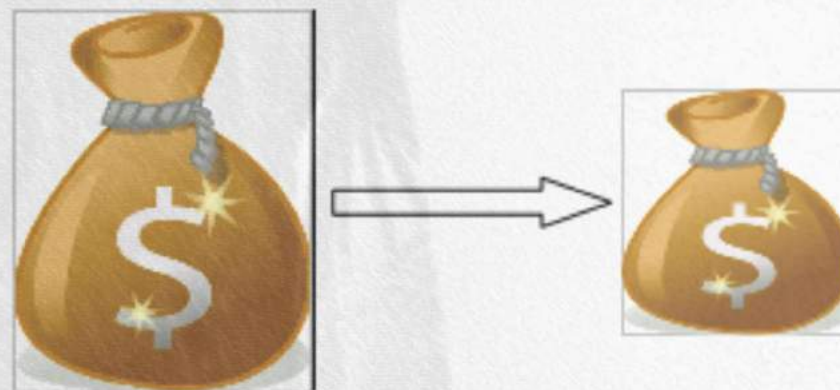
A Portaria TSE nº 1.066 de 07 de dezembro de 2018, publicada no DOU nº 240, Seção 1, de 14/12/2018, p. 117-118, estabelece como limite final de pagamento, para as despesas discricionárias do TRE-AL, no exercício de 2018, o montante de R\$ 15.023.162,00.

O atingimento de apenas 79,95% do nosso limite de pagamento deu-se em virtude da impossibilidade de pagamento de despesas e serviços contratados ao final do exercício e não entregues. Também contribuiu para o baixo índice e a baixa execução das reformas do Prédio da antiga Sede do TRE-AL. Ao final do exercício foi necessário a inscrição de R\$ 1.824.785,64 em Restos a Pagar

relativos a despesas discricionárias. Se não houvesse a inscrição nesse montante, o atingimento da meta financeira seria de 92,10%.

Limite: 15.023 milhões

Pago: 12.012 milhões



79,95%

Figura 5

- Da Movimentação de Restos a Pagar**

O valor constante de Restos a Pagar no início do exercício de 2018 era da ordem de R\$ 1.754.371,03, chegando na posição de dezembro/2018, antes da inscrição do exercício findo, ao montante de R\$ 404.843,15.

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

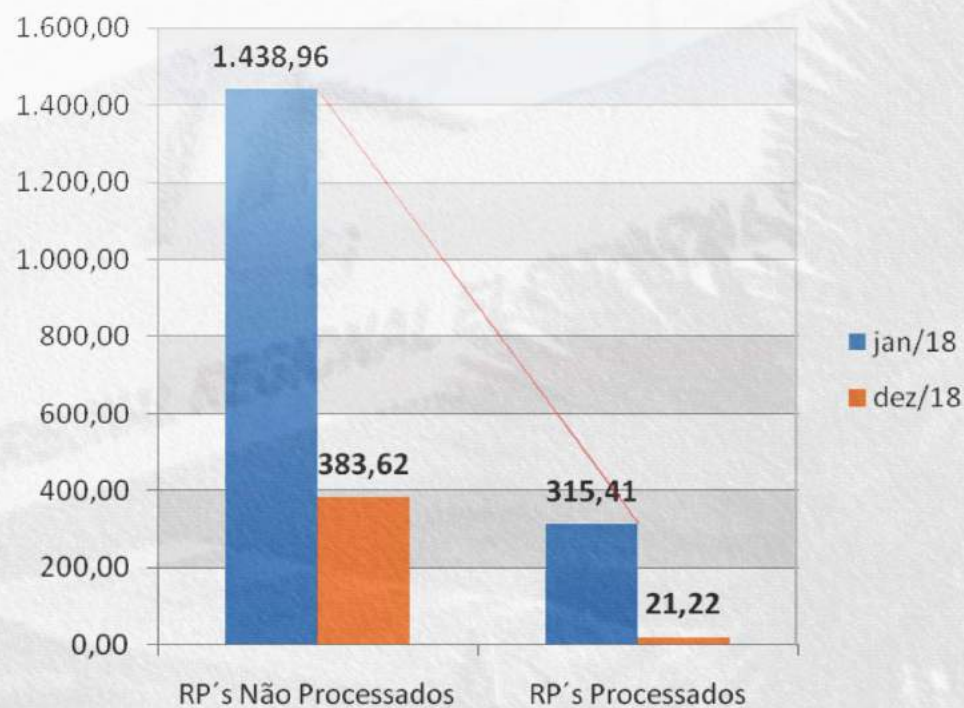


Gráfico 4

- Da Execução Financeira dos Restos a Pagar**

A Emenda Constitucional 95 trouxe grandes inovações ao controle do fluxo financeiro. A concorrência dos restos a pagar com o limite financeiro do orçamento do órgão impôs um maior acompanhamento dessa rubrica, evitando seu crescimento exponencial. O Tribunal no exercício de 2018 reduziu em 74,65% o montante de Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos no exercício findo de 2017.

Em valores monetários corresponde ao pagamento, no exercício de 2018, do montante de R\$ 1.309.708,68 e um cancelamento de RP de R\$

39.819,20.

Percebemos também que houve uma forte redução de 93,27% no saldo de RP's Processados.

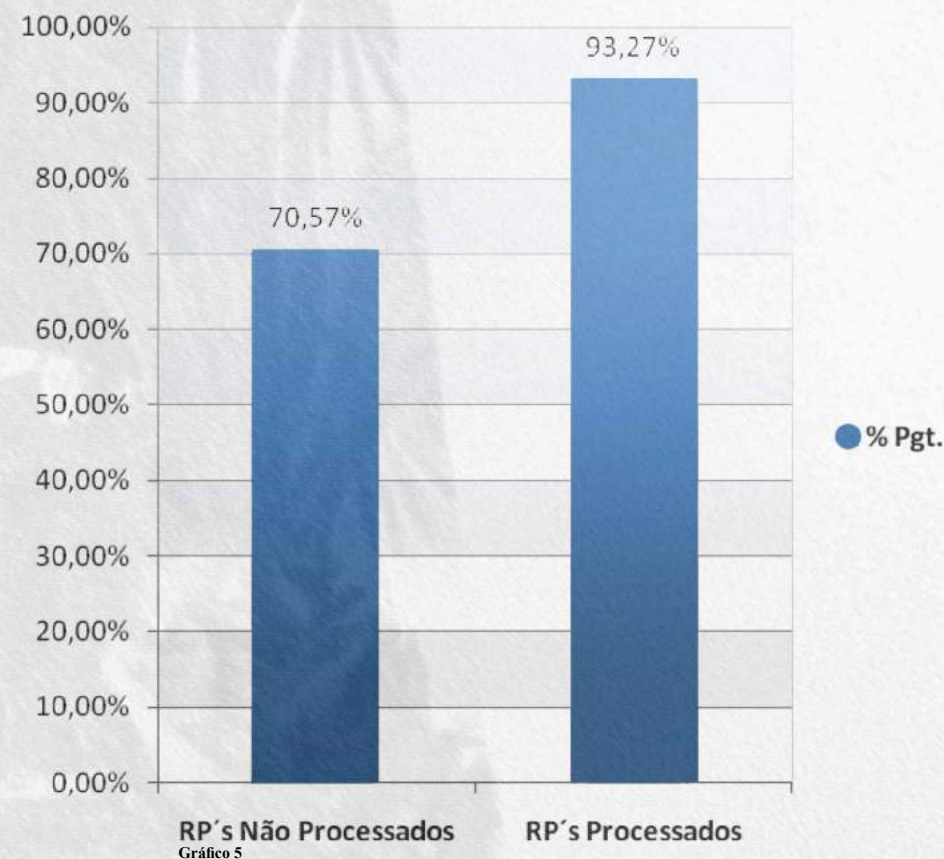


Gráfico 5

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

- **Da Inscrição de Restos a Pagar do Exercício findo de 2018**

Em que pese todo o esforço da administração em reduzir o saldo líquido dos restos a pagar, houve, no final do exercício de 2018, contratação de bens e serviços que não foram entregues dentro do exercício financeiro, ocasionando a inscrição desses valores em Restos a Pagar. A baixa execução da obra também contribuiu para o elevado valor de Restos a Pagar., cujo montante inscrito na ação de Gestão e Manutenção fora da ordem de R\$ 1.824.785,64 que somado aos valores inscritos de ações de Pleitos em R\$ 610.769,73 e Ativos e Benefícios em R\$ 251.681,30 acumularam um saldo de inscrição de R\$ 2.687.236,67.

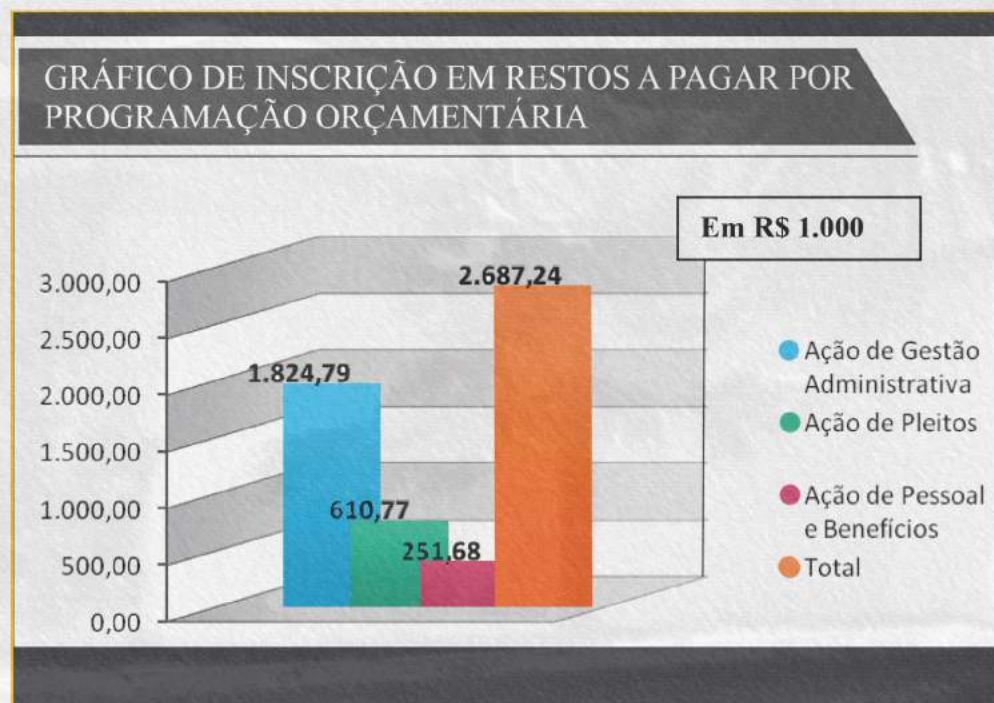


Gráfico 6

6.3. Gestão de pessoas

- **Conformidade legal**

Os atos referentes à gestão de pessoal (abrangendo servidores ativos, inclusive requisitados e autoridades, além de servidores inativos e pensionistas) são pautados em normas da Constituição Federal; em Leis Federais, entre as quais se destacam a Lei 8.112/1990 e a Lei 11.416/2006; e ainda em atos normativos infralegais oriundos de órgãos federais diversos, especialmente o Tribunal Superior Eleitoral, o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Contas da União e o próprio Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, acompanhado pela Seção de Inativos, Pensionistas e Normas de Pessoal (SIPNP).

Atos normativos regularmente aplicados pela SIPNP	Manifestações da SIPNP em 2018
10 Leis	661 Pareceres
29 Resoluções	386 Despachos
10 Instruções Normativas	14 Informações
7 Ordens de Serviço	665 Manifestações - Legalidade em diárias
2 Decretos	-
3 Portarias	-
Total: 61	Total: 1726

Tabela 26

Fonte: SIPNP/COPES

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

• Apontamentos dos Órgãos de Controle

Os atos praticados pela SIPNP são submetidos a controle interno pela Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria e a controle externo pelo Tribunal de Contas da União.

Relativamente ao ano de 2018, cabe destacar a realização, pela Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria, de auditoria por amostragem incidente sobre os processos de concessão de diárias, assim como o apontamento, pelo Tribunal de Contas da União, de indícios de irregularidades referentes a possíveis acumulações indevidas de cargos públicos envolvendo sete servidores deste Regional. Em ambos os casos, foram fornecidas as informações solicitadas e/ou adotadas as providências recomendadas.

Por fim, cabe destacar que todos os processos de concessão de aposentadorias e pensões são revisados pela Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria e os atos de concessão submetidos à homologação pelo Tribunal de Contas da União.

• Indicadores Estratégicos

Anualmente são avaliados tópicos (indicadores) previstos no Planejamento Estratégico do Órgão (2016-2021), cujos resultados apontam a aderência ou satisfação dos servidores com tais indicadores:

Indicador	Período de aferição	Meta	Percentual alcançado
Clima Organizacional	2017- 2018	80%	77%
Grau de Satisfação com o Programa Qualidade de Vida	2017-2018	75%	73%
Grau de Aderência ao Plano Anual de Capacitação – PAC	2018	80%	75,75%

Tabela 27

• Avaliação da Força de Trabalho

O quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas é dividido entre as Unidades de 1º Grau e 2º Grau. O 1º Grau é composto pelos Cartórios Eleitorais, Central de Atendimento do Eleitor e Postos de Atendimento Definitivo. A Justiça Eleitoral está presente em 44 (quarenta e quatro) dos 102 (cento e dois) municípios Alagoanos e em todas as Unidades há ao menos um servidor efetivo do quadro de Pessoal próprio. No 2º Grau se encontram as Unidades Administrativas e Judiciais.

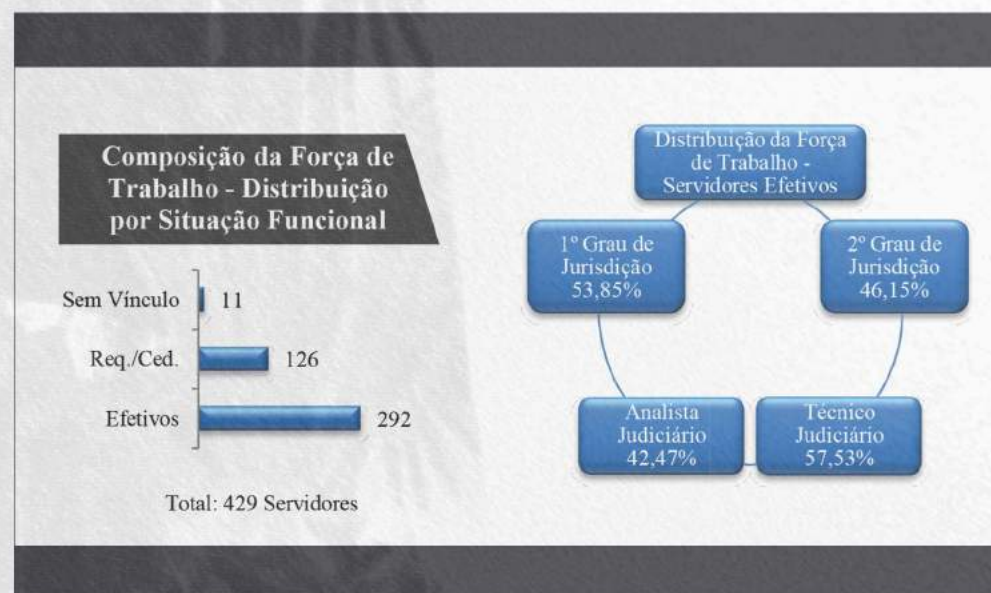


Gráfico 7

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Quase metade dos servidores do quadro efetivo tem faixa etária entre 41 e 50 anos de idade. Deve ser destacado que, por restrições orçamentárias, o

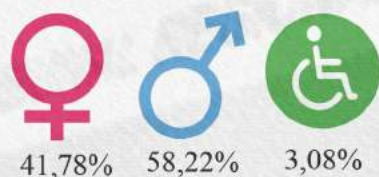


Gráfico 8

Fonte: SRS/CODES

Distribuição de Servidores Efetivos por Faixa Etária

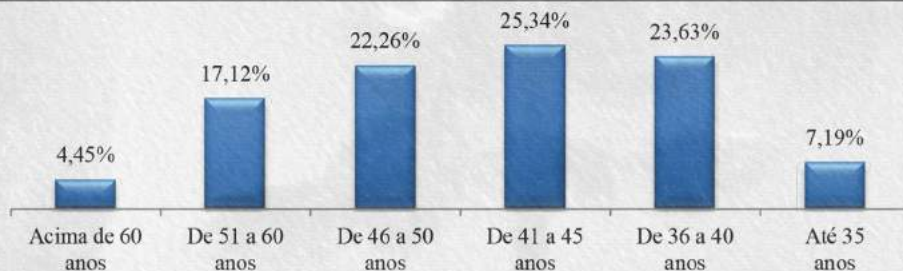


Gráfico 9

Fonte: SRS/CODES

último Concurso Público foi realizado em 2009, sendo, a força de trabalho, em parte, recomposta com redistribuições com outros Tribunais Federais. Atualmente o TRE/AL possui 14 servidores com possibilidade de aposentadoria imediata.

A maior parte dos servidores está lotada nas Unidades Judiciárias, especialmente no 1º grau de Jurisdição, que atua diretamente no atendimento aos cidadãos.

Distribuição por Unidade de Exercício		
Unidades Judiciárias	Unidades de Apoio à Atividade Judicante	Unidades de Apoio Indireto à Atividade Judicante
242	25	162

Tabela 28

Divisão de lotação nos termos da Resolução CNJ nº 219/2016 (Tabela de Lotação de Pessoal)

A Justiça Eleitoral não possui quadro próprio de magistrados e promotores, sendo designados, para o 1º grau de jurisdição, Juízes de Direito do Tribunal de Justiça e Promotores do Ministério Público Estadual para exercerem a função de Juiz Eleitoral e Promotor Eleitoral, respectivamente.

O 2º grau de jurisdição é composto por Desembargadores do Tribunal de Justiça, Juiz Federal, Juízes de Direito e Juristas, bem como por Procurador Federal.

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO



Gráfico 10

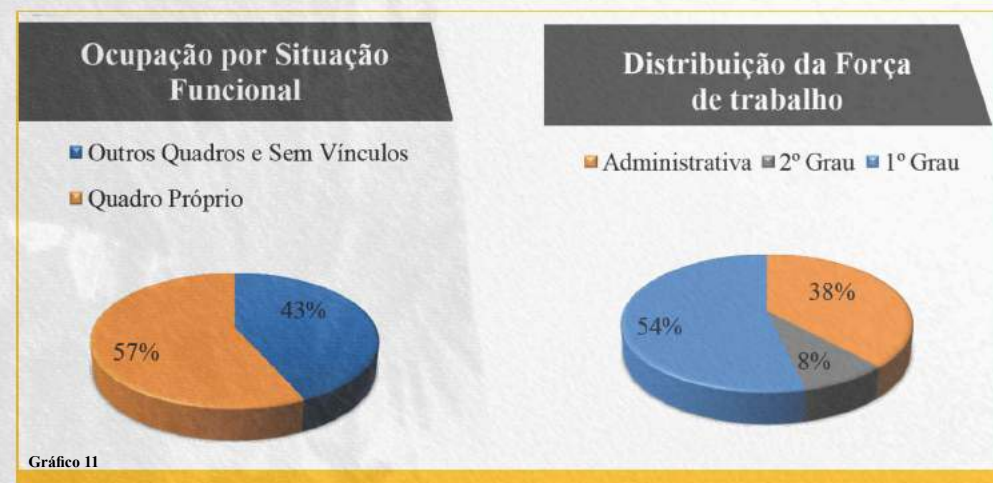
- Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas**

A principal forma de provimento em cargos efetivos pertencentes a esta Justiça Especializada é a nomeação decorrente por aprovação em concurso público, nos termos previstos na Constituição Federal de 1988 – CF/88 e na Lei nº 8.112/90. O último concurso público realizado pelo TRE/AL teve o final da vigência em julho de 2014, desde então a recomposição do quadro de servidores efetivos vem ocorrendo por redistribuição de cargos vagos, com base no Art.37 da referida Lei e normativos aplicáveis a esta Justiça Eleitoral.

No que diz respeito aos provimentos de cargos em comissão, o Tribunal, de igual modo, observa a Carta Magna e o Estatuto dos Servidores Públicos Federais, bem como, o disciplinado pela Lei nº 11.416/2006, nomeando servidores efetivos integrantes de seu quadro de pessoal para exercerem, pelo menos, 50% dos cargos em comissão existentes no Órgão.

Outro ponto observado é a exigência de formação superior para investidura.

Acerca da alocação dos recursos humanos existentes no Órgão, foram iniciados os estudos visando à adequação da força de trabalho do primeiro grau desta Justiça Especializada, os cartórios eleitorais, especialmente pela extinção de 13 zonas eleitorais. O ajustamento será efetivado em 2019, após a finalização dos estudos. Em outra frente, registra-se que as alocações de pessoal ocorridas nos âmbitos do 2º grau e Área Administrativa observam as necessidades das áreas, a formação e o interesse dos servidores, privilegiando a política de gestão de pessoas do Órgão.



- Detalhamento de Despesa de Pessoal**

Em 2018, o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas teve um gasto de 86,2 milhões com pessoal ativo, sendo 81,8 milhões com as folhas de pagamentos mensais e 4,4 milhões com as Eleições. O gasto com pessoal inativo e os pensionistas foi de 9,9 milhões.

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Custo direto com despesas de pessoal ativo em 2018 (sem Eleições)

81,8 Milhões

Vantagens Fixas 68,48%	Exercício Anterior 0,16%	Vantagens Variáveis 4,91%
Gratificação Natalina 6,02%	Patronal 14,38%	Gratificação: Membros, Juizes e Promotores 6,04%

Tabela 29

Fonte: SFP/COPES. Dados extraídos do SIAFI

Detalhamento das despesas de pessoal das Eleições 2018

4,4 Milhões

Serviços Extraordinários 79,50 %	Gratificação: Membros, Juizes e Promotores 18,57 %
Exercício Anterior 0,62 %	Patronal 1,31 %

Tabela 32

Fonte: SFP/COPES. Dados extraídos do SIAFI

Custo direto com despesas de pensionistas em 2018

2,3 Milhões

Pensão Civil 95,85%	Gratificação natalina 4,15 %
------------------------	---------------------------------

Tabela 30

Fonte: SFP/COPES. Dados extraídos do SIAFI

Custo direto com despesas de pessoal inativo em 2018

7,6 Milhões

Vantagens Fixas 85,83 %	Vantagens Variáveis 5,26 %	Exercício Anterior 0,41 %
Gratificação Natalina 0,63%	Indenizações 0,63 %	

Tabela 31

Fonte: SFP/COPES. Dados extraídos do SIAFI

Detalhamento da Despesa com Magistrados e Membros do Ministério Público (sem Eleições)

- Promotores Eleitorais
R\$ 2.221.011,00
- Membros e Procurador Regional Eleitoral
R\$ 727.708,44
- Juizes Eleitorais
R\$ 1.991.129,25

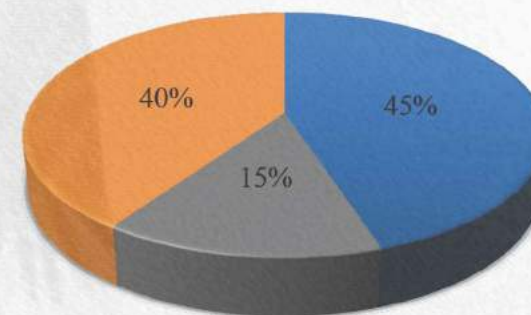


Gráfico 12

Fonte: SFP/COPES. Dados extraídos do SIAFI

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Evolução dos Gastos com Pessoal – 2017/2018 (sem Eleições)

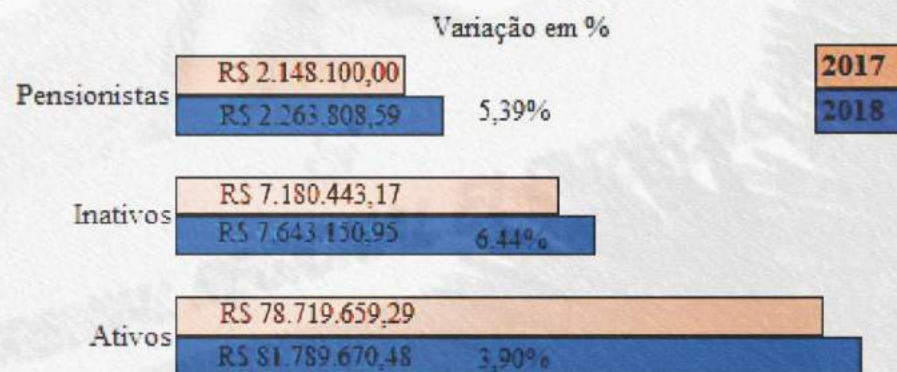


Gráfico 13

Fonte: SFP/COPES. Dados extraídos do SIAFI

O incremento das despesas com pessoal deu-se em virtude das revisões dos salários dos servidores do Poder Judiciário da União, nos termos da Lei nº 13.317/2016, e das aposentadorias e pensões reajustadas pelo índice aplicado ao Regime Geral de Previdência Social (INSS), nos termos da Portaria MF nº 15/2018.

- Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia**

A movimentação na carreira dos servidores efetivos deste Tribunal é disciplinada pela Resolução 22.582/2007 e poderá ocorrer por progressão funcional, que é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte, num total de 13 (treze) existentes na carreira, e promoção, que é a movimentação do servidor de uma classe para a seguinte, dentre as 03 (três) classes existentes.

Durante o exercício de 2018 este Tribunal promoveu a avaliação de 129 servidores em desenvolvimento na carreira, aferindo o cumprimento dos 12 meses de efetivo exercício no cargo e o alcance de desempenho satisfatório, e no caso da promoção, a participação em conjunto de ações de capacitações que totalizavam o mínimo de 80h/aula, concedendo 118 progressões e 11 promoções. Atualmente o quadro efetivo deste TRE/AL possui 210 servidores no final da carreira e não conta com servidores em estágio probatório.

Como política meritocrática instituída nesta Justiça Eleitoral, a movimentação na carreira resulta em acréscimo nos vencimentos dos servidores, tendo como referência à classe/padrão que alcançou, nos termos previstos Lei nº 11.416/2006, cujos vencimentos básicos seguem descritos na tabela de remuneração abaixo:

CARGO	CLASSE/PADRÃO	VENCIMENTO (R\$)
Analista Judiciário	A1	5.189,71
	C13	7.792,30
Técnico Judiciário	A1	3.163,07
	C13	4.749,33
Auxiliar Judiciário	A1	1.621,12
	C13	2.812,73

Tabela 33

Fonte: SRACF/CODES

Disciplinado pelo art.5º da Lei nº 11.416/2006, o quadro de Cargos em Comissão (CJ) e Funções Comissionadas (FC) de natureza gerencial representa um total de 110 CJs e FCs, cuja ocupação é decorrente de nomeações e designações do Presidente do Tribunal, dos quais, 19 foram capacitados sobre temas afetos à condição de gestor, como previsto na referida Lei.

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Quadro de ocupação dos cargos e funções de natureza gerencial

Situação Funcional	Quantidade	Percentual (%)
Efetivos	90	81,82
Removidos	12	10,91
Requisitados	2	1,82
Sem Vínculos	6	5,45
Total	110	100

Tab 34

Fonte: SRACF/CODES

Como política de reconhecimento e valorização dos servidores efetivos, foram concedidos adicionais decorrentes da participação em ações de treinamento ou conclusão de cursos de nível superior e de pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, nas diversas áreas de interesse do Tribunal, nos termos previstos na Lei nº 11.416/2006 e regulamentações internas. Durante 2018, este Órgão autorizou a concessão do adicional a 71 servidores, por participação em ações de treinamento e 03 decorrentes da conclusão de cursos de nível superior e de pós-graduação.

Reforçando a política de meritocracia e a igualdade de oportunidades no Órgão, foram aprovadas ações para o biênio 2019-2020, voltadas aos servidores do 1º Grau, que prevê o reconhecimento da produtividade, a reativação dos Polos para possibilitar uma maior participação na Gestão e a ampliação da assistência à saúde. De igual modo, foi aprovada a criação do cadastro de Instrutores Internos visando privilegiar o capital humano existente no Órgão.

- Ações voltadas à Saúde e Qualidade de Vida**

Diversas ações foram realizadas pelo Programa Qualidade de Vida em 2018, com vistas ao favorecimento do bem-estar e à valorização dos servidores,

o que aumenta a satisfação com o trabalho e a produtividade organizacional de forma geral.

Ações do Programa Qualidade de Vida

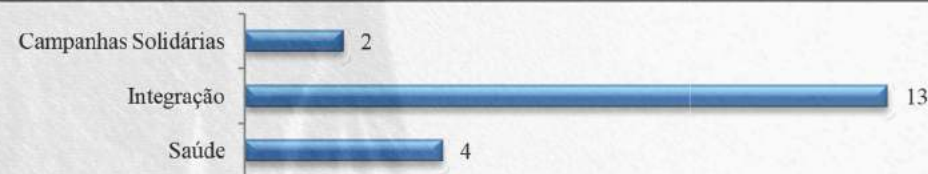


Gráfico 14

- Capacitação: estratégia e números**

As ações de capacitação são promovidas pelo Tribunal baseadas no planejamento realizado anualmente. Os insumos destinados à efetivação dos Planos de Capacitação, especificamente relativos à unidade de desenvolvimento do Órgão, contam com uma Sala de Treinamento, Ambiente Virtual de Aprendizagem e uma equipe de seis servidores. Os insumos financeiros destinados ao custeio das ações de capacitação sofreram inúmeros cortes e realocações durante o exercício de 2018 atingindo cerca de 40% dos valores planejados.

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Detalhes do Orçamento

Especificação dos valores	CODES (R\$)	EJE (R\$)	TOTAL (R\$)
Planejados inicialmente	458.808,00	139.321,00	598.129,00
Após os cortes	346.714,00	139.321,00	486.035,00
Recursos realocados	79.749,04	53.369,22	133.118,26
Executados	224.171,54	7.521,61	231.693,15
Não utilizados	42.793,42	78.430,99	121.224,41

Tabela 35

Fonte: SRACF/CODES e EJE

Distribuição dos valores investidos por Área

Unidade	Área de Desenvolvimento			Escola Eleitoral		
	Valor R\$	%	Qtd.Cap	R\$	%	Qtd.Cap
1º grau	8.949,83	3,99	7	0	0	0
2º grau	10.212,10	4,56	7	1.880,40	25	2
Administrativa	205.009,61	91,45	77	5.641,21	75	6
Totais	224.171,54	100	91	7.521,61	100	8

Tabela 36

Fonte: SRACF/CODES e EJE

Ressalta-se, ainda, a concessão de Auxílio-Bolsa destinado à participação de servidores em cursos de Pós-Graduação, benefício disciplinado através de normativo interno e edital de seleção publicado anualmente.

Acerca do alinhamento das capacitações realizadas com o Macrodesafio-Melhoria de Gestão de Pessoas, previsto no Planejamento Estratégico do Órgão, especificamente, sobre o percentual de cursos previstos no Plano Anual de Capacitação - PAC em relação ao total de cursos ministrados, que objetiva Avaliar o grau de priorização do PAC, registra-se que, em 2018,

este Tribunal alcançou 75,75% de aderência, cuja meta é 80%, representando uma melhoria significativa neste indicador.

Histórico dos resultados

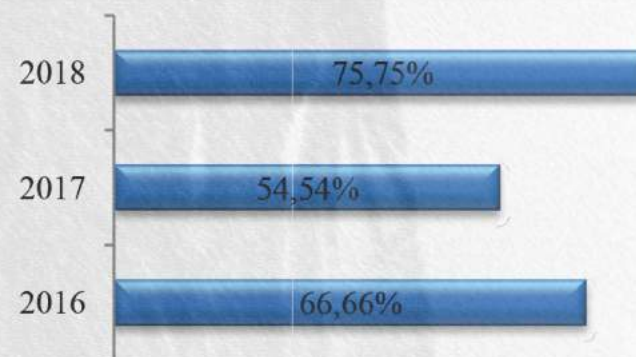


Gráfico 15

Fonte: SRACF/CODES

• Principais Desafios e Ações Futuras

Nos últimos anos as restrições orçamentárias inviabilizaram os provimentos de cargos por nomeação e a redistribuições recíprocas com cargos vagos deste Órgão, impedindo a recomposição da força de trabalho. Diante da situação relatada, foi realizado levantamento das possíveis aposentadorias no quadriênio 2018-2021, o que demonstrou uma projeção preocupante de déficit no quadro de servidores efetivos.

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Projeção de Déficit no Quadro de Servidores Efetivos

Ano	Déficit (*)	Percentual do Quadro (%)
2018	07	2,37
2019	29	9,83
2020	35	11,86
2021	46	15,59

(*) Quantidade cumulativa dos cargos vagos existentes e considerando as possíveis Aposentadorias/ abonos permanência concedidos.

Tabela 37

Fonte: SRACF/CODES

• Ações Futuras

1. Regulamentação da participação dos servidores em ações de educação corporativa;
2. Redimensionamento da Força de Trabalho – Cartórios Eleitorais e Secretaria;
3. Implantação da 3ª fase do projeto Gestão por Competências (Avaliação das Competências e *feedback*);
4. Implementação de novos projetos (preparação para aposentadoria, educação à distância, instrutória interna, redução do absenteísmo);
5. Preparação de sucessores para tratamento de ocupações críticas.

6.4. Gestão de Licitação e Contratos

• Principais Tipos de Contratações Diretas:

1. Energia Elétrica;
2. Água;

3. Baixo valor: (18 contratações abaixo de R\$ 8.000,00);

4. Locação de imóveis.

Processos de contratação em 2018 – SLC	
Tipo	Quantidade
Contratações diretas	12
Pregões	78
Outros tipos	13
Total	103

Fonte: SLC

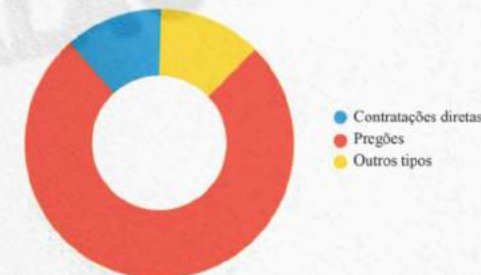


Gráfico 16

• Contratações Diretas – Justificativas

Destacam-se as contratações com fornecedoras de energia elétrica e água, justificadas pelo fornecimento exclusivo.

R\$ 12.571.016,46 em contratações em 2018:

R\$ 5.446.632,75 (valores decorrentes de pregões realizados - SLC)

R\$ 6.141.245,30 (valores das contratações diretas - COFIN)

R\$ 983.138,41 (valores das tomadas de preços - SLC)

Processos de contratação em 2018	
Área	Quantidade
Tecnologia da Informação	26
Funcionamento Administrativo	62
Outras áreas	15
Total	103

Fonte: SLC/COFIN



Gráfico 17

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

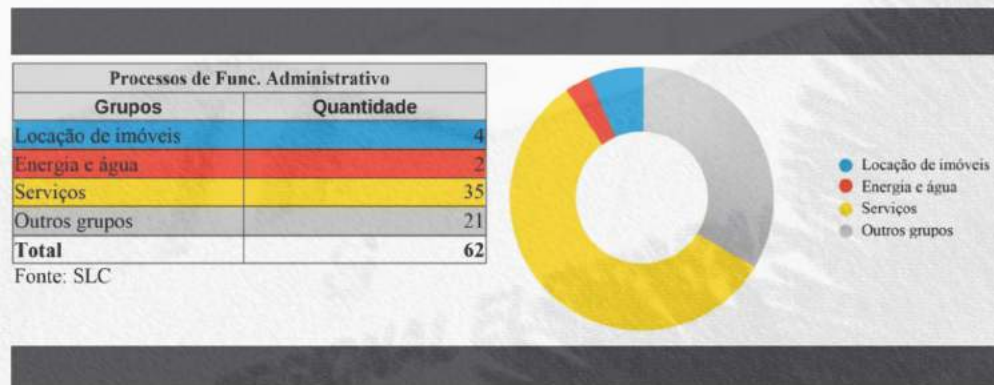


Gráfico 18

- Contratações mais relevantes em 2018**

As contratações mais relevantes do TRE/AL foram as relacionadas ao Pleito Eleitoral, tais como: serviços de transporte de urnas, fornecimento de combustíveis, instalação de linhas telefônicas adicionais, e, ainda, serviços de: filmagem (votação paralela), apoio de TI, técnicos de eleição, de eletricitas, transporte de agentes e materiais da Justiça eleitoral, de emissão de vales-postais para custeio da alimentação dos mesários e coordenadores de locais de votação que atuaram no referido pleito.

Vale ressaltar que foram feitas licitações e contratações de serviços de reforma de cartórios eleitorais, bem como adquiridos mobiliários para estes, alinhando-se, assim, com as ações estratégicas do TRE/AL, que tem em vista a melhoria das condições dos referidos cartórios. Destacam-se, também, os gastos direcionados ao funcionamento administrativo do TRE/AL, especialmente serviços de vigilância, limpeza, manutenção predial e apoio administrativo, que tiveram os seguintes valores:

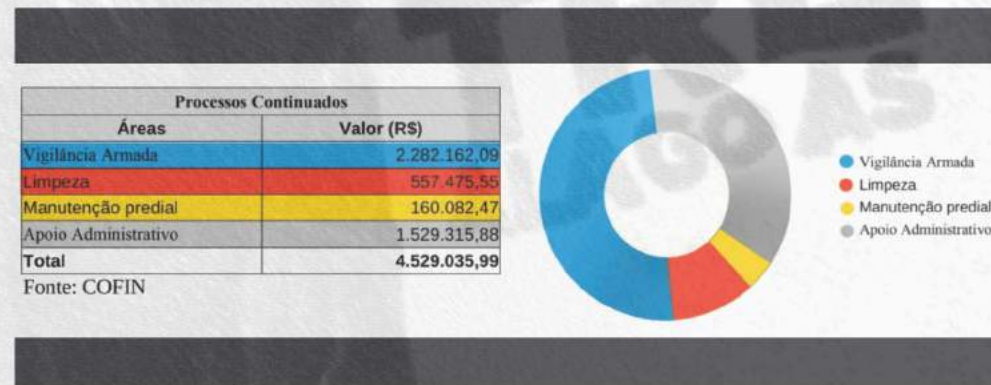


Gráfico 19

Justificam-se as contratações mais relevantes pela necessidade de:

1. Adquirir materiais e contratar serviços dirigidos à realização das Eleições 2018;
2. Prover a infraestrutura física para o funcionamento das atividades institucionais do TRE/AL.

- Conformidade legal**

O TRE/AL conta com Assessoria Jurídica e Assessoria de Contas e Apoio à Gestão, o que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e Instruções Normativas do Ministério do Planejamento (MP), com destaque à IN 05/2017 (STI/MP).

6.5. Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

- Infraestrutura Mobiliária**

A gestão dos bens permanentes do TRE-AL é conduzida pela Seção de

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Patrimônio, unidade vinculada à Coordenadoria de Material e Patrimônio, que controla a movimentação dos bens permanentes adquiridos, cedidos, transferidos e doados, o tombamento e destinação às unidades usuárias, o registro das movimentações entre unidades, a recepção de bens em desuso e sua destinação, inclusive, quando for o caso, para o devido desfazimento por Comissão designada para este fim, bem como as correspondentes escriturações em sistema próprio e contábeis decorrentes.

Os bens permanentes que dizem respeito a este Regional totalizam aproximadamente R\$ 29 milhões, dos quais destacam-se os equipamentos de processamento de dados, que perfazem cerca de R\$ 21,5 milhões (74% do total de ativos), sendo que desse total, somente no exercício de 2018, foram adquiridos cerca de R\$ 1,8 milhão em bens permanentes, 67,39%, com equipamentos de TI, adquiridos em decorrência da modernização do parque tecnológico, necessário para a implementação dos procedimentos eletrônicos, na forma recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça.

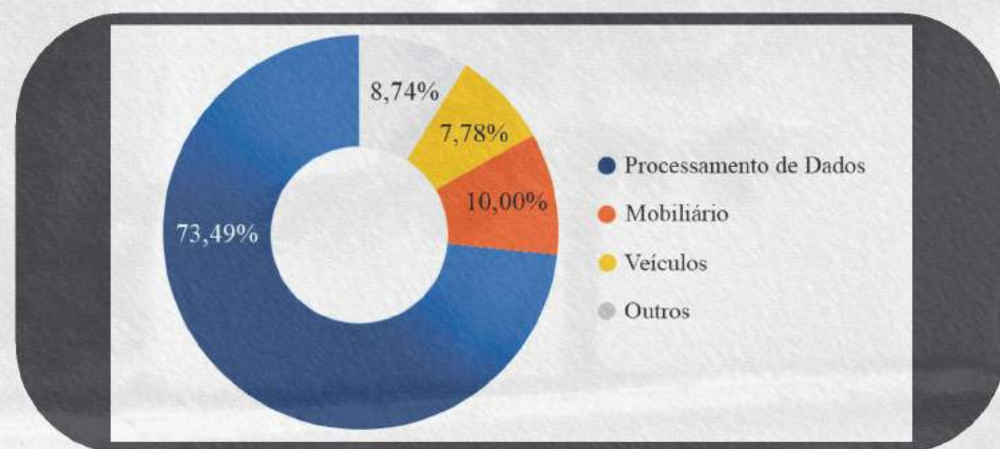


Gráfico 20

Distribuição dos Bens Patrimoniais

Processamento de Dados	21.498.931,08	73,49%
Mobiliário	2.924.998,40	10,00%
Veículos	2.275.662,18	7,78%
Outros	2.555.552,05	8,74%
Totais	29.255.143,71	100,00%

Fonte: SEPAT – Sistema ASI

Tabela 38

• Infraestrutura Imobiliária

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, durante o ano de 2018, ocupou um conjunto de 58 (cinquenta e oito) imóveis. A gestão deste patrimônio pautou-se no uso racional do bem público, sua manutenção e permanente fiscalização e conservação.

O custo anual com locação de imóveis em 2018 (R\$ 2.467.073,85), apresentou um acréscimo de 1,26% em relação ao ano de 2017 (R\$ 2.436.100,13).

A meta do TRE-AL para o próximo exercício é de reduzir ou evitar o crescimento dos valores dispendidos com locação de imóveis. Para isso, já finaliza o exercício prevendo a redução de 6 (seis) Postos de Atendimento localizados nos municípios de Anadia, Limoeiro de Anadia, Matriz de Camaragibe, Piaçabuçu, Santa Luzia do Norte e Junqueiro.

Diante desse novo cenário, caminhamos para uma economia de cerca de 4,35% (R\$ 106.000,00) para o próximo exercício.

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Do conjunto dos 58 imóveis:

1. 12 são imóveis da União;
2. 36 locados de terceiros;
3. 5 cedidos e

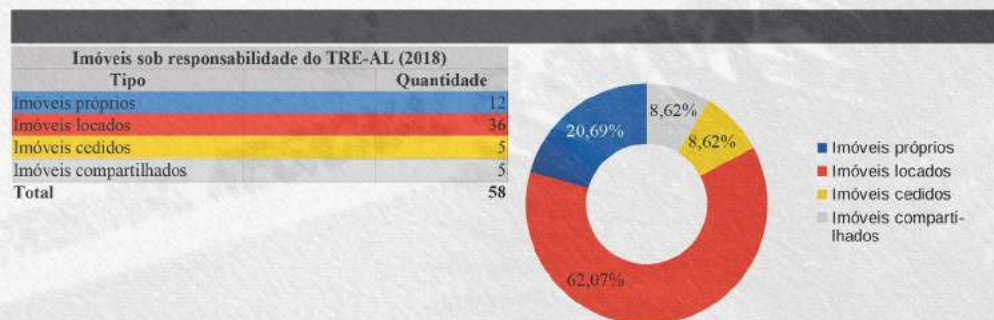


Gráfico 21

4. 5 em sistema de compartilhamento, conforme gráfico a seguir:

Do total dispendido com locação de imóveis o gasto com o aluguel do Edifício-Sede representou cerca de 69,46% do montante total.

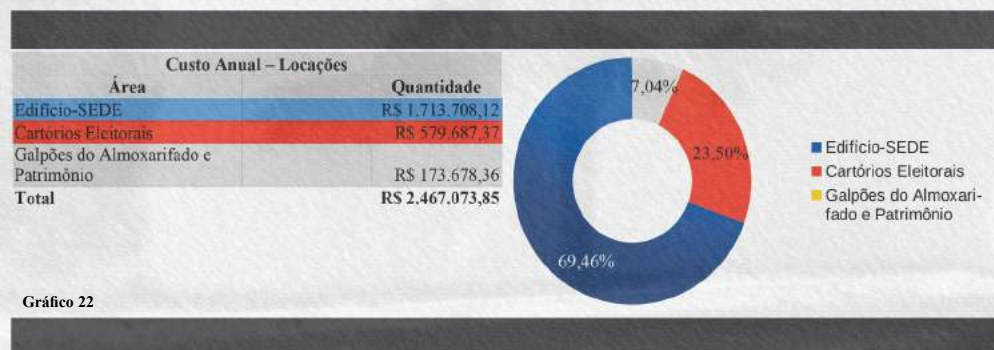


Gráfico 22

• Locação de equipamentos

Em 2018, foi realizada a locação de 3 (três) máquinas fotocopadoras, sendo 2 (duas) monocromáticas e 1 (uma) policromática, com demanda contratada de 10 mil cópias. Para o futuro vislumbra-se a utilização do parque reprográfico para realização de procedimento de digitalização dos processos do arquivo.

Inclui-se ainda a locação de 2 (dois) grupos geradores de energia elétrica para suporte ao funcionamento do Edifício-Sede e do Fórum Eleitoral de Maceió.

A distribuição anual com locação de equipamentos pode ser assim representada:

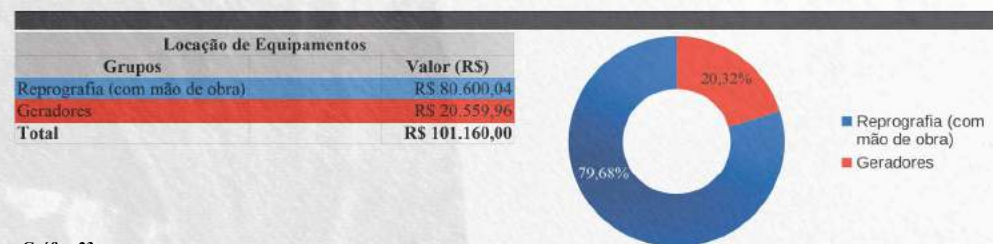


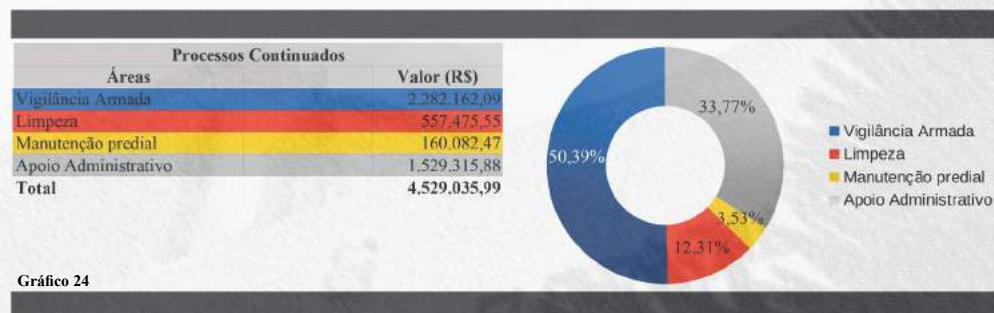
Gráfico 23

• Funcionamento administrativo

Para o funcionamento administrativo do TRE/AL foram fundamentais os processos continuados relativos aos serviços de *vigilância*, *limpeza*, *manutenção predial* e *apoio administrativo*.

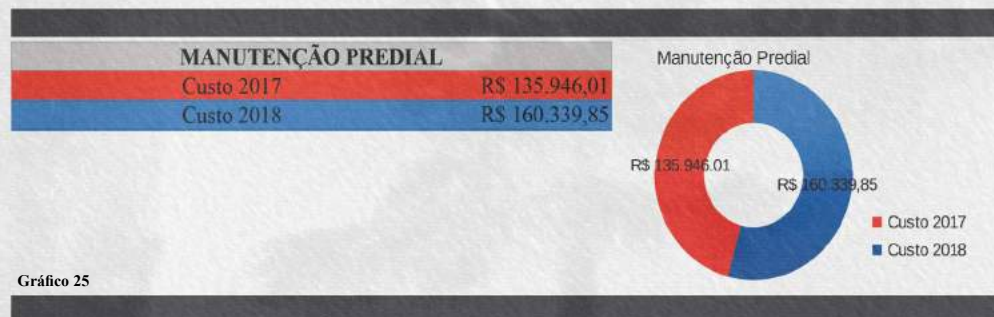
Em conformidade com o exercício anterior (2017) o gasto de maior expressão foi a contratação dos *serviços de vigilância armada*, que em 2018 representou cerca de 50,39% (R\$ 2.282.162,09). Em segundo lugar ficaram os serviços de apoio administrativo 33,77% (R\$ 1.529.315,88).

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO



- Melhoria e conservação da infraestrutura**

No exercício de 2018 foram realizadas ações voltadas à melhoria da infraestrutura dos imóveis, tais como: restaurações de pintura, adaptações com vistas à acessibilidade do eleitor, instalação de grades de segurança, entre outras ações. Com pequenas manutenções registramos uma despesa no montante de R\$ 160.339,85 que representou um acréscimo de cerca de 18% em relação ao exercício anterior.



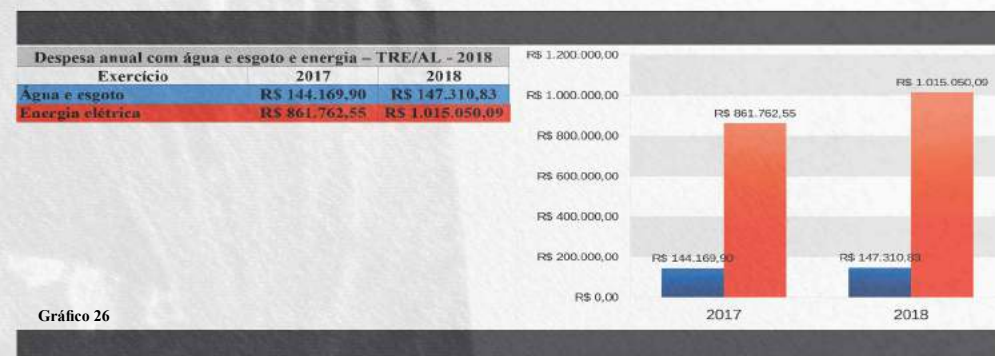
- Despesas com energia elétrica, água e esgoto e ações para redução do consumo**

Entre as ações realizadas no ano de 2018 para a redução do consumo

de energia elétrica podemos citar a substituição de todas das lâmpadas fluorescentes do Edifício-Sede por lâmpadas de LED.

Também realizou-se verificação de aumento de consumo médio no âmbito das unidades do Tribunal, buscando, inclusive, através das concessionárias de serviço público e dos responsáveis pelas unidades, a correção imediata de problemas que elevem o consumo.

O aumento no consumo de água e esgoto, e, especialmente, no consumo de energia elétrica deve-se à realização do pleito eleitoral e pode ser demonstrada da seguinte forma:



6.6. Gestão da Tecnologia da Informação

- Conformidade legal**

A governança e a gestão de tecnologia da informação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas foram fixadas a partir da edição da Resolução TRE/AL nº 15.732, publicada no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Alagoas em 14 de setembro de 2016.

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Além disso, são observadas as diretrizes definidas por órgãos superiores e de controle, a exemplo da Resolução nº 182, de 17 de outubro de 2013, e da Resolução nº 211, de 15 de dezembro de 2015, ambas do Conselho Nacional de Justiça.

Por fim, busca-se tratar as ações objeto de apontamentos oriundos de auditorias internas e externas, como também adotar medidas com a finalidade de aperfeiçoar os índices decorrentes dos levantamentos de governança promovidos pelo Tribunal de Contas da União e pelo Conselho Nacional de Justiça.



- **Modelo de governança de TI.**

As estruturas responsáveis pelas decisões-chave de TI no Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas são o Comitê de Governança de Tecnologia da

Informação e Comunicação (CGovTIC) e o Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), cujas composições foram definidas na Resolução TRE/AL nº 15.732/2016.

No que é referente aos mecanismos que norteiam a governança de TI, atualmente estão vigentes:

1. Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) para o período de 2017 a 2022, instituído pela Resolução TRE/AL nº 15.809/2017;

2. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) para o período de 2017 a 2018, instituído pela Resolução TRE/AL nº 15.818/2017;

3. Catálogo de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, aprovado pela Portaria TRE/AL nº 438/2017;

4. Política de Gestão de Ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação, instituída pela Resolução TRE/AL nº 15.821/2017;

5. Política de Continuidade de Serviços Essenciais de Tecnologia da Informação e Comunicação, instituída pela Resolução TRE/AL nº 15.822/2017.

- **Montante de recursos aplicados em TI.**

O montante de recursos aplicado para contratações e aquisições referentes a tecnologia da informação para o exercício 2018, incluídas as ações de investimento e de custeio, totalizou o valor de R\$ 2.014.161,75 (dois milhões quatorze mil cento e sessenta e um reais e setenta e cinco centavos).

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Distribuição de recursos de TI aplicados em 2018

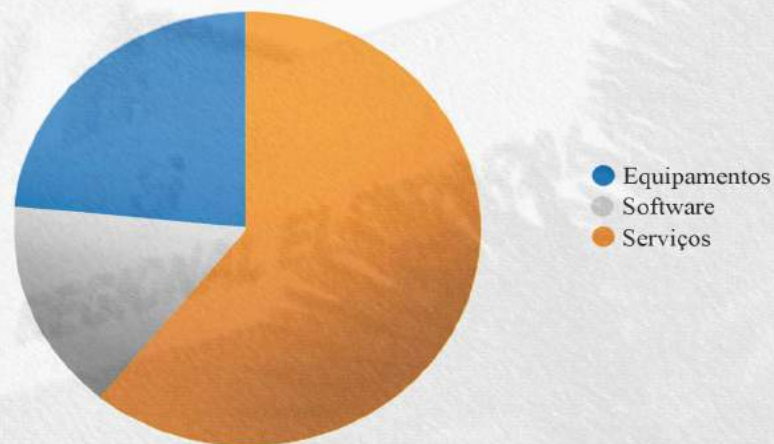


Gráfico 28

- **Contratações mais relevantes de recursos de TI.**

Levando-se em consideração a natureza da Justiça Eleitoral, que precipuamente tem a responsabilidade de prestar atendimento ao eleitor e realizar o processo eleitoral de forma célere e segura, os principais contratos de tecnologia da informação são os pertinentes aos serviços de conectividade entre o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, os Cartórios Eleitorais e os demais escritórios remotos que eventualmente são instalados para atividades específicas.

Neste contexto, merecem destaque:

a) contrato TRE/AL nº 40/2014 (*backbone* secundário): responsável pela interligação entre o prédio sede do TRE de Alagoas e os diversos Cartórios Eleitorais do Estado;

b) contrato TRE/AL nº 30/2016: interconexão de dados entre o prédio

sede do TRE/AL e o Fórum Eleitoral de Maceió, sendo este último o responsável pelo maior colégio eleitoral do Estado;

c) contrato TRE/AL nº 18/2017: interconexão de dados entre o prédio sede do TRE/AL e o Fórum Eleitoral de Arapiraca, sendo este último o responsável pelo segundo maior colégio eleitoral do Estado;

d) contratos TRE/AL nº 01 e nº 20/2017: interconexão de dados do prédio sede com a rede mundial de computadores, mantidos os canais de comunicação principal e o redundante, na forma do que determina o Conselho Nacional de Justiça, consoante o teor da Resolução CNJ nº 211/2015.

- **Principais iniciativas – sistemas e projetos**

Inicialmente, como principal projeto executado no exercício de 2018, a decorrer do objetivo institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, teve-se a realização das eleições gerais, com a definição da logística do pleito e a apuração eletrônica dos resultados para os cargos de presidente da República, de governador de Estado, de senador, de deputado federal e de deputado estadual.

Dentre os sistemas relevantes, cita-se a implantação e funcionamento do Processo Judicial Eletrônico (PJe), que foi aplicado integralmente nos pedidos de registro de candidaturas e nas ações originadas a partir das eleições realizadas em 2018.

Em paralelo, com forma de concluir a virtualização de todos os processos, garantiu-se o funcionamento do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no Tribunal e nos Cartórios Eleitorais, permitindo a criação e a tramitação de processos administrativos de modo completamente eletrônico em todas as instâncias da Justiça Eleitoral em Alagoas.

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

As denúncias de crimes eleitorais, por sua vez, também foram automatizadas a partir do uso de um sistema denominado PARDAL, contando com o envolvimento da magistratura e do Ministério Público Eleitoral.

Além disso, permaneceram informatizadas as atividades relativas ao controle de gestão de pessoas (sistema SGRH), à publicação em diário oficial (DEJEAL), ao controle patrimonial (sistema ASI), ao acompanhamento de contratos (sistema SIAC) e ao reembolso de oficiais de justiça.

• Segurança da informação.

A segurança da informação, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, tratou de fixar mecanismos físicos ou lógicos, utilizados para garantir que as informações armazenadas em sistemas informatizados pudessem ser recuperadas de forma segura e por pessoas devidamente autorizadas.

As ações foram conduzidas por uma estrutura funcional formalmente definida, que é composta pela Comissão de Segurança da Informação, instituída por meio da Portaria TRE-AL nº 452/2017, e pelo Gestor de Segurança da Informação, designado pela Portaria TRE-AL nº 453/2017.

Dentro do escopo de trabalho adotado, foram seis premissas:

a) autenticidade: garante que a informação não foi modificada durante a comunicação entre o emissor e o receptor;

b) integridade: garante que a informação esteja inalterada desde sua geração ou alteração autorizada;

c) disponibilidade: garante que a informação esteja sempre disponível às pessoas autorizadas;

d) confidencialidade: garante que a informação não será disponibilizada aos usuários sem a devida autorização;

e) irretratabilidade: garante a impossibilidade de negar a autoria de uma transação realizada;

f) conformidade: garante que o sistema deve seguir as leis e regulamentos vigentes relacionados ao processo.

Além da continuidade de medidas em anos anteriores e que se referem à infraestrutura de *backup* e armazenamento (*storages*), bem como à segurança de acesso (*firewalls*), foram implementadas em 2018 outras relativas à segurança das aplicações e dos sistemas:

1. Com o objetivo de aumentar a disponibilidade, diminuir o *downtime* e melhorar o isolamento entre os sistemas, todos os sistemas externos foram migrados para ambiente baseado em *containers docker*;

2. O protocolo padrão de todos os servidores de aplicação *web* foi alterado para *HTTPS*, garantindo a autenticidade dos servidores e aumentando a segurança da comunicação;

3. Foi iniciada a migração dos sistemas de segurança, que passaram a utilizar o *active directory* como banco de dados padrão para autenticação de usuários e concessão de privilégios ligados a localização do servidor;

4. Os mecanismos de controle, de concessão e de revogação de acesso aos sistemas foram atualizados, com melhorias na automatização e nos procedimentos adotados;

5. Em relação aos aspectos de integridade e disponibilidade, foram implementadas mudanças nos procedimentos de *backup* e de recuperação do banco de dados, adotando ferramentas mais modernas e eficientes. Também

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

foram definidos procedimentos para a realização de testes de recuperação do bando de dados.

- **Principais desafios e ações futuras.**

Figura-se como desafio e ações futuras a missão de aperfeiçoar os mecanismos já implementados e de definir novas iniciativas de governança e de gestão de tecnologia da informação, não só com reflexos nos índices instituídos pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Tribunal de Contas da União, como também, sobretudo, com a modernização da prestação dos serviços informatizados aos cidadãos.

6.7. Gestão de Custos

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2018, Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 15.

A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de sistemática de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir aproximadamente 2.900 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, pelos Tribunais Eleitorais.

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

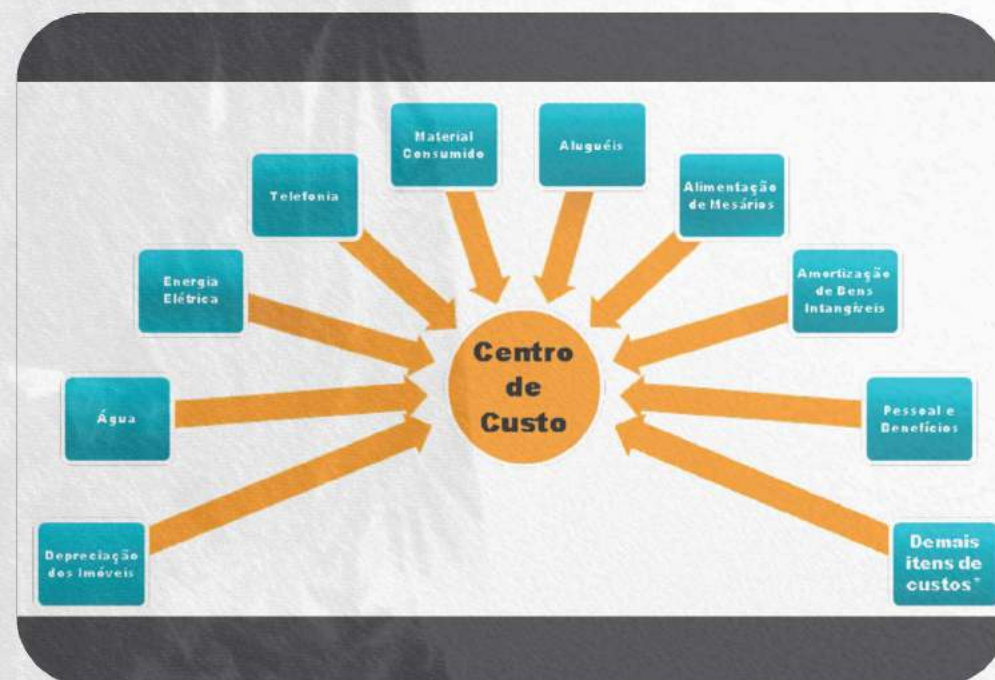
EM TERMOS DE FLUXO, O PROCESSO OCORRE DA SEGUINTE MANEIRA



Quadro 4

Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

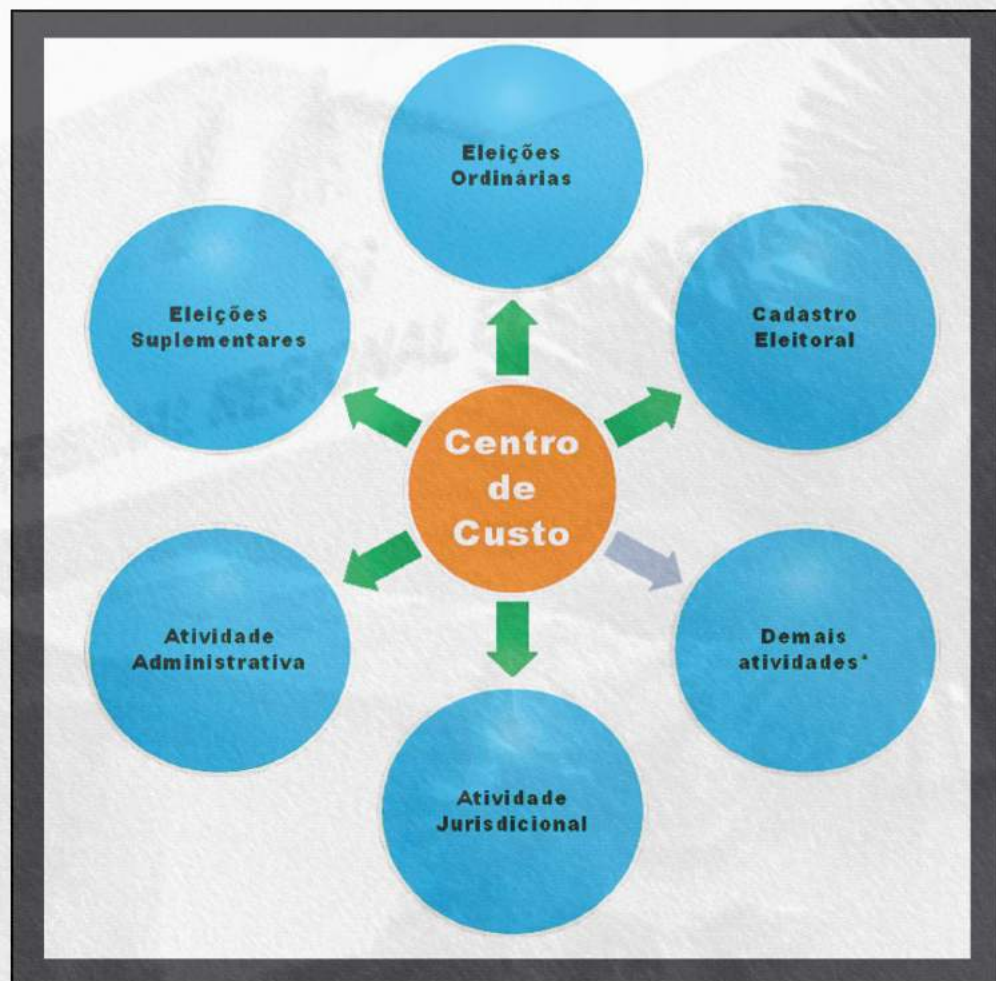
No eixo dos “itens de custos”, respondemos à questão “Com o quê?”, que apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



Quadro 5

No eixo das “Atividades/Serviços”, respondemos à questão “Para quê?”, que apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade em troca dos recursos utilizados:

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO



Quadro 6

Esse eixo da sistemática ainda se encontra em fase de construção na Justiça Eleitoral, não apresentando dados disponíveis. A previsão é que para o próximo ciclo de custos a Justiça Eleitoral também disponibilize as informações relativas a esse eixo para consulta pública.

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2018, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destacam-se a divisão dos custos entre os imóveis que fazem atendimento direto ao público e os imóveis que servem ao funcionamento das secretarias dos Tribunais Eleitorais, e o agrupamento dos itens de custo em grandes temas.

No que diz respeito aos custos de 2018 do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas os dados apurados, divididos entre atendimento ao público e funcionamento das secretarias, são os demonstrados no gráfico a seguir:

Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, foram obtidos os resultados apresentados no gráfico a seguir:

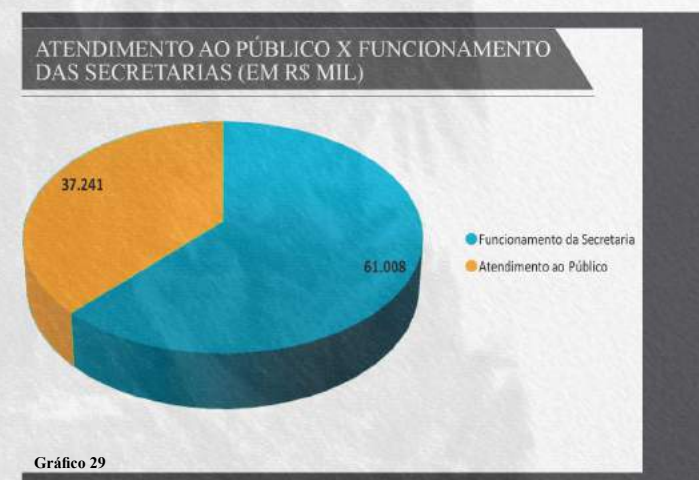
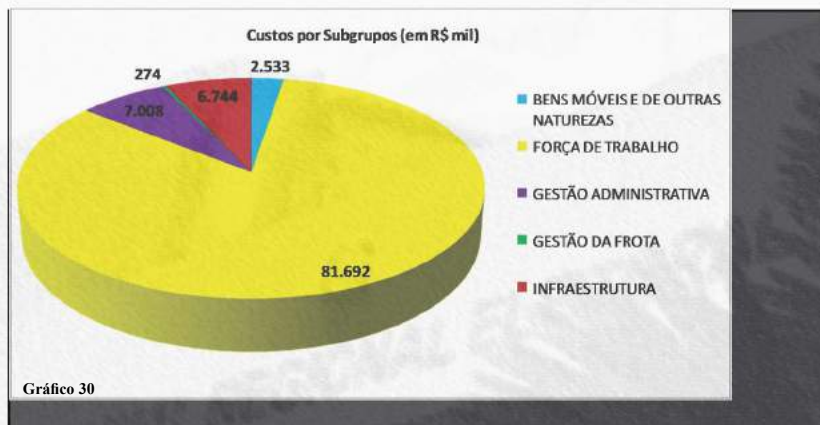


Gráfico 29

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, inclusive com a incorporação de novas técnicas e ferramentas em anos vindouros, a fim de contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também ao público em geral.

7.8. Sustentabilidade Ambiental



Dóris Maria de Luna Tenório
Presidente do Núcleo Sócioambiental

- Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

No Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas existe sempre a preocupação com a aquisição de produtos e contratação de serviços que respeitem o meio ambiente e que não afetem

a qualidade de vida desta e de gerações futuras. Os critérios sustentáveis são previstos nas especificações técnicas constantes nos Termos de Referência de forma clara, objetiva, formulados de maneira que não frustrem a competitividade.

Alguns aspectos de sustentabilidade adotados no TRE-AL

Os produtos utilizados pela empresa contratada responsável pela limpeza do Tribunal obedecem às classificações e especificações da ANVISA, observando a Lei n. 6.360/76, regulamentada pelo Decreto n. 8.077/13;

Produtos como sabão e detergentes, adquiridos pelo Tribunal, são isentos de fósforo ou com a concentração dentro do limite máximo;

Álcool, água sanitária, detergentes, ceras, sabões, saponáceos, desinfetantes, inseticidas são adquiridos com a regularidade aferida pela ANVISA;

Prioriza-se, quando da aquisição, produtos concentrados e/ou que possuam comercialização em refil;

Opta-se, quando possível, pelas assinaturas de revistas e periódicos em versões eletrônicas.

Fonte: SAD/SBE

- Ações para redução do consumo de recursos naturais



Figura 6

Energia elétrica

ECONOMIA EM 2018

837.656 KWh

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

No exercício de 2018 percebe-se uma considerável redução no consumo de energia elétrica, apesar de se tratar de ano eleitoral, o que poderia aumentar o consumo de energia, tendo em vista a maior quantidade de horas laboradas de forma geral pelo Órgão.

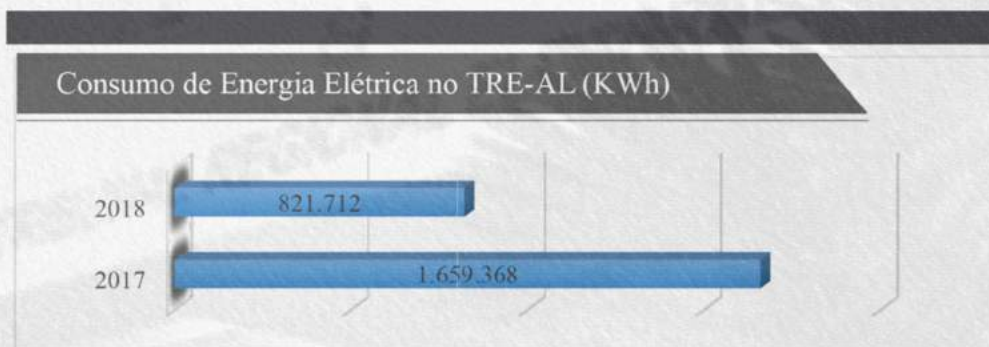


Gráfico 31

Fonte: SAD/Relatório SEI n. 0001695-89.2017



Figura 7

Água e esgoto

ECONOMIA EM 2018:
178 m³

Percebe-se que houve redução no consumo de água, com a conscientização dos servidores para o não desperdício.



Gráfico 32

Fonte: SAD/Relatório SEI n. 0001695-89.2017



Figura 8

Papel

ECONOMIA EM 2018:
778 resmas

Percebe-se que houve redução, principalmente em razão do uso de sistemas digitais (como o SEI) que torna desnecessário o consumo excessivo de papel

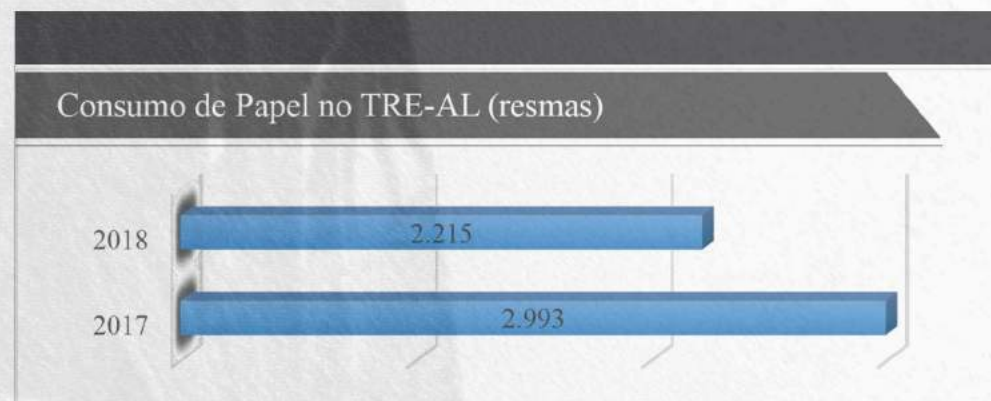


Gráfico 33

Fonte: SAD/Relatório SEI n. 0001695-89.2017

- Redução de resíduos poluentes



Figura 9

Copos descartáveis

REDUÇÃO DE CONSUMO
EM 2018: 800 centos

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Fazendo-se um comparativo entre o consumo de copos descartáveis (para água e café) no Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas dos exercícios de 2017 e 2018, percebe-se que houve uma considerável redução, em face do uso de canecas de porcelana pelos servidores.



Fonte: SEALMOX/Relatório de Entrada de Material

- **Principais atividades realizadas pelo Núcleo Socioambiental em 2018:**

1. Campanha de recolhimento de livros, revistas, gibis e DVDs;
2. Feira orgânica de produtos certificados;
3. Campanhas de conscientização sustentável por e-mail;
4. Assinatura do Termo de Cooperação Técnica com diversos órgãos, que resultou na criação da EcoRede da Justiça de Alagoas.

07

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Av. Aristeu de Andrade, 377 - Farol

82 2122-7700 | 7705

www.tre-al.jus.br



7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. Declaração do Contador



Márcio Andrade da Silva
Contador do TRE de Alagoas

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela SCON/COFIN, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal

onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

- **As Demonstrações contábeis do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas são as seguintes:**

1. Balanço Patrimonial - Evidencia os ativos e passivos do TRE-AL;
2. Balanço Orçamentário – Traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;
3. Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa – Visam demonstrar o fluxo financeiro do TRE-AL no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;

4. Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei 4.320/64, a Lei 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª Edição – MCASP e o Manual SIAFI.

- **Ressalvas**

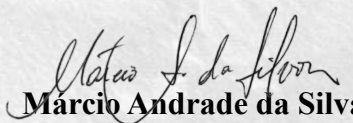
1. Inventário Patrimônio: Não reconhecimento tempestivo das variações apuradas no inventário dos bens móveis permanentes para o exercício correspondente.
2. Reavaliação dos Bens Imóveis: Não houve reavaliação no exercício de referência.
3. Amortização do Intangível (softwares): Não foi realizada em razão da inexistência de tal procedimento nos sistemas de controle atualmente utilizados.

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- **Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis**

Portanto, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, exceto no tocante a ressalva apontada.

Maceió-AL, 23 de março de 2019.


Marcio Andrade da Silva

CRC-SE nº 005557/O-0

Contador do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

• Balanço Patrimonial

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2018

PERÍODO

Anual

TÍTULO

BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO

70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ORGAO SUPERIOR

14000 - JUSTICA ELEITORAL

EMISSAO

15/03/2019

PAGINA

1

VALORES EM MILHARES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	3.132,51	2.147,36	PASSIVO CIRCULANTE	2.721,49	353,37
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.510,48	419,86	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	2.401,94	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.005,44	879,67	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	129,36	232,58
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	458,95	429,11	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	157,64	418,72	Demais Obrigações a Curto Prazo	190,19	120,79
ATIVO NÃO CIRCULANTE	37.806,88	38.364,97	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	2.721,49	353,37
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2018	2017
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	36.596,61	37.154,71	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	14.820,46	15.493,93	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	29.115,95	27.779,29	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-14.295,48	-12.285,36	Resultados Acumulados	38.217,90	40.158,97
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	-1.941,35	-1.479,71
Bens Imóveis	21.776,15	21.660,77	Resultados de Exercícios Anteriores	40.158,97	41.638,67
Bens Imóveis	22.009,78	21.768,99	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,28	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-233,64	-108,22	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38.217,90	40.158,97
Intangível	1.210,27	1.210,27			
Softwares	1.210,27	1.210,27			
Softwares	1.210,27	1.210,27			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 15/03/2019	PÁGINA 2
VALORES EM MILHARES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.					
Direitos de Uso de Imóveis					
Direitos de Uso de Imóveis					
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis					
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis					
Diferido					
TOTAL DO ATIVO	40.939,39	40.512,34	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40.939,39	40.512,34

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	1.510,48	419,86	PASSIVO FINANCEIRO	3.390,41	1.792,32
ATIVO PERMANENTE	39.428,92	40.092,48	PASSIVO PERMANENTE	2.401,94	-
			SALDO PATRIMONIAL	35.147,04	38.720,01

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.826,41	1.747,49	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	9.350,05	11.242,81
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.826,41	1.747,49	Execução dos Atos Potenciais Passivos	9.350,05	11.242,81
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.826,41	1.747,49	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	9.350,05	11.242,81
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	1.826,41	1.747,49	TOTAL	9.350,05	11.242,81

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.879,93
Recursos Vinculados	-
Previdência Social (RPPS)	-
TOTAL	-1.879,93

Tabela 39

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

• Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 15/03/2019	PÁGINA 1
VALORES EM MILHARES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 15/03/2019	PÁGINA 2
VALORES EM MILHARES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	124.319,52	124.319,52
TOTAL	-	-	124.319,52	124.319,52
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

Tabela 40

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	107.555,45	112.353,56	122.293,45	120.161,96	120.008,97	-9.939,89
Pessoal e Encargos Sociais	87.840,13	93.179,67	96.373,67	96.128,15	96.128,15	-3.194,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	19.715,32	19.173,89	25.919,78	24.033,82	23.880,82	-6.745,89
DESPESAS DE CAPITAL	2.287,03	2.255,84	2.026,07	1.470,31	1.432,71	229,77
Investimentos	2.287,03	2.255,84	2.026,07	1.470,31	1.432,71	229,77
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	109.842,47	114.609,40	124.319,52	121.632,28	121.441,67	-9.710,12
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSION 15/03/2019	PAGINA 3
VALORES EM MILHARES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	109.842,47	114.609,40	124.319,52	121.632,28	121.441,67	-9.710,12
TOTAL	109.842,47	114.609,40	124.319,52	121.632,28	121.441,67	-9.710,12

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	45,14	953,74	612,30	612,30	39,68	346,90
Pessoal e Encargos Sociais	10,60	-	9,00	9,00	1,60	-0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	34,55	953,74	603,30	603,30	38,08	346,90
DESPESAS DE CAPITAL	145,95	294,12	403,22	403,22	0,14	36,72
Investimentos	145,95	294,12	403,22	403,22	0,14	36,72
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	191,10	1.247,86	1.015,52	1.015,52	39,82	383,62

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	31,38	176,23	197,56	-	10,06
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	31,38	176,23	197,56	-	10,06
DESPESAS DE CAPITAL	11,61	96,18	96,63	-	11,16
Investimentos	11,61	96,18	96,63	-	11,16
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	43,00	272,42	294,19	-	21,22

Tabela 41

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

• Balanço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2018

PERÍODO

Anual

EMISSÃO

15/03/2019

PÁGINA

1

VALORES EM MILHARES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS				
SUBTÍTULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS				
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL				

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	124.319,52	107.662,28
Ordinárias	-	-	Ordinárias	113.292,38	97.348,84
Vinculadas	-	-	Vinculadas	11.027,14	10.313,44
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	8.912,95
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	Previdência Social (RPPS)	9.359,14	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Recursos de Receitas Financeiras	-	-
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.668,00	1.400,50
Transferências Financeiras Recebidas	123.794,72	107.612,68	Transferências Financeiras Concedidas	1.209,45	1.991,14
Resultantes da Execução Orçamentária	123.156,16	106.875,41	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasso Recebido	123.156,16	106.875,41	Independentes da Execução Orçamentária	1.209,45	1.991,14
Independentes da Execução Orçamentária	638,56	737,27	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.209,45	1.991,14
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	630,38	729,54	Aporte ao RPPS	-	-
Demais Transferências Recebidas	0,02	-	Aporte ao RGPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	8,16	7,74			
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	4.180,71	3.515,20	Despesas Extraorçamentárias	1.355,84	1.351,09
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	190,60	261,62	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	294,19	235,58
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.687,24	1.247,86	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.015,52	1.093,94
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	101,60	21,57	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	31,83	21,57
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.201,27	1.984,16	Outros Pagamentos Extraorçamentários	14,30	-
Arrecadação de Outra Unidade	1.201,27	1.983,40	Demais Pagamentos	14,30	-
Valores para Compensação	-	0,75			
Saldo do Exercício Anterior	419,86	296,49	Saldo para o Exercício Seguinte	1.510,48	419,86
Caixa e Equivalentes de Caixa	419,86	296,49	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.510,48	419,86
TOTAL	128.395,28	111.424,37	TOTAL	128.395,28	111.424,37

Tabela 42

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

• Demonstração das Variações Patrimoniais

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 15/03/2019	PÁGINA 1
SUBTÍTULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS	VALORES EM MILHARES DE REAL	
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL		

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	129.997,73	110.234,52
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	20,40	20,52
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	20,40	20,52
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,16	2,03
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	0,06	2,03
Variações Monetárias e Cambiais	0,09	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	124.022,83	107.697,24
Transferências Intragovernamentais	123.794,72	107.612,68
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	228,11	84,56
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	4.722,22	546,45
Reavaliação de Ativos	4.571,35	485,33
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	150,87	25,45
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	35,66
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.232,13	1.968,28
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 15/03/2019	PÁGINA 2
VALORES EM MILHARES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.232,13	1.968,28
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	131.939,08	111.714,23
Pessoal e Encargos	94.769,56	85.690,43
Remuneração a Pessoal	76.582,44	68.147,52
Encargos Patronais	11.826,66	11.195,21
Benefícios a Pessoal	6.380,45	6.347,69
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9.852,95	9.005,58
Aposentadorias e Reformas	7.648,38	6.912,02
Pensões	2.169,92	2.044,42
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	34,65	49,14
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	20.982,23	13.703,62
Uso de Material de Consumo	1.053,19	678,71
Serviços	17.577,77	10.613,28
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.351,27	2.411,62
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,59	11,36
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	0,59	3,93
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	7,42
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.283,63	2.438,66
Transferências Intragovernamentais	1.223,75	1.991,14
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	59,88	447,52
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.925,40	724,84
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	87,01	61,32
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	4.838,38	663,52

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 15/03/2019	PÁGINA 3
VALORES EM MILHARES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Tributárias	45,45	35,25
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14,10	13,09
Contribuições	31,35	22,16
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	79,27	104,50
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	17,78	17,40
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	61,50	87,10
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-1.941,35	-1.479,71
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2018	2017

Tabela 43

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

• Demonstração dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 15/03/2019	PÁGINA 1
VALORES EM MILHARES DE REAL	

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	3.023,18	1.510,45
INGRESSOS	125.097,58	109.618,41
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	125.097,58	109.618,41
Ingressos Extraorçamentários	101,60	21,57
Transferências Financeiras Recebidas	123.794,72	107.612,68
Arrecadação de Outra Unidade	1.201,27	1.983,40
Valores para Compensação	-	0,75
DESEMBOLSOS	-122.074,40	-108.107,96
Pessoal e Demais Despesas	-108.990,75	-94.898,27
Legislativo	-	-
Judiciário	-99.083,79	-85.594,28
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-9.906,96	-9.304,00
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 15/03/2019	PÁGINA 2
VALORES EM MILHARES DE REAL	

	2018	2017
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-11.828,08	-11.196,98
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-11.828,08	-11.196,98
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-1.255,58	-2.012,71
Despêndios Extraorçamentários	-31,83	-21,57
Transferências Financeiras Concedidas	-1.209,45	-1.991,14
Demais Pagamentos	-14,30	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.932,56	-1.387,08
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.932,56	-1.387,08
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.932,56	-1.253,88
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-133,20
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 15/03/2019	PÁGINA 3
VALORES EM MILHARES DE REAL	

	2018	2017
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.090,62	123,37
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	419,86	296,49
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.510,48	419,86

Tabela 44

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

- **Informações Gerais**

1. Natureza jurídica da entidade

Órgão Público do Poder Judiciário Federal

2. Domicílio da entidade

Avenida Aristeu de Andrade nº 377, Farol. Maceió-AL. CEP 57.051-090.

3. Natureza das operações e principais atividades da entidade

Aos Tribunais Regionais Eleitorais compete: (i) processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento do registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos, bem como de candidatos a governador, vice-governador, senador, deputado federal e deputado estadual; (ii) julgar recursos interpostos contra atos e decisões proferidas pelos juízes e juntas eleitorais; (iii) constituir as juntas eleitorais e designar a respectiva sede e jurisdição; e (iv) requisitar a força necessária ao cumprimento de suas decisões e solicitar ao Tribunal Superior a requisição de força federal.

Aos Cartórios Eleitorais compete: (i) processar e julgar originariamente o registro de candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador; (ii) processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns de sua competência; (iii) expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor; (iv) organizar e promover atos para realização das eleições dentro de sua circunscrição; e (v) tomar todas as providências ao seu alcance para evitar os atos ilícitos das eleições.

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Ministério da Fazenda, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

- **Moeda Funcional**

A moeda funcional é o Real. Não há operações em moeda estrangeira.

- **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

- **Demais Créditos e Valores a Curto Prazo**

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos; (ii) estoques; (iii) depósitos efetuados; (iv) impostos a compensar e (v) créditos a receber por infrações. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando pertinente.

- **Estoques**

São avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

- **VPD's Pagas Antecipadamente**

Trata-se de valores pagos com antecedência, como prêmios de seguros e assinaturas/anuidades de revistas, periódicos e similares, e que se referem a períodos de competência subsequentes, assim, se constituindo inicialmente como direito e sendo baixado à medida que se avança no prazo da contratação.

- **Ativo realizável a longo prazo**

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, sendo estes os que superam o exercício subsequente. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias.

- **Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os

gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

- **Intangível**

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

- **Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

- **Depreciação de bens Imóveis**

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUNet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da aquisição, sendo a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

- **Passivo**

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

- **Apuração do resultado**

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: Patrimonial, Orçamentário e Financeiro.

1. Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas de modo confiável, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o Tribunal, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

2. Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro às receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

3. Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Destacam-se as seguintes variações apresentadas entre as demonstrações contábeis 2017/2018:

• Balanço Patrimonial

1. Caixa e Equivalentes de Caixa



Figura 10

Verificou-se que houve um significativo aumento do volume de recursos financeiros existentes no órgão no final do exercício de 2018, representando cerca de 260% de acréscimo em relação ao ano de 2017, ressaltando-se, entretanto, que os valores são escriturais, posto que representam, em sua grande maioria, o limite de saque para cobrir as necessidades de pagamentos por contratações efetivadas pelo órgão, representando tal conta o percentual de 92,92% do Caixa e seus equivalentes.

2. Imobilizado

Há que se destacar, na composição do Ativo Não Circulante, o volume

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

de recursos alocados no Imobilizado deste Tribunal, que representa cerca de 89,94% do Ativo do órgão. Isso se justifica tendo em vista a estrutura de funcionamento do órgão, pois necessitou investir em imóveis próprios, para garantir uma melhor estrutura para atendimento do seu público-alvo.

Dos valores alocados no Imobilizado, destacam-se os imóveis próprios e o maciço investimento em Tecnologia da Informação.

No que se referem aos bens imóveis, temos como mais relevantes os que são afetados à atividade administrativa, conforme rol abaixo:

Espécie	Imóvel	Saldo em R\$ 1.000
EDIFÍCIOS	2829000125008 PASSO DE CAMARAGIBE	136,75
	2853000135006 RIOLARGO	518,27
	2705000415002 ARAPIRACA	1.160,00
	2723000115007 CACIMBINHAS	130,10
	2785000265009 MACEIO (PRAÇA SINIMBU)	5.189,52
	2785003785003 FÓRUM CAPITAL	4.155,12
	2787000065006 MAJOR ISIDORO	589,51
	2793000145004 MARECHAL DEODORO	597,29
	2825000305003 PALMEIRA DOS ÍNDIOS	1.237,40
	2833000475007 PENEDO	315,00
	2845000155006 PORTO CALVO	238,77
	Total	14.267,75
TERRENOS	2785004595003 MACEIO (NOVA SEDE)	6.800,00
	Total	6.800,00
	TOTAL GERAL	21.067,75

Tabela 45

Em relação dos investimentos em tecnologia da informação, destacam-se aqueles feitos na aquisição de urnas eletrônicas e equipamentos de informática, que dão ao órgão celeridade no atendimento de suas demandas internas e externas, garantindo que seja atingida sua missão institucional. Destaque-se, neste ponto, que do total do Imobilizado, R\$ 21,47 milhões representam tais investimentos.

É importante destacar que esse volume de recursos apontados corresponde ao valor histórico de aquisição, que deve ser deduzido da depreciação acumulada correspondente.

3. Intangível

Apesar da pequena relevância deste item considerado em relação ao total do ativo do órgão, merece alguma consideração. É que, devido à inexistência de solução em sistema de informação de uso interno (ASILink) para cálculo e controle de bens intangíveis de vida útil definida, deixaram de ser registradas despesas com amortização, constando, apenas o valor histórico das aquisições de tais itens.

4. Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo

Reconhecimento de valores a pagar decorrentes de férias dos funcionários do quadro permanente do Tribunal, no valor de R\$ 2.401.944,39, representando um significativo aumento em contraponto ao existente em 2017, cujo saldo foi zero, tendo em vista mudança de critérios de reconhecimento de tais obrigações nos termos da Orientação nº 10/2018 SOF/TSE.

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Houve, por outro lado, uma significativa redução do nível de endividamentos decorrentes de compromissos assumidos com credores nacionais, reduzindo o volume em 2017 de R\$ 232.578,93, para R\$ 129.360,93 em 2018, representando um maior esforço da Administração em pagar aos fornecedores que atenderam aos requisitos para a devida quitação e evitar impactos negativos no orçamento do exercício de 2019, tendo em vista as limitações impostas pela Emenda Constitucional nº 95.

6. Resultado do Exercício

O resultado apurado decorre da confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD), estas detalhadas na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

• **Balanço Orçamentário**

1. Receita

Este Tribunal não evidencia as informações sobre as Receitas Orçamentárias (previsão inicial, previsão atualizada, receitas realizadas e o saldo), estas sendo evidenciadas no demonstrativo do Órgão consolidado desta Justiça Especializada (UG 14000).

2. Despesa

As despesas orçamentárias foram registradas pelo regime de empenho, com base no Princípio da Anualidade Orçamentária. Desta forma, ao longo do exercício, foram reconhecidas e contabilizadas no momento da liquidação. Ao final do exercício por força do referido princípio, somaram-se àquelas os

valores de despesas empenhadas e inscritas em restos a pagar não processados, o que aumentou os valores executados das despesas orçamentárias.

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício foram inscritas em Restos a Pagar em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei 4.320/64, que as distingue em processadas e não processadas. A inscrição em Restos a Pagar não processados foi condicionada a indicação dos empenhos pelo Ordenador de Despesa, conforme artigo 68, §1º do Decreto 93.872/86.

A Dotação Atualizada foi calculada considerando-se o valor da dotação originária, acrescida dos créditos adicionais. Percebe-se, pois, que o saldo da dotação parece estar deficitário, quando na verdade não foram computados os créditos orçamentários descentralizados pela Setorial Orçamentária do Órgão Superior (TSE), no importe de R\$ 12,21 milhões.

Impende ressaltar, ainda, a aparente inconsistência nas Despesas Orçamentárias quando apresenta um Saldo da Dotação negativo, pois resultado de um maior valor na execução da despesa (Despesas Empenhadas) frente o autorizado (Dotação Atualizada). Isto ocorreu porque nas despesas autorizadas não foram considerados os valores das provisões recebidas do Tribunal Superior Eleitoral.

• **Balanço Financeiro**

1. Transferências Financeiras Recebidas

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Trata-se dos recursos financeiros recebidos para fazer face as obrigações assumidas, compondo quase a totalidade dos ingressos financeiros.

2. Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados

Houve um aumento do valor de inscrição em Restos a Pagar não Processados, considerando que em 2017 foi inscrito o valor de R\$ 1,25 milhão e em 2018 foi para R\$ 2,69 milhões, sendo o valor de R\$ 610,7 mil decorrente de despesas com o pleito eleitoral.

Também tivemos impacto decorrente de obras e aquisição de software. Dessa forma é necessário maior atenção da gestão em relação ao planejamento das contratações, para possibilitar o empenho e a liquidação no próprio exercício, tendo em vistas as restrições impostas pela Emenda Constitucional nº 95.

3. Despesas Orçamentárias Ordinárias

Aplicação de recursos não vinculados, tendo sua maior representatividade na despesa com pessoal, que representa 77% do total e apresentou variação da ordem de 10% em razão da implantação de parcelas do plano de carreira aprovado pela Lei nº 13.317/2016, bem como da realização de horas extraordinárias próprias do período eleitoral

• Demonstração Das Variações Patrimoniais

1. Variações Patrimoniais Aumentativas

Nas variações patrimoniais aumentativas observa-se um relevante aumento nas transferências intragovernamentais, que são recursos financeiros recebidos pelo Órgão, tendo um acréscimo percentual de 15,04%. Tal acréscimo se deu em virtude de estarmos em ano eleitoral, havendo a necessidade de um aporte maior de recursos para fazer frente às despesas

contraídas.

2. Variações Patrimoniais Diminutivas

Nas variações patrimoniais diminutivas verifica-se um aumento na rubrica Pessoal e Encargos de 10,6%, atribuindo-se este ao aumento concedido aos servidores do Judiciário Federal em 2016, pago de forma escalonada até 2019, bem como por tratar-se também de ano eleitoral, havendo um dispêndio maior com pessoal, inclusive com serviço extraordinário.



Gráfico 34

Ainda no tocante às variações patrimoniais diminutivas, destaque-se um aumento nas despesas com material de consumo e contratação de serviços, haja vista tratar-se de ano eleitoral. Referido acréscimo deu-se em virtude das

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

necessidades apresentadas para atender ao Pleito Eleitoral de 2018. Destaque-se que tal aumento foi da ordem de 64,99%, com relação ao exercício de 2017

• Demonstração Dos Fluxos De Caixa

1. Ingressos

Transferências Financeiras Recebidas.

Trata-se dos recursos financeiros recebidos para fazer face as obrigações assumidas, compondo quase a totalidade dos ingressos financeiros.

2. Desembolsos

Transferências Concedidas.

Trata-se de pagamentos realizados decorrentes de operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, sendo o mais relevante a contribuição patronal ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), com participação de 95% de referido valor.

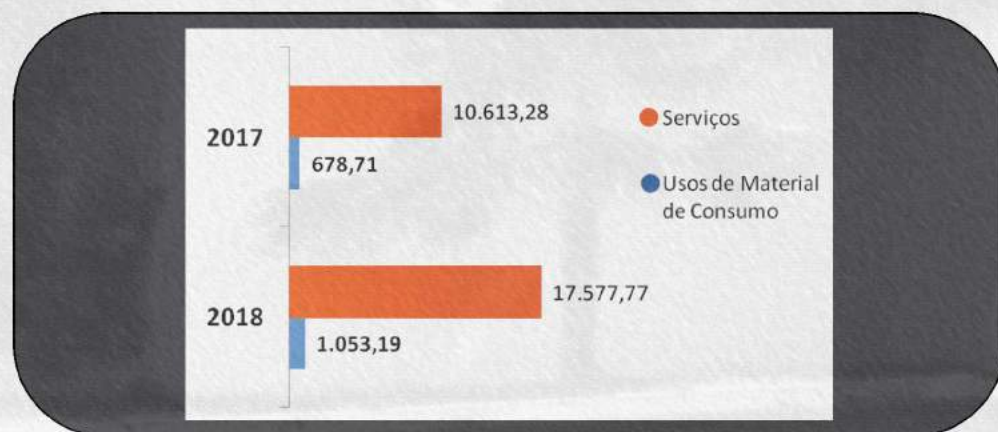


Gráfico 35

08

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Av. Aristeu de Andrade, 377 - Farol

82 2122-7700 | 7705

www.tre-al.jus.br



8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

8.1-COMO A UPC DETERMINA OS TEMAS A SEREM INCLUÍDOS NO RELATÓRIO INTEGRADO E COMO ESTES TEMAS SÃO QUANTIFICADOS OU AVALIADOS?

Considera-se como tema material qualquer questão que possa afetar a capacidade de criar e compartilhar valor, no curto, médio e longo prazos. Por criação de valor entende-se as atividades de uma organização constituída pelo uso dos diversos recursos (financeiros, patrimônio/infraestrutura, pessoal, dentre outros) que resultam em produtos ou serviços.

A definição de temas materiais é, portanto, imprescindível para nortear a tomada de decisão.

8.2-RESUMO DO PROCESSO PARA DETERMINAR A MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES E DESCRIÇÃO DOS LIMITES DO RELATO E DE COMO ESSE LIMITE FOI DETERMINADO?

A natureza do Relato Integrado deixa a cargo dos responsáveis pela preparação do relatório a determinação da materialidade e da forma pela qual as informações deverão ser divulgadas. Nada obstante, no âmbito do setor público, há a necessidade de se observar as orientações e os conteúdos previstos nos normativos do TCU, mais especificamente o disposto no art. 4º da Portaria do TCU nº 369, de 17 de dezembro de 2018, relativa ao detalhamento do conteúdo dos relatórios de gestão de 2018.

Assim, partindo do pressuposto de que o principal objetivo de um relato integrado é explicar como uma organização gera valor ao longo do tempo e, levando-se em consideração as determinações do TCU, o processo, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, para determinar a materialidade, para fins de preparação do relatório de gestão na modalidade de relato integrado, pautou-se na designação de interlocutores responsáveis pela elaboração dos conteúdos setoriais e redatores para compor equipe responsável por adequar os textos dos conteúdos setoriais às diretrizes para elaboração do relatório de gestão, estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União.

Para tanto, a Assessoria de Gestão Estratégica da Diretoria-Geral elaborou minuta de instrumento normativo interno com o objetivo de disciplinar a elaboração do Relatório de Gestão do exercício de 2018.

A Portaria da Presidência nº 68/2019-TRE/AL-, dispôs sobre as regras para *preparação, na forma de Relato Integrado, da Prestação de Contas do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, exercício 2018, estabelecendo cronograma de produção e designando equipe de interlocutores e redatores dos conteúdos.*

Em reunião inicial entre a Diretoria-Geral do Tribunal, a equipe técnica do Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa e os redatores designados pela Portaria da Presidência nº 68/2019, foram identificadas as informações capazes de demonstrar a capacidade do Tribunal de alcançar os seus resultados, sempre tendo como referência as balizas constantes do Anexo Único da Portaria TCU nº 369/2018, que estabelece a estrutura de conteúdos gerais dos Relatórios de Gestão.

Os temas priorizados foram debatidos e validados internamente pelos Gestores Titulares das unidades do Tribunal (Secretários e Assessores).

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Posteriormente, essa validação foi submetida ao crivo do Diretor-Geral e encaminhada à Presidência para aprovação.

Após apresentação em Plenário, o Relatório de Gestão foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União.

8.3- TRATAMENTO DE DETERMINAÇÃO E RECOMENDAÇÕES DO TCU.

Todas as diligências promovidas pelo TCU encaminhadas à Unidade de Controle Interno e Auditoria são direcionadas para o respectivo cumprimento pela Administração deste Órgão. De igual forma, é o tratamento conferido aos Acórdãos da Corte de Contas encaminhados por meio do Tribunal Superior Eleitoral ou Conselho Nacional de Justiça, exclusivamente para ciência de precedentes, práticas a serem evitadas, boas práticas a serem adotadas ou modificação de entendimento.

Durante o ano de 2018, tivemos conhecimento de 01 (um) Acórdão proferido pelo TCU com determinação direcionada ao TRE-AL, referente à avaliação do grau de aderência do portal na internet de organizações públicas federais à legislação da transparência.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo TC	Acórdão	Itens	Comunicação expedida	Data da ciência
017.368/2016-2	1.832/2018 – Plenário	9.1 e 9.2	Ofício 0485/2018-TCU/Sefit	25/09/2018
Descrição da determinação/recomendação				

9.1. determinar às organizações fiscalizadas, com base no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, II, do Regimento interno do TCU que, no prazo de 180 dias, adotem as providências necessárias para:

9.1.1. corrigir as desconformidades identificadas, com base no resultado da avaliação individualizada feita por este Tribunal, constantes dos relatórios específicos elaborados para cada uma das organizações, de forma a publicar em suas páginas de transparência na internet, as informações que devem ser obrigatoriamente divulgadas conforme os normativos de transparência aplicáveis, em especial aquelas relativas:

9.1.1.1. a licitações e contratos (art. 8º, IV, da Lei 12.527/2011); a receitas e despesas (art. 48-A da LC 101/2000; art. 8º, § 1º, III, da Lei 12.527/2011); à execução orçamentária e financeira (art. 48, II, da LC 101/2000); a remunerações, diárias e passagens (art. 94, II e IV, da Lei 13.242/2015); à prestação de contas, a auditorias e inspeções (art. 48, caput, da LC 101/2000; art. 7º, VII, “b”, da Lei 12.527/2011); a informações institucionais (art. 8º, § 1º, I, da Lei 12.527/2011); e a indicadores de desempenho, metas e resultados; e a programas, ações, projetos e obras (art. 7º, VII, “a”, c/c o art. 8º, § 1º, V, da Lei 12.527/2011);

9.1.1.2. ao rol de informações classificadas e desclassificadas (art. 30, I e II, da Lei 12.527/2011);

9.1.1.3. às audiências públicas, às consultas públicas e às ouvidorias (art. 9º, II, da Lei 12.527/2011);

9.1.1.4. ao Serviço de Informações ao Cidadão, seja presencial ou eletrônico, e ao relatório estatístico sobre os pedidos de acesso à informação (art. 9º, I, c/c o art. 10, art. 30, III, da Lei 12.527/2011, e arts. 14 e 15, da Lei 13.460/2017);

(...)

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

9.1.2. *adequar seus portais na internet aos requisitos de transparência especificados no art. 8º, § 3º, I, II e III, da Lei 12.527/2011, segundo avaliação individualizada feita por este Tribunal, constantes dos relatórios específicos elaborados para cada uma das organizações, de forma a: fornecer efetiva ferramenta de pesquisa que retorne resultados compatíveis com os parâmetros informados; publicar, em formato aberto, os relatórios já disponibilizados em outros formatos; e evitar o uso de mecanismos que limitem o acesso automatizado às informações públicas contidas nas seções de transparência dos portais;*

9.1.3. *desenvolver suas respectivas páginas de transparência em aderência aos requisitos estabelecidos pelo Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG), de forma a apoiar o cumprimento do art. 8º, § 3º, VIII, da Lei 12.527/2011 e do art. 63, caput, da Lei 13.146/2015.*

9.2. *recomendar às organizações fiscalizadas, com fulcro no art. 43, II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, que:*

9.2.1. *adotem providências para elaborar e publicar em suas respectivas páginas de transparência na internet a “Carta de Serviços ao Usuário”, nos termos do art. 7º, caput e §§1º a 5º, da Lei 13.460/2017, e para realizar avaliação dos serviços públicos prestados e divulgar os resultados das avaliações, conforme o art. 23, da Lei 13.460/2017, tendo em vista a iminência da entrada em vigor da referida Lei; (Grifos nossos)*

(...)

Justificativa do cumprimento e medidas adotadas

Foi determinado pela Presidência do Tribunal que as Unidades adotassem providências para o cumprimento das determinações do TCU, dentro do prazo assinalado, mediante procedimento eletrônico SEI nº 0008445-73.2018.6.02.8000. As ações foram monitoradas pela Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria e pela Diretoria-Geral.

Atualmente, considera-se que houve o atendimento da determinação, com significativo avanço do atendimento à Lei de Acesso à Informação no âmbito do Tribunal, embora alguns ajustes para aprimoramento das publicações ainda estejam sendo efetuados.

Tomamos ciência, ainda, do Acórdão proferido pelo TCU com determinação direcionada à Justiça Eleitoral, referente aos limites de despesa estabelecidos pelo Novo Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional 95/2016.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo TC	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
014.133/2017-2	2779/2017 - Plenário	9.1.2	Ofício 0027/2018- TCU/Semag	28/02/2018

Tabela 46

Descrição da determinação/recomendação

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. *recomendar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU:*

(...)

9.1.2. *ao Poder Executivo Federal, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ao Tribunal de Contas da União, ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça, ao Conselho Nacional de Justiça, à Justiça do Trabalho, à Justiça Federal, à Justiça*

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Militar da União, à Justiça Eleitoral, à Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, ao Ministério Público da União, ao Conselho Nacional do Ministério Público e à Defensoria Pública da União, tendo em vista o disposto no art. 107 da EC 95/2016 c/c os arts. 24 e 25, § 6º, da Lei 13.473/2017, que adotem medidas com intuito de identificar, nos anos de 2018 a 2020, as despesas discricionárias passíveis de redução, com respectiva amplitude desse valor, de modo a garantir as condições necessárias ao seu funcionamento, informando anualmente ao TCU, por ocasião dos respectivos Relatórios de Gestão, os resultados decorrentes das medidas adotadas, considerando como forma de incentivo ao compartilhamento de boas práticas para atingimento dos objetivos do Novo Regime Fiscal, e a título de exemplo, o rol descritivo de medidas de contenção de despesas, constante do Anexo II do Relatório de Auditoria;

Justificativa do cumprimento e medidas adotadas

Recebido o Ofício neste Tribunal, foi inaugurado o procedimento SEI nº 0001714-61.2018.6.02.8000, face à necessidade de implementação de uma série de ajustes nas despesas discricionárias para efeito de enquadramento dessas despesas aos limites da EC nº 95/2016.

O conjunto de despesas discricionárias deveria compreender, além dos investimentos dos órgãos, os gastos fundamentais ao seu funcionamento, a exemplo das contas de luz e água, dos serviços de limpeza, vigilância e tecnologia da informação, dos pagamentos de aluguel e taxas de condomínio, dos serviços de telefonia, entre outros.

No âmbito da Secretaria de Administração, as medidas adotadas por cada Coordenadoria, com o objetivo de buscar a adequação ao limite de gastos imposto pela EC, foram:

Na Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP) foi realizado um “trabalho com a finalidade de racionalização dos estoques e fornecimento de

materiais de consumo, além da recuperação de mobiliários, visando o prolongamento de sua vida útil, e da preferência pela aquisição de equipamentos elétricos que disponham de melhor eficiência energética.”

Na Coordenadoria de Serviços Gerais (COSEG): “houve um trabalho de sensibilização dos servidores quanto ao uso racionalizado de materiais de consumo, a redução das horas extras nos contratos de mão de obra, a renegociação dos valores dos contratos de locação de imóveis, controle de despesas de telefonia fixa nos cartórios eleitorais, bem como o aperfeiçoamento de processos de trabalho, de forma que se tornassem mais econômicos e eficientes, além da redução dos postos de trabalho nos contratos de conservação e limpeza, motoristas, vigilância, recepcionistas, ascensoristas e colaboradores.”

A Unidade destacou, ainda, que “vem adotando medidas que guardam técnicas com requisitos de sustentabilidade, nesse sentido, relatou que tem fixado teto limitado ao IPCA para reajustes e repactuações de contratos, incentivado a implantação de tecnologias para produção e a utilização de energia fotovoltaica, renegociado contratos de prestação de serviços, trocado, na medida da demanda, as lâmpadas existentes por outras do tipo LED.”

A Coordenadoria Orçamentária e Financeira (COFIN): “elaborou indicadores de acompanhamento orçamentário diversos daqueles que já são impostos pelo TSE, bem como afirmou que passou a manter fiscalização mais rigorosa dos restos a pagar. Destacou que, pela seção responsável pelo orçamento, adotou ações com o objetivo de minimizar impacto dos reajustes salariais decorrentes da Lei nº 13.317/2016 nos orçamentos dos exercícios de 2018 e 2019, ressaltando, inclusive, que houve remanejamento de despesas discricionárias para obrigatórias no montante de R\$ 461.943,00 (quatrocentos e sessenta e um mil, novecentos e quarenta e três reais).”

A COFIN destacou, ainda, que “a readequação da Proposta Orçamentária 2019 importou em redução de 16,55% (dezesesseis vírgula

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

cinquenta e cinco por cento) quando comparada a de 2018, com impacto nominal da ordem de R\$ 2.642.605,12 (dois milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, seiscentos e cinco reais e doze centavos)."

Também foram percebidas outras medidas adotadas pela Administração do TRE-AL como forma de diminuir custos, como a extinção e o remanejamento de zonas eleitorais, a redução do pagamento de diárias e passagens, a preferência pela contratação de palestrantes que não demandem gastos com pagamento de passagens e o contingenciamento de cursos e eventos de capacitação.

Estas foram as providências tomadas por este Regional, até o momento, tanto de iniciativa da alta Administração, como também das demais unidades, visando a redução dos gastos e a racionalização dos esforços com objetivo de adequação da realidade do Tribunal às condições impostas pela EC 95/2016.

8.4. FUNDO PARTIDÁRIO.



Raquel Helena Paixão Tavares
Assessoria de Contas e Apoio à Gestão

- **Fundo especial de assistência financeira aos partidos políticos (fundo partidário) e fundo especial de financiamento de campanha (FEFC)**

O Fundo de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, denominado Fundo Partidário, é constituído por dotações

orçamentárias da União, multas, penalidades, doações e outros recursos financeiros que lhes forem atribuídos por lei.

A divisão dos recursos do Fundo Partidário é feita conforme determina a Lei dos Partidos Políticos: 95% são distribuídos às legendas na proporção dos votos obtidos na última eleição para a Câmara dos Deputados; os outros 5% são distribuídos em partes iguais a todos os partidos que atendam aos requisitos constitucionais de acesso aos referidos recursos.

Constitui-se numa das principais fontes de renda das legendas, que recebem os recursos mensalmente para a manutenção da máquina partidária.

Do total dos recursos do Fundo Partidário recebidos no exercício, os órgãos partidários devem destinar, no mínimo, 5% para a criação ou manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.

A distribuição Anual do Fundo Partidário entre os Diretórios Estaduais de Alagoas, no exercício de 2017 (R\$ 3.641.135,02), apresentou um decréscimo de 52,80% em relação à distribuição ocorrida em 2016 (R\$ 7.714.151,70).

FUNDO PARTIDÁRIO • Distribuição Anual



Gráfico 36

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Dos 33 Diretórios Estaduais anotados junto a este Regional em 2016 e 2017, 12 (doze) receberam recursos em ambos os exercícios, e 03 receberam recursos em apenas um dos exercícios, conforme o gráfico a seguir:

FUNDO PARTIDÁRIO • Distribuição Partidos

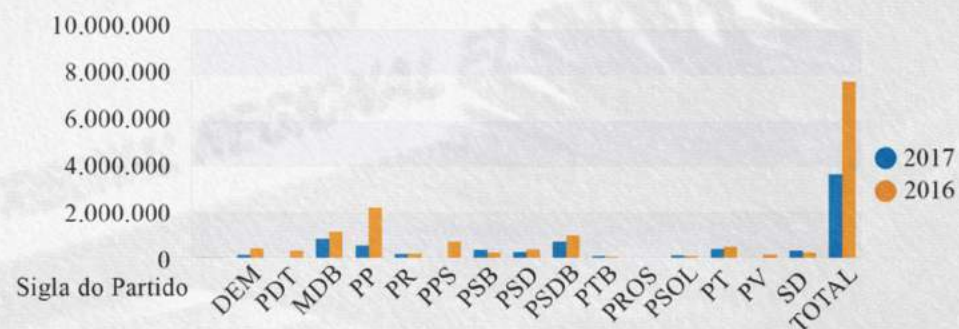


Gráfico 37

Os dados relativos à distribuição do Fundo Partidário, referentes ao exercício de 2018, somente serão conhecidos após o dia 30 de abril, data final para a entrega da Prestação de Contas Anual pelos Partidos Políticos em todas as esferas, nos termos do art. 32 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

Em 2018, os Partidos Políticos passaram a contar com uma nova fonte de receita para o financiamento das campanhas eleitorais de seus candidatos. Trata-se do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC – criado pelas Leis nº 13.487/2017 e 13.488/2017, aprovadas pelo Congresso durante a reforma política.

Com a proibição de doações por parte de pessoas jurídicas estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o FEFC tornou-se uma das principais fontes de receita para a realização das campanhas.

Para as Eleições Gerais de 2018, o montante distribuído entre os Partidos Políticos foi de R\$ 1.716.209.431,00 (um bilhão, setecentos e dezesseis milhões, duzentos e nove mil e quatrocentos e trinta e um reais).

A divisão das verbas do FEFC segue os critérios estabelecidos pelo art. 16-D, da Lei nº 9.504/1997.

Diante desse novo cenário, temos que no exercício de 2018, especificamente durante o período eleitoral, partidos e candidatos, em Alagoas, movimentaram recursos na ordem de R\$ 56.397.843,17 (cinquenta e seis milhões, trezentos e noventa e sete mil, oitocentos e quarenta e três reais e dezessete centavos), sendo R\$ 46.200.717,80 (quarenta e seis milhões, duzentos mil, setecentos e dezessete reais e oitenta centavos) provenientes de fonte pública, e R\$ 10.197.125,37 (dez milhões, cento e noventa e sete mil, cento e vinte e cinco reais e trinta e sete centavos) referentes a Outros Recursos (doações de pessoas físicas), conforme demonstrado nos gráficos a seguir:

RECEITAS ELEITORAIS - 2018

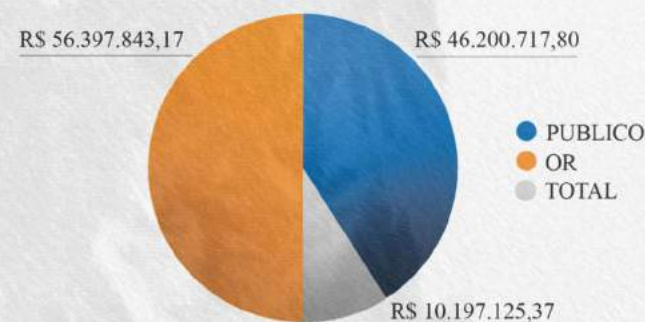


Gráfico 38

* Dados disponíveis no DivulgaCand, em 08.03.19.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

As receitas públicas corresponderam a 81,91% dos recursos aplicados na campanha em 2018, sendo 80,88% provenientes do FEFC.

RECEITAS ELEITORAIS - 2018 • Recursos públicos

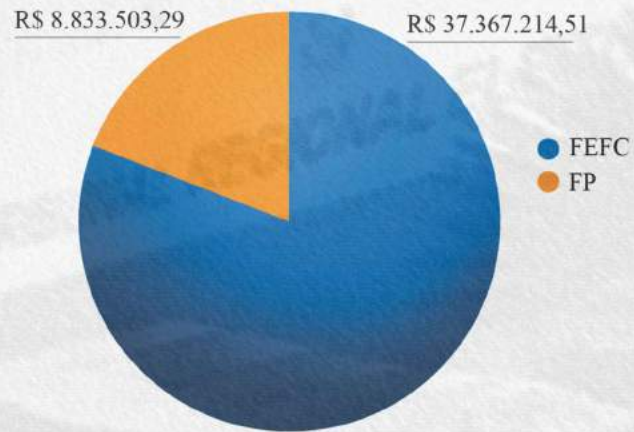


Gráfico 39

Dados disponíveis no DivulgaCand, em 08.03.19

09

ANEXOS E APÊNDICES

Av. Aristeu de Andrade, 377 - Farol

82 2122-7700 | 7705

www.tre-al.jus.br



9. ANEXOS E APÊNDICES

9.1. GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO:

Ação orçamentária

Instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.

Achado

É a prova obtida pelo auditor com a aplicação dos procedimentos de auditoria, para avaliar se os critérios estabelecidos estão sendo ou não atendidos.

Active directory

Ferramenta utilizada para o gerenciamento de usuários de rede, denominada serviço de diretório. Um diretório nada mais é do que um banco de dados contendo informações dos usuários de uma organização, tais como nome, login, senha, cargo e perfil.

Alta Administração

Gestores que integram o nível executivo mais elevado da organização com poderes para estabelecer as políticas, os objetivos e conduzir a implementação da estratégia para realizar os objetivos da organização.

Atividades de controles

Ações estabelecidas por meio de políticas e procedimentos que ajudam a garantir o cumprimento das diretrizes determinadas pela administração para mitigar os riscos à realização dos objetivos.

Backup

Expressão em inglês que tem o significado de cópia de segurança. É frequentemente utilizado em informática para indicar a existência de cópia de um ou mais arquivos guardados em diferentes dispositivos de armazenamento.

Backbone secundário

Rede de comunicação entre o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas e os Cartórios Eleitorais.

Balanço financeiro

Demonstração contábil que evidencia os totais anuais das receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias executadas, bem como os saldos das disponibilidades que foram recebidas do exercício anterior e os que serão passados para o exercício seguinte.

Balanço orçamentário

Demonstração que apresenta as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

Balanço patrimonial

Demonstração contábil que tem, por finalidade, apresentar a posição contábil, financeira e econômica de uma entidade em determinada data, representando uma posição estática.

Banco de dados

Conjuntos de arquivos relacionados entre si com registros sobre pessoas, lugares ou coisas.

Bens permanentes

Consistem nos bens móveis de uma organização que, em razão de seu uso

9. ANEXOS E APÊNDICES

corrente, não perdem sua identidade física ou têm uma durabilidade superior a dois anos.

Centro de custos

É uma avaliação interna de despesas e receitas. São unidades dentro de uma organização e geralmente são projetos ou departamentos de uma empresa. É uma maneira eficiente de agrupar despesas e receitas, para uma melhor análise de partes do negócio.

Clima Organizacional

É o ambiente interno da Organização. Para avaliá-lo, são considerados, entre vários itens, a liderança, motivação no trabalho, possibilidades de crescimento profissional, relação interpessoal no ambiente de trabalho.

Conformidade

Cumprimento de políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentos, contratos ou outros requisitos.

Containers docker

É o componente do software de código aberto que automatiza a implementação de aplicativos.

Contratações diretas

Contratações nas quais a Administração está desobrigada de realizar procedimento licitatório. A contratação direta pode se realizar através da Dispensa de Licitação e Inexigibilidade de Licitação. Na dispensa de licitação, a competição, embora possível, não é obrigatória, em razão de outros princípios que regem a atividade administrativa. Na inexigibilidade de Licitação a Administração está desobrigada de realizar o procedimento licitatório, por

inviabilidade de competição.

Contrato

Todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

Controles Internos

Ações estabelecidas por meio de políticas e procedimentos que ajudam a garantir o cumprimento das diretrizes determinadas pela administração para mitigar os riscos à realização dos objetivos.

Critérios

Referências usadas para mensurar ou avaliar o objeto.

Demonstrações contábeis

É o conjunto de informações que devem ser obrigatoriamente divulgadas, anualmente, segundo a lei 6404/76, pela administração de uma sociedade por ações e representa a sua prestação de contas para os sócios e acionistas.

Desfazimento

Processo de exclusão de um bem do acervo patrimonial da instituição, de acordo com a legislação vigente e expressamente autorizada pelo dirigente da unidade gestora.

Despesas discricionárias

São as despesas que o governo pode ou não executar, de acordo com a previsão de receitas. É sobre as despesas discricionárias que recai os cortes realizados no orçamento quando cai a previsão de receitas arrecadadas para o ano.

9. ANEXOS E APÊNDICES

Downtime

Termo que é utilizado para se referir a períodos em que um sistema não está disponível.

Firewall

Dispositivo de segurança que monitora o tráfego de dados em uma rede de computadores.

Fluxo de caixa

Demonstração que reflete o fluxo do dinheiro no caixa da empresa, ou seja, o montante de caixa recebido e gasto por uma empresa durante um período de tempo definido.

Força de Trabalho

É a capacidade produtiva (física e mental) do colaborador que participa do processo de prestação de serviços e/ou produtos da Organização.

Gerenciamento de Riscos

Aplicação de uma arquitetura (princípios, estrutura e processo) para identificar riscos, analisar e avaliar se devem ser modificados por algum tratamento a fim de atender critérios de risco.

Governança

No setor público, a governança compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade (BRASIL, 2014).

HTTPS

Sigla em inglês de *Hyper Text Transfer Protocol Secure*, que em português significa “Protocolo de Transferência de Hipertexto Seguro”.

Indicadores de Desempenho

Número, percentagem ou razão que mede um aspecto do desempenho com o propósito de comparar esta medida com metas preestabelecidas.

Licitação

Procedimento administrativo formal em que a Administração Pública convoca, mediante condições estabelecidas em ato convocatório, empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços.

Meritocracia

Sistema de recompensa e/ou promoção fundamentado no mérito pessoal.

Monitoramento

Verificação, supervisão, observação crítica ou identificação da situação, executadas de forma contínua, a fim de identificar mudanças em relação ao nível de desempenho requerido ou esperado.

Objeto

Refere-se à informação, condição ou atividade que é mensurada ou avaliada de acordo com certos critérios (ISSAI 100, 26).

Objetivos estratégicos

Fins a serem perseguidos pela organização no cumprimento de sua missão organizacional, num determinado período.

9. ANEXOS E APÊNDICES

Parecer

É a peça textual própria que visa expor a opinião técnica e fundamentada do auditor ou servidor especialista confirmando ou retificando o teor de um documento, tendo por base a manifestação apresentada pelo auditado.

Parque tecnológico

Restrito a sua acepção computacional (computadores, scanners, impressoras e afins).

Plano Anual de Capacitação (PAC)

Consiste em um programa interno que visa à capacitação dos servidores por meio da realização de cursos e treinamentos, previamente planejados de acordo com as necessidades de capacitação dos servidores.

Plano orçamentário

É uma identificação orçamentária, de caráter gerencial (não constante da LOA), vinculada à ação orçamentária, que tem por finalidade permitir que, tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução, corram num nível mais detalhado que o do subtítulo/localizador de gasto.

Política de Gestão de Riscos

Documento que contém a declaração das intenções e diretrizes gerais relacionadas à gestão de riscos e estabelece claramente os objetivos e o comprometimento da organização em relação à gestão de riscos.

Postos de atendimento

Criados a partir do rezoneamento eleitoral aprovado pelo Plenário do TSE em

2017 com o objetivo de remanejar algumas zonas eleitorais transformando esses locais em postos de atendimento, sem a necessidade de atuação de um juiz e de um promotor, corrigindo distorções no quantitativo de Zonas Eleitorais e gerando uma racionalização de gastos.

Pregão

Modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais ou via internet.

Programa de gestão, manutenção e serviços ao Estado

Programa que expressa e orienta ações destinadas ao apoio à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Programa temático

Programa que expressa e orienta a ação governamental para entrega de bens e serviços à Sociedade.

Qualidade de Vida

É o grau de satisfação que um colaborador possui com as atribuições exercidas e com o ambiente em que trabalha.

Restos a pagar

São as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas. Uma vez empenhada, a despesa pertence ao exercício financeiro em que o empenho ocorreu, onerando a dotação orçamentária daquele exercício.

9. ANEXOS E APÊNDICES

Risco

Possibilidade de um evento ocorrer e afetar adversamente a realização de objetivos.

Risco inerente

Risco intrínseco à natureza do negócio, do processo ou da atividade, independentemente dos controles adotados.

Storage

Expressão em inglês que remete a soluções de armazenamento, gerenciamento e proteção aos dados.

Servidor efetivo

É o servidor pertencente ao quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral que foi aprovado em concurso público.

Tombamento

É um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

Unidade setorial

São as unidades de gestão interna dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, responsáveis pelo acompanhamento contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de determinadas

unidades gestoras executoras ou órgãos.

Web

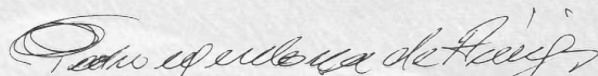
Termo em inglês que significa teia ou rede. O significado de *web* ganhou outro sentido com o aparecimento da internet. A web passou a designar a rede que conecta computadores por todo mundo, a world wide web (www).

10. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

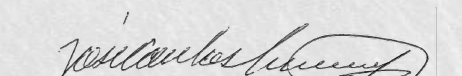
10.1- DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO PELOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA, CONFORME ESTABELECE A ESTRUTURA INTERNACIONAL PARA RELATO INTEGRADO DO IIRC.

Os magistrados e servidores subscritos, membros do Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa, asseguram a integridade do Relatório de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, referente ao exercício de 2018, bem como reconhecem ter sido aplicado o pensamento coletivo em sua preparação e apresentação, mediante a participação de seus gestores e da alta administração, observada a Estrutura de Relato Integrado, em conformidade com o disposto na Decisão Normativa do TCU nº 170/2018.

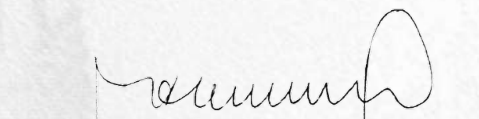
Maceió, abril de 2019.



Des. Pedro Augusto Mendonça de Araújo
Presidente



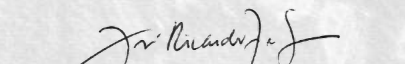
Des. José Carlos Malta Marques
Vice Presidente e Corregedor



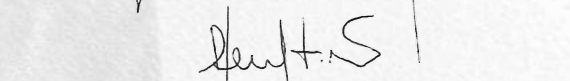
Des. Eleitoral Orlando Rocha Filho
Ouvidor



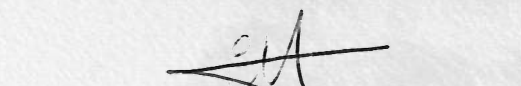
Filipe Lôbo Gomes
Diretor-Geral



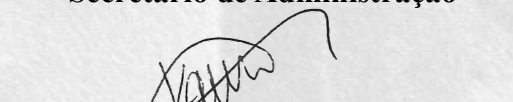
José Ricardo Araújo e Silva
Secretário de Administração



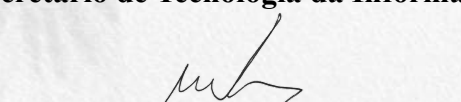
Carlos Henrique Tavares Méro
Secretário de Tecnologia da Informação



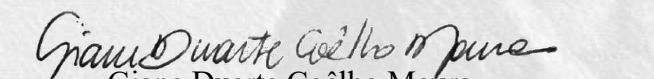
Cliciane de Holanda Ferreira Calheiros
Secretária Judiciária



Katherine Maria Ferro Gomes Teixeira
Secretária de Gestão de Pessoas



Ney Willer Santos Silva da Palma
Assessor de Gestão Estratégica



Giane Duarte Coêlho Moura
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria